



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Giacomo Otavio Tixiliski

**AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DA PARTICIPAÇÃO
CHINESA NOS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA**

Florianópolis

2022

Giacomo Otavio Tixiliski

**AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DA PARTICIPAÇÃO
CHINESA NOS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Pedro Antonio Vieira, Dr.

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra.

Tixiliski, Giacomo Otavio
AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DA
PARTICIPAÇÃO CHINESA NOS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA
SOJA BRASILEIRA / Giacomo Otavio Tixiliski ; orientador,
Pedro Antonio Vieira, 2022.
125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Economia Política dos
Sistemas-Mundo. 3. Cadeia mercantil da soja brasileira. 4.
China. I. Vieira, Pedro Antonio. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Giacomo Otavio Tixiliski

**AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DA PARTICIPAÇÃO
CHINESA NOS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Pedro Antonio Vieira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Hermes Moreira Júnior, Dr.
Universidade Federal da Grande Dourados

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Prof. Pedro Antonio Vieira, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação não é apenas digitar um amontoado de palavras aleatoriamente, é materializar pensamentos abstratos em análises concretas. Esse processo parece ser solitário, mas não é. Nesta dissertação tive a companhia de pessoas extraordinárias e são a elas que agradeço.

Em primeiro lugar, à minha mãe Lídia, pelo apoio irrestrito e amor incondicional. Sem ela, não teria a coragem de ser quem eu sou. Esse agradecimento se estende às minhas irmãs Francieli e Josiele, pela grande contribuição na minha formação pessoal e pelo apoio nos meus estudos. Por muito tempo fomos apenas nós quatro, todos nós com sonhos e ambições que pareciam irrealis, mas que se tornaram possíveis pela nossa capacidade de lutar. Hoje, temos ao nosso lado Alessandro, Chiara, Daniele e Luísa, que nos apoiam e nos alegram. Essa dissertação é para todos vocês.

Ao meu amigo João Pedro Flor Fernandes, pessoa que compartilhei os momentos difíceis e as alegrias destes anos. O entusiasmo de João me ajudou a finalizar essa dissertação. Obrigado por acreditar em mim.

Ao meu amigo Renan Pellenz Scandolara por sua presença. A primeira vez que nos vimos estávamos um ao lado do outro e assim continuou, mesmo que de forma virtual.

Aos demais colegas pelas trocas de ideias. Vocês mostraram que, mesmo em um ambiente competitivo, é possível ter empatia e construir uma comunidade baseada no afeto. Ao corpo docente do PPGRI que fortificou minhas convicções e ajudou no meu amadurecimento como internacionalista, em especial à Professora Karine de Souza Silva.

Ao meu orientador, Professor Pedro Antonio Vieira pela rigidez, comprometimento e atenção. Essa dissertação leva o nosso nome, ela é fruto de nossa comunicação e do esforço na busca pela excelência acadêmica.

Por fim, aos autores e autoras de todos os livros, artigos e dados que utilizei. Obrigado pelo conhecimento compartilhado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CADEIA MERCANTIL: REVISÃO TEÓRICA E UTILIZAÇÃO PRÁTICA PARA A SOJA BRASILEIRA.	23
2.1 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA CADEIA MERCANTIL.....	24
2.2 OS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA	33
2.3 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA (1960-2021).....	44
2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	53
3. A PARTICIPAÇÃO CHINESA NA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA (2000-2020)	55
3.1 A DEMANDA PELA SOJA BRASILEIRA E AS MUDANÇAS ALIMENTARES DA CHINA.....	55
3.2 A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS NOS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA	63
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	75
4. AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA NA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA...77	
4.1 SEGURANÇA ALIMENTAR: A CONSTRUÇÃO DE UM AGRONEGÓCIO GLOBAL COM RAÍZES LOCAIS.....	78
4.2 A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS COMO MEIO PARA A PARTICIPAÇÃO GLOBAL.	91
4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	103
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	114

RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo compreender as motivações políticas e as ações econômicas que levaram ao aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira nas últimas décadas. Para isso, utilizou-se do método hipotético-dedutivo e dos conceitos da Economia Política dos Sistemas-Mundo. A principal hipótese desta dissertação é de que o aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira é resultado das políticas lideradas pelo Estado Chinês em duas frentes: nos investimentos externos e na preocupação histórica em relação à segurança alimentar interna. Para cumprir com este objetivo e confirmar a hipótese, a dissertação cumpriu outros três objetivos específicos, que foram perseguidos nos três capítulos desta pesquisa. O primeiro objetivo visava compreender a cadeia mercantil da soja brasileira por meio da revisão do conceito de cadeia mercantil e sua aplicação para o caso da soja brasileira. Como resultado, foi possível a caracterização dos principais nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. O segundo objetivo foi descrever o aumento da demanda e da participação das empresas chinesas na cadeia mercantil da soja brasileira. Constatou-se mudanças da dieta da população chinesa por meio de dados sobre a produção e o consumo nacional que pressionaram a demanda pela soja. Essa dinâmica fez com que os investimentos das empresas chinesas aumentassem nos nódulos de comercialização, transportes e fertilizantes. A partir disso, o terceiro objetivo foi entender as motivações políticas históricas e as ações econômicas chinesas para explicar o aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Após as análises históricas, pode-se apontar uma conexão entre a centralidade da política de segurança alimentar e a política de investimentos externos para o aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos descritos. Por fim, essa conexão mostra que as estruturas de longa duração influenciam as dinâmicas conjunturais.

Palavras-chave: Economia Política dos Sistemas-Mundo. Cadeia mercantil da soja brasileira. China.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to understand the political motivations and economic actions that have led to the increased participation of Chinese companies in the nodes of the Brazilian soybean commodity chain in recent decades. For this, the hypothetical-deductive method and the concepts of the Political Economy of World-Systems were applied. The main hypothesis of this dissertation is that the increased participation of Chinese companies in the nodes of the Brazilian soybean commodity chain is the result of policies led by the Chinese state on two fronts: in foreign investments and in the historical concern regarding domestic food security. To fulfill this objective and confirm the hypothesis, the dissertation accomplished three other specific objectives, which were pursued in the three chapters of this research. The first objective aimed to understand the Brazilian soybean commodity chain by revisiting the concept of commodity chain and its application to the case of Brazilian soybean. As a result, it was possible to characterize the main nodes of the Brazilian soybean commodity chain. The second objective was to describe the increase in demand and the participation of Chinese companies in the Brazilian soybean commodity chain. It was found through data on production and domestic consumption that changes in the Chinese population's diet pressured the demand for soybeans. This dynamic has increased the investments of Chinese companies in the commercialization, transportation, and fertilizer nodes. Based on this, the third objective was to understand the historical political motivations and Chinese economic actions to explain the increased participation of Chinese companies in the nodes of the Brazilian soybean commodity chain. After the historical analyses, a connection can be indicated between the centrality of the food security policy and the foreign investment policy for the increasing participation of Chinese companies in the described nodes. Finally, this connection illustrates those long-term structures influence conjunctural dynamics.

Keywords: Political Economy of World-Systems. Brazilian soybean commodity chain. China.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação visual de uma cadeia mercantil genérica.....	28
Figura 2: Representação visual das cadeias mercantis globais dos tipos <i>producer-driven</i> e <i>buyer-driven</i>	30
Figura 3: Tipos de governança nas cadeias mercantis globais.....	31
Figura 4: Cadeia mercantil da soja brasileira.....	35
Figura 5: Extensão da área cultivada de soja no território brasileiro (1973-2018).....	48
Figura 6: Fluxo mundial das exportações de soja, 2018.....	62
Figura 7: Participação das empresas chinesas pelos ndulos da cadeia mercantil da soja brasileira.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação da produção de soja de países selecionados, em porcentagem de participação (1970-2020).....	46
Gráfico 2: Processamento de soja em países selecionados por milhões de toneladas (1970-2020).....	51
Gráfico 3: Porcentagem da participação de países selecionados na exportação de soja (1970-2020).....	52
Gráfico 4: Consumo de produtos alimentares em yuan e quilograma (1985-2018).....	57
Gráfico 5: Índice de preços dividido por produtos gerais, comida, soja e carne (1978-2018).....	59
Gráfico 6: Produção e importação de soja (em mil toneladas) em relação a área cultivada (em mil hectares) pela China (2000-2017).....	61
Gráfico 7: Investimentos chineses no Brasil por base de dados, em bilhões de dólares.....	66
Gráfico 8: Índice de produção de grãos na China (1978-2017).....	85
Gráfico 9: Investimentos externos chineses no setor agrícola em países do BRI (2013-2020).....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Posição das empresas ABCD + COFCO na exportação de soja dos países selecionados.....	39
Quadro 2: Comparação do consumo dos domicílios chineses em yuan e quilogramas.....	56
Quadro 3: Participação das empresas chinesas por nóculo e valor total investido em bilhões de dólares.....	69
Quadro 4: Características da política alimentar global da China.....	90
Quadro 5: Linha do tempo com as ações chinesas na política de investimentos externos e na política de segurança alimentar (1995-2018).....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD – Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ADM – Archer Daniels Midland

BRI – Belt and Road Initiative

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCCC - China Communications Construction Company

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China

CGG - Chongqing Grain Group

CGV – Cadeia Global de Valor

CNADG - China National Agriculture Development Group

COFCO – China Oil and Foodstuff Corporation

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FPA – Frente Parlamentar Agropecuária

IED – Investimento Externo Direto

PCC – Partido Comunista Chinês

PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SRF – Sistema de Responsabilidade Familiar

TVEs - Town-Village Enterprises

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação estuda um grão de origem chinesa: a soja. A domesticação do grão ocorreu há milênios no nordeste chinês, mais especificamente na Manchúria. A região foi central para as relações políticas e econômicas entre China, Rússia e Japão no fim do século XIX e início do século XX, havendo invasões e reconquistas territoriais até 1945 (DU BOIS, 2018). Em um projeto para consolidar a presença do Estado Chinês na região, os imperadores da dinastia Qing (1644-1911) adotaram políticas de expansão produtiva, abertura de estradas e ferrovias e incentivo à migração interna de produtores rurais, o que levou mais de 8 milhões de pessoas para a região (LANGTHALER, 2020).

A soja foi essencial para esse processo de consolidação chinesa na Manchúria. Os dados de Langthaler (2020, 2021) demonstram que as lavouras de soja na região aumentaram em 151% entre 1924 e 1931. Além disso, a soja era responsável por 80% das exportações da Manchúria, conectando a região com outras regiões da economia-mundo capitalista. Exemplo disso é a manchete do influente jornal chinês *Shenbao* em 1910: “O lucro do canal de Suez [Egito] de 1909 e 1910 aumentou a um nível sem precedentes, atingindo mais de cinco milhões de libras esterlinas. Uma das razões para o impulso dramático foi a expansão das exportações de soja da Manchúria” (WEN, 2019, p. 176, tradução livre)¹.

As exportações da soja chinesa aconteciam através das empresas japonesas, mesmo com a presença política do Estado Chinês. Foi através da Mitsui e Mitsubishi, a maior empresa japonesa no setor, que a Inglaterra conseguiu a soja para substituir o encarecido óleo de algodão devido às safras inglesas minguentes da década de 1900 (PRODOHL, 2013; WEN, 2019). Para Wen (2019), as relações comerciais entre as empresas japonesas e as inglesas modificaram os fluxos políticos e econômicos entre as regiões da economia-mundo capitalista, principalmente aquelas consideradas não-Ocidentais, no caso o Egito e a China. É possível ir além. As relações em torno à soja criaram novas conexões entre as regiões, sendo essencial para o aprofundamento da expansão geográfica da economia-mundo capitalista. Nas palavras de Prodohl (2013):

¹ Trecho original: The profit of the Suez Canal from 1909 to 1910 had increased to an unprecedented level, reaching over five million British pounds. One of the reasons for the dramatic boost was the expansion of soybean export from Manchuria.

A história da soja nos permite analisar a interconectividade do mundo através da lente de uma única semente. Ela lança luz sobre a transferência de *commodities* e o que acontece com suas práticas sociais associadas ao longo do caminho. A transferência de bens liga as pessoas, mas os fluxos sociais e culturais que acompanham esses bens encontram seus próprios caminhos, que - no caso da soja - podem estar ligados menos à troca de um bem do que à sua utilização [...] A soja, portanto, seguiu canais completamente diferentes no Ocidente daqueles dentro da Ásia, onde a safra serviu por muito tempo como um alimento palatável por si só. Tais distinções globais não foram causadas exclusivamente por comportamentos e gostos diferentes dos consumidores, mas, em vez disso, foram provocadas, primeiro, pela demanda por óleos vegetais e, segundo, por medidas governamentais em um ambiente regulatório. Assim, a soja era uma matéria prima que interligava continentes, mas separava culturas. (PRODOHL, 2013, p. 482, tradução livre)².

A “descoberta” da Inglaterra em relação à versatilidade da soja, por exemplo, fez com que o grão fosse inserido na agricultura estadunidense para substituir as produções decadentes de outras culturas. Dentro deste processo de substituição, os fluxos produtivos da soja foram alterados da China-Japão-Inglaterra para Estados Unidos-Inglaterra-Japão. As mudanças produtivas e comerciais aconteceram em tempo de guerra e instabilidade econômica para os Estados Unidos. Na década de 1920, a soja foi a principal tentativa para aumentar a produção agrícola em regiões produtoras de milho. Já nos anos bélicos de 1940, o grão serviu para diminuir a gordura animal utilizada pelas famílias estadunidenses em suas dietas. A “americanização” da soja inseriu o grão em uma produção mecanizada e de larga escala, muito diferente da produção chinesa que era basicamente manual (PRODOHL, 2013; WEN, 2019; LANGTHALER, 2020).

A partir de então, a soja foi levada para outras regiões das Américas, como a América do Sul, isso remodelou, novamente, as conexões entre as regiões da economia-mundo capitalista em relação à soja. Porém, a maior inflexão aconteceu um século depois, quando a China passou de maior produtor mundial de soja no início do século XX para o maior consumidor de soja no século XXI. Isso nos leva a pensar sobre efetividade das diferenças e das similaridades culturais no uso da soja nas culturas ocidentais e asiáticas conforme o alerta de Prodohl (2013). De todo modo, pode-se entender que as interconexões das mudanças

² Trecho original: The history of the soybean enables us to analyse the interconnectedness of the world through the lens of a single crop. It casts light on the transfer of commodities and what happens to their associated social practices along the way. The transfer of goods connects people, but the social and cultural flows that accompany these goods find their own paths, which – in the case of soy – can be linked less to the exchange of a good than to its usage [...] The soybean has therefore followed completely different channels in the West from those within Asia, where the crop long served as a palatable food in its own right. Such global distinctions were not exclusively caused by differing consumer behaviours and tastes, but instead were brought about, first, by the demand for vegetable oils and, second, by governmental measures in a regulatory environment. Thus, soy was a raw material that connected continents but separated cultures.

produtivas e do uso da soja na China são variadas, mas a principal delas é a ascensão econômica e política chinesas dentro da economia-mundo capitalista.

A ascensão da China é um dos processos mais importantes da economia-mundo capitalista contemporânea (LI, 2008) e impressiona por conta de sua imensa população e sua grande extensão territorial organizada politicamente sob a forma de um Estado-Nação unipartidário com vertente comunista. As mudanças socioeconômicas chinesas ocorridas nas últimas décadas não estão isoladas, ao contrário, a natureza interdependente da economia-mundo capitalista faz com que todas as regiões do globo sejam impactadas política e economicamente pelas alterações socioeconômicas oriundas desse processo.

Giovanni Arrighi (2010), buscou compreender a ascensão pacífica chinesa frente ao poder dos Estados Unidos no início do século XXI e creditou essa ascensão às raízes históricas das políticas e das instituições chinesas. Esse enraizamento histórico seria um dos pontos que o poder estadunidense teria dificuldade para dismantelar, já que o processo de ascensão fortalece essas raízes. Além disso, para o autor, devido ao tamanho da sua população, o crescimento da China subverte muito mais a hierarquia global de riqueza do que todo o crescimento econômico dos demais países do Leste Asiático na década de 1990, incluindo o Japão (ARRIGHI, 2010).

Para Minqi Li (2008), essa subversão na hierarquia global de riqueza tem como ponto inicial a Revolução Comunista de 1949, em que o Estado Chinês tinha três desafios para a sua sobrevivência na economia-mundo capitalista. O primeiro desafio era a reversão do declínio econômico e político dentro da economia-mundo capitalista que acontecia desde o século XIX, o que foi resolvido pela abertura da economia chinesa na década de 1970. O segundo desafio era prover materialmente e socialmente as necessidades básicas da população chinesa, o que foi conseguido desde a Revolução Cultural da década de 1960. E o terceiro desafio, parcialmente resolvido, era criar uma nova relação social, política e econômica para um sistema interno - e do sistema-mundo como um todo - mais igualitário. Nesta perspectiva:

A Revolução Chinesa foi um dos maiores eventos históricos do século XX. Ela não apenas mudou fundamentalmente o curso histórico da China moderna, mas também fez uma das contribuições mais significativas para os movimentos anti-sistêmicos mundiais na segunda metade do século XX. Durante cerca de um quarto de século, trabalhadores e camponeses chineses obtiveram ganhos sem precedentes no padrão de vida material e desfrutaram

de um status político e social sem paralelo por seus homólogos na maioria dos Estados do sistema-mundo (LI, 2008, p. 65, tradução livre)³.

De fato, Castilho (2021) constata uma modificação da posição estrutural da China na estratificação da riqueza mundial desde 1970, saindo dos níveis periféricos até chegar a níveis intermediários de renda. A ascensão econômica chinesa é demonstrada pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Em 1980 a China significava apenas 1% do PIB per capita mundial, já em 2018 representava 14% (CASTILHO, 2021). Essas mudanças iniciaram ao mesmo tempo que se deu a “integração total, voluntária e irreversível” (VIEIRA, 2021) da China na economia-mundo capitalista, a partir de 1978.

Entre integração e ascensão, a China aumentou o bem-estar de sua população, logo a necessidade de aumentar a produção, principalmente das *commodities* agroalimentares. Atualmente, a China procura alimentar mais de 1,4 bilhão de pessoas com uma área agriculturável de apenas 12% do seu território (BANCO MUNDIAL, 2022). Essa equação esteve no centro das preocupações ambientais dos tomadores de decisão da China e dos Estados Unidos em meados da década de 1990. Enquanto os chineses insistiam em sua sustentabilidade produtiva sem danos ao meio ambiente, os estadunidenses acreditavam que o desenvolvimento da economia chinesa era prejudicial para todo o globo (BROWN, 1995, CHINA, 1996).

Para resolver definitivamente o conflito de narrativas, em 1996 o Estado Chinês decidiu aumentar a meta de autossuficiência produtiva em 95% até 2020. No entanto, já nos primeiros anos do século XXI, a China se tornou um grande importador de alimentos. De 2003 a 2017, a China passou de US\$ 14 bilhões para US\$ 104 bilhões nos valores importados em alimentos (CHINA POWER TEAM, 2017). Esse panorama fez o Estado Chinês remodelar sua política de segurança alimentar para liberar, parcialmente, as importações de produtos agroalimentares, dando um passo atrás em sua autossuficiência produtiva.

Entre os produtos liberados para importação, a soja foi o que mais sentiu o impacto por dois motivos interligados. O primeiro motivo é que desde 2004 a China já importava pequenas quantidades de soja dos EUA e do Brasil para complementar a produção interna. Em algumas dessas compras, um grupo de empresas chinesas envolvidas com o processamento da soja quebrou contratos com os exportadores norte-americanos, o que elevou o preço da soja no

³Trecho original: The Chinese Revolution was one of the greatest historical events in the twentieth century. It not only fundamentally changed the historical course of modern China, but also made one of the most significant contributions to the world-wide anti-systemic movements in the second half of the twentieth century. For about a quarter of a century, Chinese workers and peasants made unprecedented gains in material living standards and enjoyed a political and social status unparalleled by their counterparts in most of the states in the world-system.

mercado internacional. Como alternativa, as empresas chinesas buscaram a soja brasileira, mas o grão brasileiro foi exportado com níveis elevados de agrotóxicos, levando as empresas chinesas a recusar o produto. Esse caso ficou conhecido na mídia chinesa como a “Batalha dos feijões” e, além de mostrar a ineficiência comercial dos importadores e exportadores, também mostrou a desorganização do mercado da soja na China (OLIVEIRA, 2017).

Essa desorganização fica ainda mais explícita com as falências das empresas chinesas de processamento, o que fez a participação das multinacionais aumentar para 70% no núcleo de processamento da soja na China (SCHNEIDER, 2016). Esse dado nos leva ao segundo motivo: a mudança de posição do Estado Chinês em relação às dinâmicas no setor agropecuário. O Estado Chinês restringiu os investimentos de multinacionais no setor de processamento da soja e iniciou um processo de internacionalização das empresas agrícolas estatais e privadas. Com isso, as empresas chinesas aumentaram sua participação no mercado interno e externo da soja. O maior exemplo dessa mudança é a participação da COFCO, que se tornou a principal empresa de importação de soja da China (ZHANG, 2019).

Além disso, a expansão da produção da soja no Ocidente e as conjunturas políticas do século XXI provocaram uma alteração gradual nos fornecedores da soja. Desde 2013, o Brasil tomou o lugar dos EUA como principal fornecedor de soja para a China (CHINA POWER TEAM, 2017). Segundo os dados da OEC (2021), de 2003 a 2018 o Brasil foi responsável por 46% das importações chinesas da soja em grão, 33% do óleo de soja e 15% do farelo de soja. Com isso, a soja se tornou o produto mais exportado pelo Brasil e o principal elo das relações sino-brasileiras no século XXI.

Para Wilkinson e Escher (2019), a relação sino-brasileira criou um complexo agroalimentar soja-carne, em que a China é considerada o polo importador e o Brasil o polo exportador. Na China há um aumento da demanda por *commodities* devido ao seu crescimento econômico e às mudanças nas dietas de seus cidadãos. No Brasil há o aumento da área plantada, na quantidade produzida e nas exportações de *commodities*, devido às condições naturais e à existência de capacidades empresariais e tecnológicas estimuladas pelo aumento dos preços dos produtos agroalimentares e por políticas governamentais. A combinação entre Brasil e China faz, segundo os autores, com que haja uma reorientação dos fluxos comerciais e produtivos do Sul para o Oriente, o que diminui a importância do Atlântico Norte neste complexo agroalimentar (ESCHER, WILKINSON, 2019).

A partir dessa relação comercial sólida, as empresas chinesas aumentaram seus investimentos nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, como procuraremos demonstrar com maior detalhe nos próximos capítulos. Os investimentos chineses nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira fazem parte de um grande projeto de internacionalização das empresas chinesas liderado pelo Estado Chinês, conhecido como *Going Out*. Em conjunto com essa política, há o incentivo do Estado na criação de empresas “cabeças de dragão”, responsáveis pelo desenvolvimento interno de determinado setor, principalmente o setor agrícola. Além dessas duas políticas, a Nova Rota da Seda auxilia na emergência de um agronegócio global que tem a China como ator central e líder de um novo modelo de cooperação agrícola (SCHENEIDER, 2016; MCMICHAEL, 2019; ZHANG, 2019).

Esse avanço econômico e político chinês nas economias, especificamente aquelas da América Latina, é considerado por algumas pesquisas como análogo às relações assimétricas entre centro-periferia, sul-norte, desenvolvidos-subdesenvolvidos, etc. Isso porque, os Estados latino-americanos observam a China como um parceiro alternativo frente aos EUA e a Europa, possibilitando o crescimento dos indicadores macroeconômicos, principalmente em relação ao comércio exterior. Contudo, os objetivos chineses são direcionados para os setores primários das economias latino-americanas, o que diminui a capacidade dos Estados em desenvolver setores extrativistas com ligações industriais. Nesta perspectiva, o Brasil estaria em um processo de desindustrialização devido ao grande peso das *commodities* para o comércio exterior (ESCHER et al, 2017; MCMAY et al, 2017; GIRAUDO, 2019).

Em contraponto a esta visão, Ouriques e Vieira (2017) argumentam que a posição semiperiférica brasileira na economia-mundo capitalista não teve uma mudança substancial com o avanço chinês. Além disso, os autores observam um padrão agroexportador histórico da economia brasileira. Esse padrão faz com que em momentos de avanços da demanda por *commodities*, a economia brasileira se beneficie (OURIQUES, VIEIRA, 2017; OURIQUES, 2015). Além disso, a desindustrialização brasileira não depende diretamente da demanda chinesa por produtos primários. Aliás, as pesquisas deveriam buscar as origens desse processo para compreendê-lo melhor. É o caso da pesquisa de Ouriques (2021), que enfatiza que a participação marginal das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor é resultado da ausência de empresas nacionais no desenvolvimento de tecnologias e processamento de *commodities*.

Medeiros e Cintra (2015) reafirmam essa perspectiva, pois observam que o avanço chinês nas economias latino-americanas na primeira década do século XXI, principalmente no Brasil, é favorável aos termos de troca e ao crescimento econômico da região, “[...], entretanto, depende de políticas industriais cuja ausência nos últimos anos ou a baixa prioridade a elas conferida seguramente colaborou para a redução das perspectivas de diversificação produtiva na região” (MEDEIROS, CINTRA, 2015, p. 41). Em resumo, a percepção de uma China “maléfica” para as economias de países como o Brasil não leva em conta fatores estruturais, econômicos e políticos de longa duração e muito menos os compara com outros períodos históricos e regiões da economia-mundo capitalista.

A partir desse panorama, pode-se argumentar que a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista gera impactos de diversas formas em todas as regiões do globo. Como se pode observar até o momento, alguns dos impactos no Brasil se dão pela crescente demanda de produtos agroalimentares e pelo aumento dos investimentos das empresas chinesas no setor agrícola e outros setores primários. A literatura utilizada até aqui, concentra seus esforços explicativos para compreender esses impactos em um recorte temporal mínimo, com exceção de Castilho (2021), Ouriques (2021) e Ouriques e Vieira (2017).

Dito isso, os questionamentos que surgem através da perspectiva histórico-mundial são pouco explorados neste campo. Para preencher essa lacuna, essa dissertação se concentra na utilização do conceito de cadeia mercantil para responder a seguinte pergunta: **Quais são as motivações políticas e as ações econômicas para o aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira?**

Para responder a esta pergunta de pesquisa, é utilizado um modelo de análise do tipo hipotético-dedutivo, o qual “[...] parte de um postulado ou conceito como modelo de interpretação do fenômeno estudado. Esse modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão que procurar correspondentes no real.” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p. 144). No caso desta pesquisa, o conceito que gera a interpretação é o de cadeia mercantil, elaborado por Hopkins e Wallerstein (1977). Esse conceito é revisado no próximo capítulo e empregado dentro da perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo em sintonia com os dados encontrados.

É preciso lembrar que o conceito de cadeia mercantil se refere a todos os processos necessários para a finalização de determinado produto e por isso conduz a uma análise mais ampla das relações entre as regiões da economia-mundo capitalista. Os processos descritos são

de caráter produtivo, tecnológico, econômico, político e social, no entanto, não seria possível analisar todos com precisão, já que dependem de infinitas variáveis. Por esta razão, esta pesquisa focaliza nas características gerais dos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Também serão observadas as motivações políticas e ações econômicas do Estado Chinês para compreender a participação de empresas chinesas na cadeia mercantil da soja brasileira.

Durante a pesquisa foi necessário recolher os dados preexistentes encontrados nos trabalhos sobre o tema e nos bancos de dados disponibilizados pelo governo brasileiro, como os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia e pelo governo chinês, como o *Ministry of Agriculture and Rural affairs of the people's Republic of China*, bem como em associações e instituições reconhecidas como o Conselho Empresarial Brasil-China, o *American Enterprise Institute* e a *Red Académica de América Latina y El Caribe Sobre China*.

Para auxiliar os procedimentos metodológicos, a pesquisa é baseada na perspectiva braudeliana do tempo, enraizada também nas análises dos sistemas-mundo. Segundo Vieira (2012, p. 208), é preciso “[...] ver a história como dialética das durações, ou seja, como resultado da mútua interação dos tempos curto (acontecimento), médio (conjuntura) e longo (estrutura), sendo este último o tempo mais adequado para estudar as mudanças sociais relevantes.” Essa pesquisa se desenvolverá sobre o tempo médio ou conjuntural, sem deixar de lado as sobreposições dos tempos curto e longo, que são necessários para compreender as motivações políticas e as ações econômicas do Estado Chinês e dos demais agentes. A partir do panorama descrito, da metodologia que será empregada e do recorte temporal definido, já se pode definir a hipótese desta pesquisa.

A principal hipótese é de que o aumento da participação das empresas chinesas privadas e/ou estatais nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira é resultado das políticas lideradas pelo Estado Chinês em duas frentes: nos investimentos externos das últimas décadas e na preocupação histórica em relação à segurança alimentar interna. Com isso, pode-se observar uma interconexão entre as motivações políticas e as ações econômicas do Estado Chinês a fim de garantir a segurança alimentar da população chinesa. A hipótese é resumida abaixo:

Segurança alimentar —————> **Investimentos externos** —————> **Aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira**

A presente dissertação utiliza os seguintes objetivos para verificar essa hipótese. O objetivo geral: Compreender quais são as motivações políticas e as ações econômicas do

aumento da participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira de 2000 a 2020. Já os objetivos específicos são: 1) Caracterizar os nós da cadeia mercantil da soja brasileira; 2) Descrever o aumento da participação chinesa nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira; 3) Entender as motivações políticas e as ações econômicas do Estado Chinês para o aumento da participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. Todos esses objetivos serão alcançados nos capítulos descritos abaixo.

O segundo capítulo busca compreender o conceito de cadeia mercantil e sua utilização prática para a soja brasileira em três seções. A primeira seção busca por meio da revisão bibliográfica entender as origens do conceito de cadeia mercantil e suas variações. Já a segunda seção utiliza-se desse aparato conceitual para caracterizar os nós da cadeia mercantil da soja brasileira, tendo em vista as empresas participantes, os números de produção e comercialização do produto. Com essa descrição se pretende criar uma representação visual da cadeia mercantil da soja brasileira. A última seção amplia o recorte histórico e descreve, de maneira geral, a evolução produtiva da soja brasileira em território nacional.

O terceiro capítulo descreve o aumento da demanda e dos investimentos das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. Para isso, o capítulo é dividido em duas seções: a primeira utiliza-se de dados relativos à mudança socioeconômica da China nas últimas décadas para compreender o aumento da demanda pela soja; a segunda busca nos dados de instituições especializadas e em pesquisas próprias, os valores dos investimentos das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira.

O quarto capítulo tem como objetivo entender as motivações políticas e as ações econômicas do aumento da participação das empresas chinesas na cadeia mercantil da soja brasileira através de uma análise histórica. Para atingir o objetivo do capítulo foi necessário concentrar a pesquisa em duas variáveis: a) a segurança alimentar como central para a política interna da China e b) a política de investimentos do Estado Chinês como efetivação do aumento da participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. Para auxiliar na compreensão dessas variáveis o capítulo terá duas seções. Além disso, essas duas variáveis são interconectadas com os capítulos precedentes, o que aumenta a sustentação da hipótese desta pesquisa.

Por fim, as considerações finais trazem os resultados desta pesquisa e algumas reflexões mais gerais acerca da ascensão chinesa na economia-mundo capitalista contemporânea, seja nos

seus impactos como em suas origens. A complexidade desse processo deve ser analisada criticamente para fugir das explicações sintéticas das tradicionais teorias das Relações Internacionais ou das formulações da Economia Política Internacional limitadas por um escopo histórico conjuntural e/ou com formulações engessadas na abstração dos esquemas hipotéticos. Ademais, espera-se que este trabalho seja uma via de divulgação dos conceitos da Economia Política dos Sistemas-Mundo e das pesquisas realizadas por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, muitas vezes marginalizadas na Academia.

2. CADEIA MERCANTIL: REVISÃO TEÓRICA E UTILIZAÇÃO PRÁTICA PARA A SOJA BRASILEIRA.

“We would emphasize that what is important in our view is that we think of a commodity chain as a single phenomenon. It is the characteristics of the chain as a whole that should be the primary object of investigation, not those of particular boxes, or particular aspects of all boxes. In the long run, the object of the exercise is to understand how a capitalist world-economy actually functions.”

Immanuel Wallerstein, 2000

Este capítulo descreve a cadeia mercantil da soja brasileira por meio de revisões bibliográficas e análise de dados quantitativos e qualitativos. Para isso, o capítulo será subdividido em três seções, que interligadas proverão resultados parciais para a dissertação. Na primeira seção será realizada uma revisão conceitual da cadeia mercantil, conceito que teve origem em uma proposta de pesquisa realizada por Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein no ano de 1977. A partir dessa proposta de pesquisa, pesquisadores/as de Universidades ao redor do mundo modificaram, ampliaram, atualizaram e testaram o conceito de cadeia mercantil para analisar os fluxos políticos e econômicos da economia-mundo capitalista. Cada vertente tem sua proposta, o que impõe a necessidade de entendê-las. Na segunda seção o conceito de cadeia mercantil e suas vertentes são testadas no caso da soja brasileira. Em um primeiro momento são descritos os principais nódulos, levando em conta as empresas participantes, os dados da produção, comercialização e armazenamento do produto, e também, as relações entre os atores envolvidos. Com essa descrição se pretende esboçar a cadeia mercantil da soja brasileira.

Já na terceira seção, o esboço criado e as descrições dos nódulos são discutidos em um panorama mais amplo no sentido histórico, para compreender suas principais características. Nessa descrição histórica são revisados obras e dados sobre a agricultura brasileira em geral e da produção da soja em específico. A reconstrução histórica possibilita analisar o aumento da área cultivada, da produção e da comercialização da soja, sempre buscando comparações com demais países e observando as políticas empreendidas pelo Estado Brasileiro. Ao final deste capítulo, se espera que o entendimento da cadeia mercantil como um todo seja atingido, assim como a proposta de Wallerstein (2000), citada acima.

2.1 A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA CADEIA MERCANTIL.

O conceito “cadeia mercantil” surgiu em 1977 em um artigo publicado pela revista *Review* do *Fernand Braudel Center (State University of New York-Binghamton)*, no qual Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein lançavam um novo projeto de pesquisa para as Ciências Sociais. Enquanto as teorias ditas desenvolvimentistas buscavam explicações das diferenças entre “sociedades desenvolvidas e sociedades subdesenvolvidas” em características individuais do processo de desenvolvimento econômico, Hopkins e Wallerstein (1977) utilizavam o conceito de Sistemas-Mundo para entrelaçar todas as regiões do globo em uma arena social mundial. Com a mudança epistemológica proposta pelos autores, foi possível criar a premissa de que:

[...] A arena dentro da qual a ação e a mudança social ocorrem não é a "sociedade" em abstrato, mas um "mundo" definido. Um todo espaço-temporal, cujo escopo espacial é coextensivo com a divisão elementar do trabalho entre suas regiões ou partes constituintes e cujo escopo temporal se estende enquanto a divisão elementar do trabalho reproduz continuamente o "mundo" como um todo social (seja em uma escala de expansão, contração ou imutável) [...] Este "sistema-mundo" cresceu desde então através de ciclos de expansão e contração em seu escopo geográfico (e agora abrange o globo), em sua capacidade produtiva (formação de capital), em sua integração como um todo (interdependência em escala mundial), e em sua penetração e organização das relações sociais ("mercantilização" e formação de classe).” (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1977, p. 112, tradução livre)⁴

O sistema-mundo moderno, que nasceu no século XVI no continente europeu, é a atual arena de ação e transformação social. O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista reforçada por algum laço cultural e por arranjos políticos, tornando-se assim um sistema social com fronteiras, estruturas, grupos de interesses, regras e coerência. A economia-mundo capitalista só é possível pelas suas divisões políticas e econômicas produzidas pela acumulação incessante de capital e sua divisão internacional do trabalho (WALLERSTEIN, 1974; HOPKINS, WALLERSTEIN, 1977, 2004).

⁴ Trecho original: “[...] the arena within which social action takes place and social change occurs is not "society" in the abstract, but a definite "world", a spatio-temporal whole, whose spatial scope is coextensive with the elementary division of labor among its constituent regions or parts and whose temporal scope extends for as long as the elementary division of labor continually reproduces the "world" as a social whole (whether on an expanding, contracting, or unchanging scale) [...] This "world-system" has since grown through cycles of expansion and contraction in its geographical scope (and now encompasses the globe), in its productive capacity (capital formation), in its integration as a whole (world-scale interdependence), and in its penetration and organization of social relations ("commodification" and class-formation).”

Para Wallerstein (2001) a acumulação incessante de capital é a “lei geral” da economia-mundo capitalista que impacta todos os agentes inseridos neste sistema social, positivamente para aqueles que seguem as regras e negativamente para aqueles que as contrariam. A divisão do trabalho é o meio para realizar o processo de acumulação de capital em nível global, na qual, reproduz e modifica as estruturas de produção pela economia-mundo capitalista em movimentos espaço-temporais (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1977).

Com isso, há uma hierarquização das tarefas ocupacionais na economia-mundo capitalista, a qual, por sua vez, gera distanciamentos econômicos e sociais entre as regiões do globo. A estratificação da economia-mundo capitalista também é auxiliada pelas trocas desiguais entre as regiões, pois mesmo com as mudanças ao longo do tempo nas formas de acumulação de capital, seja pelas mãos dos Estados colonizadores ou por empresas multinacionais, as trocas desiguais continuam. Esses distanciamentos são visualizados pela divisão tripartida da economia-mundo capitalista em: centro, semiperiferia e periferia (WALLERSTEIN, 2001).

O centro é formado por Estados com forte aparato político e coerência social (identidade sociocultural). A periferia é o contrário desses centros, desfruta de pouca autonomia e pode mesmo viver uma realidade colonial. A semiperiferia é constituída por regiões ou Estados que têm certa complexidade político-econômica e tornam-se de suma importância para a manutenção da dinâmica da economia-mundo capitalista, pois essas zonas fazem um papel de catalisador de pressões políticas dos Estados periféricos que poderiam chegar ao centro do sistema (WALLERSTEIN, 1974).

A divisão da economia-mundo capitalista também é observada por Braudel (1987) e Arrighi (1998). A concepção braudeliã de zonas concêntricas, propõe que quanto mais longe do centro está a região, mais dependente do centro e fraca ela será. Assim, diferente dos benefícios que o centro usufrui, as zonas intermediárias são de pouca liberdade, com trocas imperfeitas, sistemas financeiros incompletos, dependentes do capital externo e indústrias tradicionais (BRAUDEL, 1987). Porém, as zonas intermediárias nada se comparam com a escassez que as margens sofrem, pois nesta divisão: “[...] as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais.” (BRAUDEL, 1987, p. 60).

Já a visão distributiva dos recursos econômicos produzidos ao longo das cadeias mercantis formulada por Arrighi (1998), defende que a semiperiferia é a combinação das atividades do núcleo orgânico e da periferia. Neste sentido os Estados semiperiféricos exercem

poder suficiente para não serem rebaixados à periferia, mas têm pouco poder para se elevar ao núcleo orgânico. No entanto, os movimentos de ascensão e rebaixamento não são tão simples, devido à relação simbiótica que os Estados do núcleo orgânico estabelecem com este *status*. O inverso acontece com os Estados periféricos que tendem ter uma incapacidade endêmica de sair dos processos econômicos predominantemente periféricos (ARRIGHI, 1998).

As três visões acima sobre a divisão da economia-mundo capitalista reforçam a hipótese de que “na economia-mundo, complementaridade acompanha desigualdade” (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1977, p. 127, tradução livre)⁵, já que a interdependência econômica e política entre as regiões não significa igualdade entre elas. Para rastrear os fluxos econômicos e as desigualdades deles resultantes, Hopkins e Wallerstein (1977) modificam o entendimento de comércio internacional até então vigente nas Ciências Sociais por meio do conceito de cadeia mercantil. Por cadeia mercantil os autores entendem “[as] conexões dos processos laborais e produtivos que terminam em um produto final” (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1986, p. 159, tradução livre)⁶.

Para Hopkins e Wallerstein (1986) a utilização do conceito “cadeia mercantil” é uma opção metodológica capaz de captar os fluxos comerciais, migratórios e de capital entre as jurisdições estatais que ajudam explicar, parcialmente, a divisão internacional do trabalho. Para isso, são necessárias duas etapas: a primeira é a delimitação dos nódulos da cadeia mercantil e a segunda é a compreensão das mudanças produtivas ocorridas temporal e geograficamente nesses nódulos. A delimitação resulta em nódulos interligados, analisados em sentido reverso, pois “retrocedemos em vez de avançar porque estamos interessados em ver **os locais das fontes de valor** em um produto acabado e não os múltiplos usos para as matérias-primas” (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1986, p. 160, tradução livre, grifos nossos)⁷. Já a compreensão das mudanças ocorridas nos nódulos deve buscar quatro dimensões: a) a natureza do fluxo entre os nódulos, b) os tipos de relações de produção dominantes em cada nódulo, c) a organização da produção, d) a localização espacial de cada nódulo (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1986).

A segunda etapa, auxiliada pela primeira, pode iniciar uma análise geográfica e/ou temporal de determinada cadeia mercantil. Em uma análise com prioridade ao espaço pode-se

⁵ Trecho original: “In the world-economy, complementarity goes along with inequality”.

⁶ Trecho original: “[...] refers to a network of labor and production processes whose end result is a finished commodity”.

⁷ Trecho original: “We move backward rather than forward because we are interested in seeing the loci of the sources of value in a finished product and not the multiple uses to which raw materials are put”.

identificar a dispersão produtiva de cada nóculo entre os territórios dos Estados. Uma análise das mudanças temporais permite avaliar as transformações estruturais de determinada cadeia mercantil ao longo do tempo (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1986). Para Hopkins e Wallerstein (1986), ao seguir as duas etapas, a análise pode demonstrar mudanças na distribuição geográfica dos nóculos, na força de trabalho utilizada na produção, na tecnologia utilizada e na dispersão ou concentração dos nóculos dentro da cadeia mercantil.

É possível realizar essas análises por meio de medições quantitativas no volume, no valor total ou na quantidade de processos produtivos de determinado produto. Além disso, é possível combinar as medições, a fim de melhor entender como são constituídas as cadeias mercantis, logo, parte do funcionamento da economia-mundo capitalista. Foi esse exercício de medição e análise que Hopkins e Wallerstein (1977) realizaram para construir as seguintes hipóteses: (a) as cadeias mercantis sempre cruzaram as fronteiras políticas dos Estados; com isso, (b) não há um processo de internacionalização da economia e/ou do capitalismo, já que a primeira hipótese deixa explícito o caráter global das cadeias mercantis desde o surgimento da economia-mundo capitalista; contudo, (c) existem exceções à internacionalização em breves períodos de tempo e de espaço durante o desenvolvimento da economia-mundo capitalista, seja pela falta de uma hegemonia, pela contração econômica específica de um Estado ou um grupo de Estados, principalmente os periféricos e semiperiféricos (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1977).

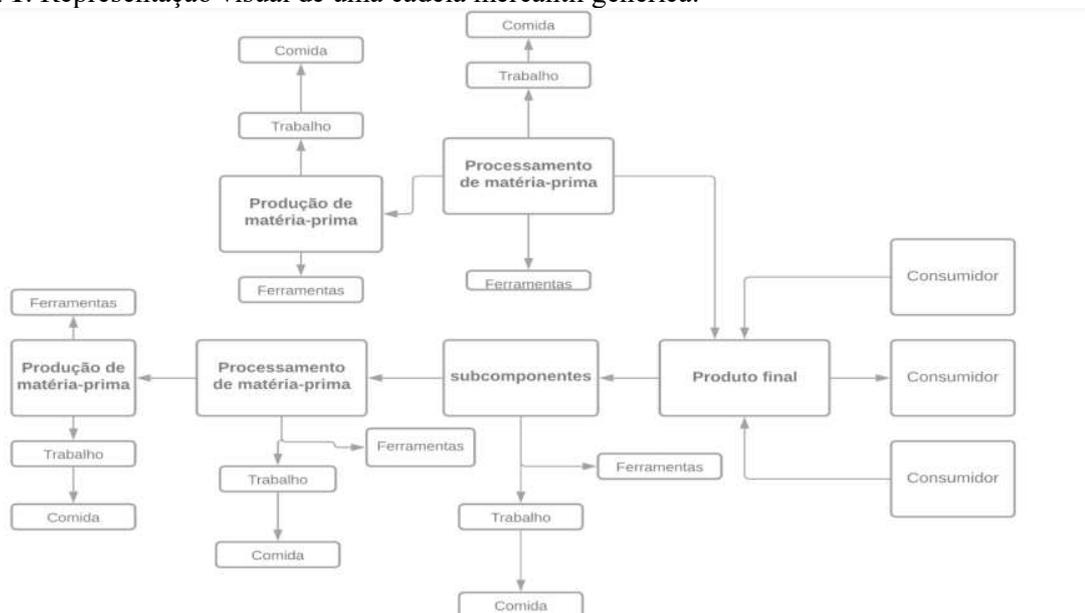
Assim, mesmo que a representação visual de uma cadeia mercantil, como demonstrado abaixo (figura 1), indique em um primeiro momento que determinado produto final seja o objetivo da análise, as preocupações das análises dos sistemas-mundo utilizam compreendem que o produto de cada nóculo de uma cadeia mercantil é como um elo intermediário para análise de um outro processo econômico ou político que derive desta produção (BAIR, 2008). Nas palavras de Wallerstein (1994, p. 50, tradução livre)⁸: “a grande virtude das cadeias mercantis é a ênfase no processo”. Neste sentido, “é a natureza da sobreposição e da intersecção das diferentes cadeias mercantis que Hopkins e Wallerstein pretendiam evocar ao se referir a elas [cadeias mercantis] como urdidura e trama da economia-mundo capitalista.” (BAIR, 2008, p. 15, tradução livre)⁹. Sem a compreensão das cadeias mercantis ao longo do tempo e do espaço,

⁸ Trecho original: “the greatest virtue of a commodity chain is its emphasis on process”.

⁹ Trecho original: “It is the overlapping and intersecting nature of different commodity chains that Hopkins and Wallerstein meant to evoke when referring to them as the warp and woof of the capitalist world-economy”.

não seria possível ter uma perspectiva do funcionamento da economia-mundo capitalista contemporânea de forma completa.

Figura 1: Representação visual de uma cadeia mercantil genérica.



Fonte: elaboração própria com base em Hopkins e Wallerstein (1986).

O próprio conceito de cadeia mercantil sofreu revisões e atualizações, sendo possível dividir a vasta literatura que se relaciona às cadeias mercantis em três vertentes: a primeira é o entendimento clássico da perspectiva (macro)histórica dos sistemas-mundo; a segunda, iniciada por Gary Gerrefi, mescla a perspectiva sociológica com os estudos de desenvolvimento comparado; e a terceira é uma atualização da segunda, reconhecida na Academia como os estudos das cadeias globais de valor (BAIR, 2008). As três correntes têm como finalidade compreender a concepção, produção, comercialização e consumo de determinado produto. No entanto, “[...] cada uma dessas correntes tem sua própria história, suas próprias afinidades teóricas e metodológicas, sua própria ênfase e preocupação empírica e, seu valor político.” (BAIR, 2008, p. 2, tradução livre)¹⁰.

Como visto anteriormente, para a primeira corrente a estrutura (divisão internacional do trabalho), o espaço (localização dos nódulos das cadeias mercantis) e o tempo (mudança e reorganização produtiva conforme as mudanças na economia-mundo capitalista) são essenciais para compreender as cadeias mercantis. A segunda também analisa essas três dimensões, porém modifica-as e as relaciona em quatro dimensões: 1) a estrutura de transformação de matérias-

¹⁰ Trecho original: “[...] each of these chain constructs has its own history, its own theoretical and disciplinary affinities, its own substantive emphases and empirical concerns, and, arguably, its own political valences”.

primas em bens industrializados, 2) a configuração geográfica das cadeias mercantis globais, 3) a governança das cadeias mercantis globais e 4) a organização e operacionalização institucional das cadeias mercantis globais (BAIR, 2008). Já a terceira corrente, procura compreender as relações intrafirmas que ocorrem nas cadeias globais de valor, a participação de empresas líderes para determinado setor e as dinâmicas produtivas que são oriundas desta participação (GIBBON, BAIR, PONTE, 2008).

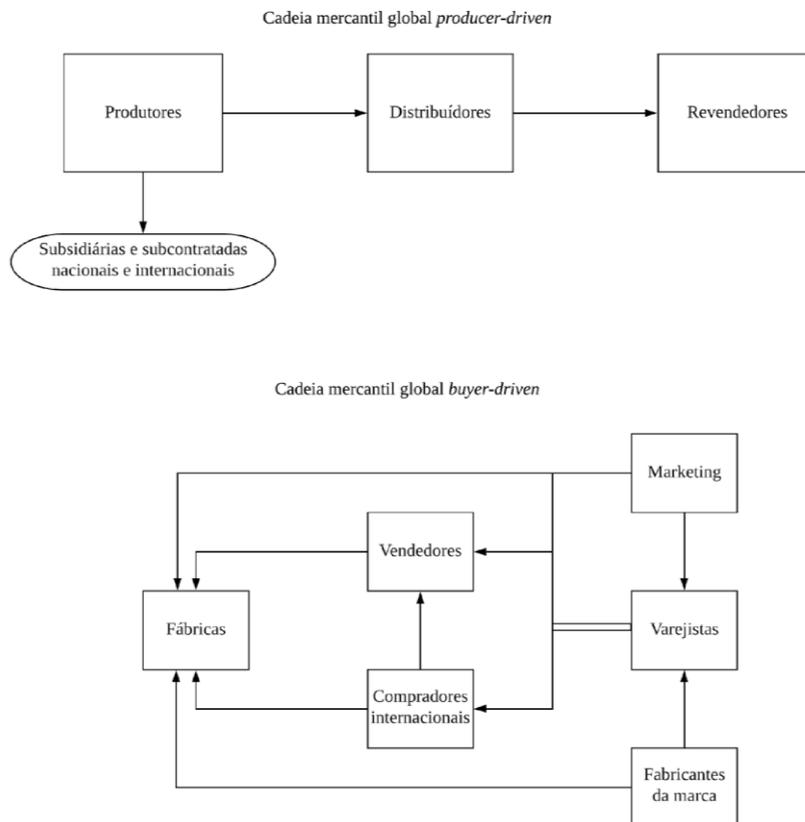
A segunda vertente, iniciada em 1994 no livro “*Commodity Chains and Global Capitalism*”, organizado por Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz, aumentou a quantidade de trabalhos sobre as cadeias mercantis globais na Academia norte-americana, mesmo que em um grupo pequeno de pesquisadores, e influenciou o desenvolvimento da terceira vertente. Para os autores, as cadeias mercantis globais (em inglês *Global Commodity Chains – GCC*) são “[...] conjuntos de redes interorganizacionais agrupadas em torno de uma mercadoria ou produto, ligando famílias, empresas e Estados uns aos outros dentro da economia-mundo capitalista. Essas redes são específicas, construídas socialmente e integradas localmente, enfatizando a inserção social da organização econômica” (GEREFFI, KORZENIEWICZ, KORZENIEWICZ, 1994, p. 2, tradução livre)¹¹. As cadeias mercantis globais podem revelar fluxos e trocas transfronteiriças na produção de bens que as estatísticas do comércio internacional ocultam, principalmente aqueles que estão localizados abaixo (local) e acima (global) dos Estados (GEREFFI, KORZENIEWICZ, KORZENIEWICZ, 1994).

Na concepção dos autores, as análises das cadeias mercantis globais são pontes entre o entendimento macrohistórico das estruturas capitalistas e as observações micro organizacional das pesquisas que estudam as capacidades empresariais (GEREFFI, KORZENIEWICZ, 1994). Com esta finalidade, no artigo presente na mesma obra Gereffi (1994) forja novos conceitos e traz novas observações. Por meio de análises empíricas sobre a estrutura organizacional de grandes empresas estadunidenses e conceitos da teoria administrativa (micro organizacional), o autor propôs a utilização de dois tipos de governança para definir as cadeias mercantis globais (macrohistórico). No primeiro tipo, a primeira cadeia mercantil é comandada pelo produtor (*producer-driven*) e no segundo tipo pelo comprador (*buyer-driven*), como exemplificado na

¹¹ Trecho original: “[...] sets of interorganizational networks clustered around one commodity or product, linking households, enterprises, and states to one another within the world-economy. These networks are situationally specific, socially constructed, and locally integrated, underscoring the social embeddedness of economic organization”.

figura 2 (GEREFFI, 1994). As duas formas demonstram a assimetria de poder entre os agentes envolvidos, o que gera disputas para modificar a forma de governança.

Figura 2: Representação visual das cadeias mercantis globais dos tipos *producer-driven* e *buyer-driven*.

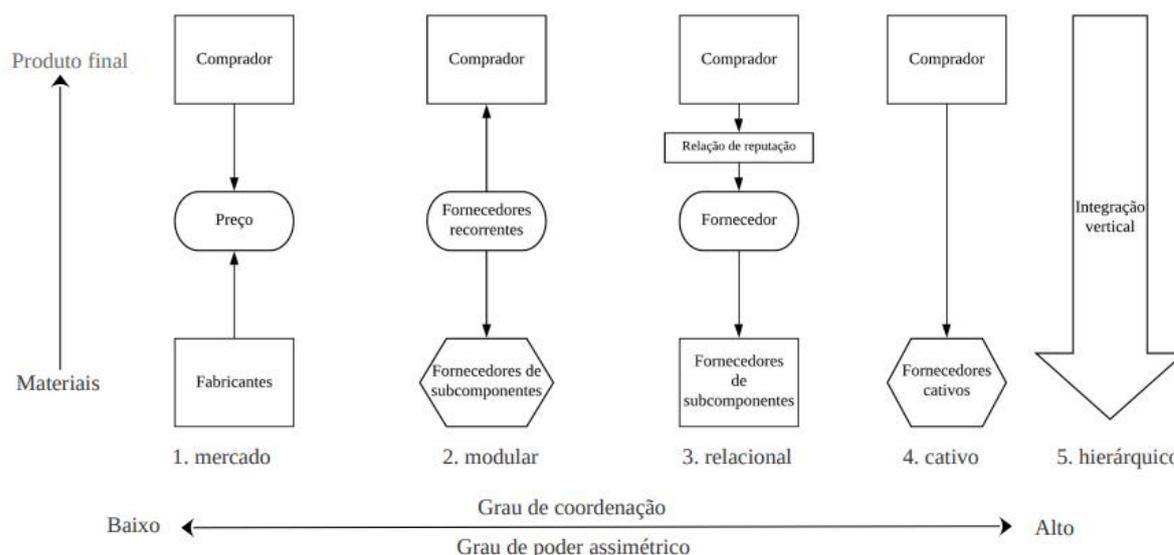


Fonte: Elaboração própria com base em Gereffi (1994).

Na cadeia mercantil do tipo *producer-driven*, as corporações transnacionais ou grandes empresas interligadas por contratos de cooperação controlam todos os nódulos da cadeia mercantil, como ocorre nas cadeias mercantis de automóveis, aeronaves, softwares e máquinas que utilizam a tecnologia e o capital de forma intensiva. Já na cadeia mercantil do tipo *buyer-driven*, quem comanda os nódulos são os compradores do produto final, como é o caso das cadeias mercantis de vestuários e demais produtos não duráveis produzidos em países periféricos (GEREFFI, 1994). Esses tipos de governança auxiliam nas análises sobre como as cadeias mercantis são estruturadas conforme a dinâmica de poder entre os atores envolvidos, possibilitando uma compreensão aprofundada em relação as cadeias mercantis de caráter oligopolista, por exemplo. Além disso, esses dois tipos de cadeia mercantil auxiliam nas pesquisas referentes às mudanças geográficas da produção, conforme os interesses e restrições dos produtores e/ou compradores.

Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) atualizaram os tipos de governança existentes para adequar a perspectiva aos dados empíricos encontrados e concluíram que podem existir cinco tipos de governança (figura 3) e não dois como proposto por Gereffi (1994). O primeiro é denominado “mercado”, em que há um contrato entre produtores e compradores que leva em conta o preço de mercado de determinado bem. O segundo, chamado de “modular”, observa maior capacidade dos produtores nos processos produtivos, além de uma produção direcionada às especificidades dos compradores. O terceiro tipo é o “relacional”, em que compradores e produtores têm uma relação complexa, criam laços e consolidam determinada reputação entre ambos. O quarto tipo, intitulado “cativo”, descreve as relações de pequenos produtores e de grandes consumidores, ou seja, o primeiro se submete ao controle e às regras de produção do segundo. O quinto e último tipo de governança é “hierárquica”, no qual, uma empresa comanda filiais e/ou empresas subordinadas, ou em outra terminologia, as empresas se integram verticalmente para produzir determinado bem (GEREFFI, HUMPHREY, STURGEON, 2005).

Figura 3: Tipos de governança nas cadeias mercantis globais.



Fonte: Elaboração própria com base em Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005).

Dessa forma, enquanto as preocupações de Hopkins e Wallertstein (1977, 1986) estavam voltadas para compreensão da divisão internacional do trabalho em um nível macro histórico-mundial, as cadeias mercantis globais de Gereffi (1994) tinham como finalidade a busca pela classificação da governança destas cadeias e as possibilidades dos Estados se inserirem na economia-mundo capitalista. De fato, com a utilização das chamadas ciências da administração que estudam as vantagens competitivas entre as empresas, as análises de Gereffi e seus colegas (2005) voltaram-se para as relações empresariais e para a utilização tecnológica nos processos produtivos, o que fez com que os nódulos pensados por Hopkins e Wallerstein

(1977, 1986) fossem abandonados. Para Smith, Ciccantell e Sowers (2022, no prelo) as mudanças epistemológicas das análises das cadeias mercantis para as cadeias globais de valor foram ainda mais bruscas, principalmente ao deixarem de utilizar a visão crítica das relações econômicas e políticas dentro da economia-mundo capitalista.

Além dessas principais correntes, outros estudos utilizam a proposta de Wallerstein e Hopkins (1977). Philip McMichael - que auxiliou na construção do projeto de pesquisa dos dois autores - e Harriet Friedmann, criaram o conceito de regime alimentar para compreender os padrões de produção e consumo de produtos agrícolas ao longo do tempo e do espaço (MCMICHAEL, FRIEDMANN, 1989). Os produtos agroalimentares são essenciais para compreender os processos entre os nódulos de uma cadeia mercantil, pois a produção e consumo enfatizam as conexões entre periferia e centro, já que os produtos primários são produzidos no sul global e consumidos, em maior quantidade, no hemisfério norte. Fora a questão geográfica, os produtos são, em sua maioria, produzidos e comercializados desde o período colonial do século XVI, o que demonstra a manutenção das desigualdades entre regiões centrais, semiperiféricas e periféricas durante um longo período de tempo (TALBOT, 2008).

Para Moore (2000), os produtos agrícolas, principalmente o açúcar, foram o ponto de inflexão para a economia-mundo capitalista, devido ao seu caráter expansivo. Na tentativa de compreender os processos dessa expansão capitalista, Moore (2000) utiliza o conceito de “*commodity frontiers*”, que auxilia nas análises dos impactos globais das cadeias mercantis em níveis locais. Assim, esse conceito, criado por Moore (2000), a partir dos trabalhos de Hopkins e Wallerstein (1977, 1986), “[...] lança luz sobre as formas em que a produção de mercadorias regionalmente específicas molda e é moldada pela expansão socioespacial da lei do valor - acumulação primitiva contínua - sob a qual as pessoas são forçadas a “vender para sobreviver” (MOORE, 2000, p. 411, tradução livre)¹².

As análises de Vieira (2010, 2014) também observam os nódulos da cadeia mercantil do açúcar, porém com foco no Brasil Colônia do século XVI. Vieira (2014) encontrou relações econômicas e políticas para além da colônia e da metrópole, foi possível constatar que os padrões de consumo do açúcar na Europa que também foram influenciados pelos volumes produzidos no Brasil, afetaram a sociedade colonial brasileira, seja na tecnologia adotada, nos

¹² Trecho original: “[...] sheds light on the ways in which place-specific commodity production shapes and is shaped by the socio-spatial expansion of the law of value- ongoing primitive accumulation- under which people are forced to "sell to survive”.

financiamentos utilizados e, principalmente, em relação ao trabalho escravo. O trabalho sobre a cadeia mercantil do açúcar fomentou novas pesquisas, como o trabalho de Vieira (2012) em sobre a cadeia mercantil do café brasileiro, no qual a autora chega à conclusão de que é preciso uma análise sistêmica quando “[...] se almeja evidenciar as relações econômicas capitalistas, sobretudo as cadeias mercantis. O que permite observar o grau de autonomia de um dado Estado em relação à sua(s) *commoditie(s)*” (VIEIRA, 2012, p. 291). A produção de Lins (2006) reafirma esse argumento, além de demonstrar as diversas possibilidades de análises em torno do conceito de cadeia mercantil e suas versões posteriores. Para Lins (2006), a utilização dessa corrente analítica:

[...] é útil à análise das indústrias organizadas mundialmente e à observação do modo como países e regiões são envolvidos nos correspondentes processos, com os reflexos territoriais associados. Aspecto crucial é que essa abordagem avalia criticamente os nexos existentes entre crescimento industrial e desenvolvimento, assim como questiona a ideia de que o Estado-nação é o lócus privilegiado de ambos, tendo em vista a ênfase atribuída ao papel das hierarquias na criação de valor e na distribuição da riqueza no seio das redes mundiais de produção e comércio (LINS, 2006, p. 23-24).

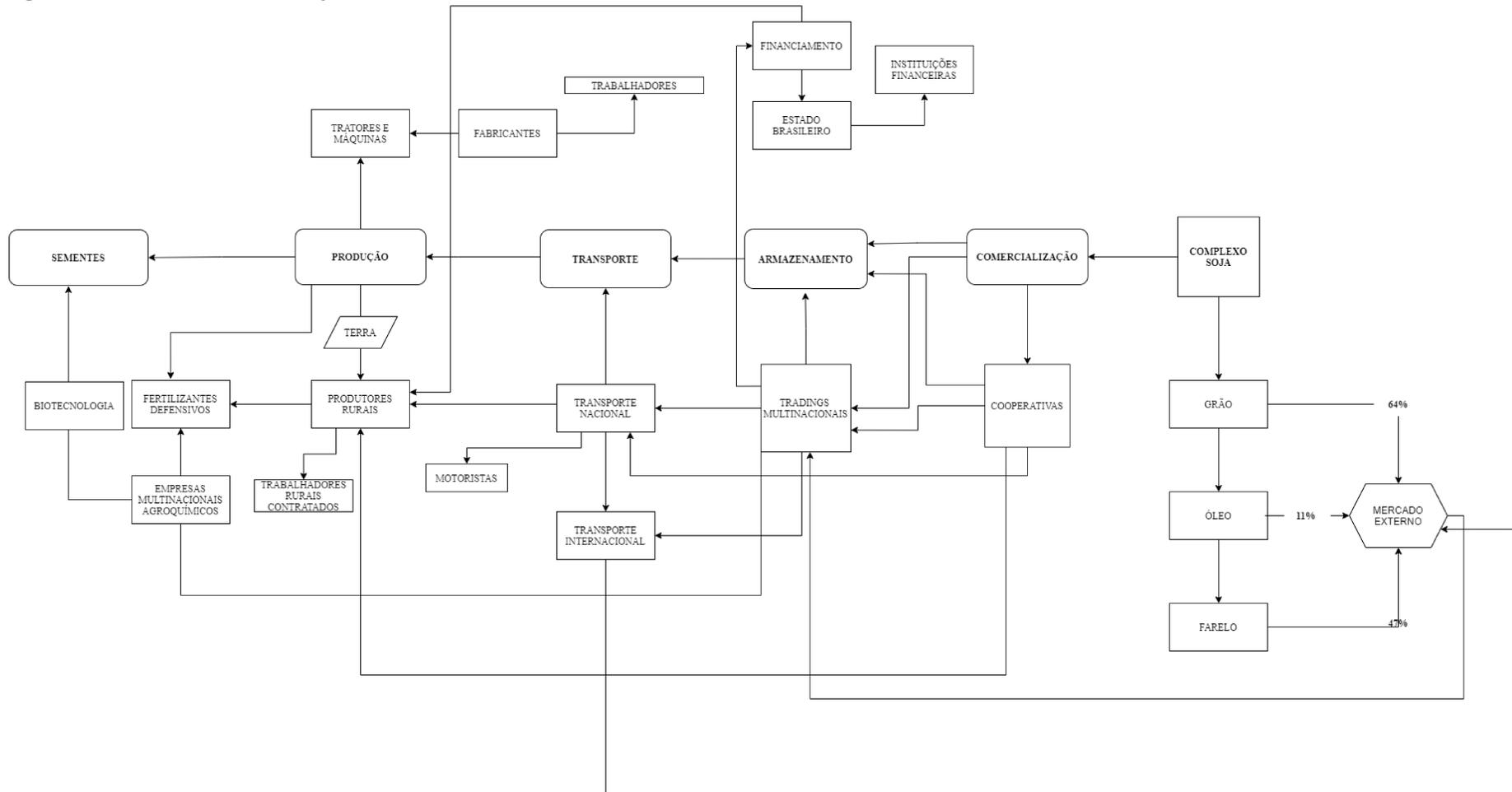
Desse modo, a produção brasileira não é mera reprodução da corrente iniciada por Hopkins e Wallerstein (1977, 1986). Nela, o caráter crítico da ciência social latino-americana vem à tona por meio de junções metodológicas e epistemológicas que têm como fim o melhor entendimento do mundo em que vivemos e, principalmente, do entendimento do espaço que ocupamos nele. As correntes aqui mencionadas semeiam novos questionamentos e proposições, como estamos tratando de fazer nesta dissertação. A partir desta revisão, será realizada a construção dos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, utilizando o estudo macrohistórico da primeira versão das cadeias mercantis, mas empregando os conceitos de governança das duas outras vertentes.

2.2 OS NÓDULOS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA

Como sugerido por Hopkins e Wallerstein (1977, 1986), nesta seção será realizada a delimitação dos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira e em seguida a recapitulação histórica e geográfica desta mesma cadeia. De início, pode-se observar a representação visual da cadeia mercantil da soja brasileira na figura 4 abaixo. A partir dela, será possível realizar uma breve descrição dos principais nódulos: produto final, comercialização, armazenamento, transporte, produção, máquinas e sementes. Contudo, a delimitação dos nódulos da cadeia mercantil não possibilitará uma observação aprofundada das dinâmicas relacionadas à mão-de-

obra (trabalho), ao financiamento e aos possíveis subnódulos da cadeia, devido ao extenso campo teórico e empírico que precisaria ser discutido.

Figura 4: Cadeia mercantil da soja brasileira.



Fonte: Elaboração própria.

Produto final

O produto final da cadeia mercantil da soja brasileira é o primeiro nóculo delimitado. O Estado brasileiro utiliza o termo complexo da soja para se referir à produção e à comercialização do grão, do farelo e do óleo da soja¹³. Os produtos que compõem o complexo da soja têm diversos fins, seja para consumo humano ou animal. O grão pode ser processado tornando-se extrato, óleo, farelo ou uma pasta fermentada, conhecida como missô. Do extrato vem a farinha para pães, o tofu e preparos para mingaus e bebidas aromatizadas. Do óleo se pode produzir o óleo refinado para uso culinário ou gordura hidrogenada, base para margarinas e sorvetes. A lecitina, a borra e a vitamina E também oriundas do óleo de soja, podem ser utilizados na produção de borracha, couro, cosméticos, fármacos, sabão, ração, entre outros. Do mesmo modo, o farelo de soja pode ser transformado em diversos produtos, dos quais os principais são a ração para consumo animal e a proteína texturizada (PTS) para consumo humano (CÂMARA, 2015). O produto final da cadeia mercantil da soja é o início de novas cadeias de mercadorias que utilizam a soja como matéria-prima, como demonstrado acima, porém, para essa pesquisa, o que interessa são os nósculos da cadeia mercantil da soja, a qual termina com o consumo do grão.

Comercialização

Antes do produto final há o nóculo de comercialização da soja, o que envolve empresas multinacionais como principais atores do nóculo. A comercialização da soja no mercado mundial é realizada por cinco grandes empresas multinacionais, a maioria do Atlântico Norte e, mais recentemente, da China: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company, conhecidas como “ABCD” e a China Oil and Foodstuff Corporation (COFCO). Além da comercialização, essas empresas transportam e processam diversas *commodities*, o que faz com que 70% do mercado mundial de *commodities* agrícolas estejam sob o comando do ABCD (SANTOS, GLASS, 2018).

Na América Latina, o ABCD intensificou sua participação durante a reestruturação produtiva mundial e nas dinâmicas locais de liberalização apoiadas pelas políticas neoliberais da década de 1990 dos governos nacionais da região. Com uma política empresarial de integração vertical (participação da empresa em diversos nósculos da cadeia mercantil por meio

¹³ Essa terminologia interfere na concepção da cadeia mercantil da soja brasileira, já que o farelo e o óleo de soja formam novas cadeias mercantis. Para essa pesquisa, o termo será empregado para explicações pontuais que estão conectadas com a cadeia mercantil da soja.

de aquisições e fusões) e interferência na formulação de políticas nos países em que atuam, o ABCD efetivou sua posição oligopolista na cadeia mercantil da soja, cooptando os produtores rurais em contratos financeiramente definidos pelos contratantes e que abrangem apoio tecnológico, produtivo e comercial das safras (WESZ, 2016). As estratégias do ABCD fazem que esse grupo controle 43% das exportações de soja da Argentina, Brasil e Paraguai (TRASE, 2020).

No entanto, essas quatro empresas são desafiadas pelos altos investimentos da COFCO na América Latina, que já fazem com que a empresa chinesa seja responsável por 7% das exportações de soja da Argentina, Brasil e Paraguai (TRASE, 2020). Maior empresa de alimentos da China, em 2014 a estatal COFCO adquiriu a Noble e Nidera, duas empresas de comercialização de soja. Atualmente, a COFCO informa que trabalha, além da soja, com açúcar, café e algodão, produtos que passam pelos 58 armazéns, 11 unidades de processamento e 15 portos (COFCO, 2019).

O Cone Sul é o principal produtor mundial de soja atualmente, o que faz com as empresas multinacionais concentrem seus investimentos na região. Devido a isso, algumas pesquisas como a de Turzi (2017), descrevem a Argentina, o Brasil e o Paraguai como as “Repúblicas da soja” devido à centralidade do grão para a essas três economias. A partir dessas análises é possível fazer conexões e comparações entre os três países, exercício se torna útil para essa dissertação, pois partimos de uma visão macro-história comparativa. Essa comparação fortalece as descrições dos nódulos e a participação das empresas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira.

As empresas multinacionais modulam suas estratégias conforme a conexão com as instituições e os atores nacionais destes países do Cone Sul. Na Argentina, as empresas multinacionais tentam amenizar os confrontos com os produtores rurais resistentes ao modelo que elas propõem. No Brasil, as empresas multinacionais tendem a cooperar com os atores locais, o que levou à criação de uma relação de coordenação dos interesses dos agentes envolvidos. Já o Paraguai e seus atores internos têm papel submisso aos interesses das multinacionais (TURZI, 2017). Esse argumento merece ser analisado em profundidade por meio das leis e estruturas de cada país, o que não conseguiremos realizar aqui. Porém, é possível analisar os seguintes dados: a quantidade exportada de soja em grão ou processada e as principais empresas exportadoras.

Devido à necessidade de capacidade agroindustrial interna para o processamento do grão e produzir óleo, a comercialização deste produto é um importante dado para auxiliar na demonstração da relação entre atores nacionais e empresas multinacionais. Enquanto a Argentina exportou US\$ 3 bilhões em óleo de soja em 2020, o Brasil exportou US\$ 716 milhões e o Paraguai exportou US\$ 416 milhões (ABIOVE, 2021; BCP, 2021; ARGENTINA, 2021). No caso brasileiro, o consumo interno do óleo diminuiu a exportação do produto. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), da produção total do óleo de soja em 2020 (9.557 milhões de toneladas), 8.530 milhões de toneladas foram destinados para o consumo interno (ABIOVE, 2021). Mesmo com o consumo interno, a soja em grão exportada pelo Brasil representou 64% da produção total, enquanto o processamento apenas 36%. No Paraguai a exportação de soja em grão é ainda mais dominante, com apenas 29% da soja exportada em 2020 tendo passado por algum tipo de processamento, enquanto 71% estava em estado natural. A Argentina também segue o mesmo padrão de exportação, 74% de soja em grão e 25% de soja processada (ABIOVE, 2021; CAPPRO, 2021; SLY, 2017).

Em relação às empresas exportadoras, segundo informações do governo argentino disponibilizadas no site do Ministério da Agricultura, as dez principais exportadoras de soja de 2020 no país são, em ordem decrescente: COFCO (China), ADM (Estados Unidos), Cargill (Estados Unidos), Asociación de Cooperativas Argentinas (Argentina), CHS (Argentina/Estados Unidos), Amaggi (Brasil), Diaz e Forti (Argentina), Dreyfus (Holanda), Oleaginosa Moreno (Argentina) e Bunge (Estados Unidos). No Paraguai em 2020 as oito maiores exportadoras foram: Cargill (Estados Unidos), ADM (Estados Unidos), Compañia Paraguaya de Granos (Paraguai), Viterra (Holanda/Canadá), Agrofertil (Paraguai), Sodrugestvo (Rússia), Bunge (Estados Unidos) e COFCO (China) (ARGENTINA, 2021; PLUS, 2021).

No Brasil, as dez principais exportadoras de 2019 são: Cargill (Estados Unidos), Bunge (Estados Unidos), ADM (Estados Unidos), Dreyfus (Holanda), Amaggi (Brasil), Gavillon (Japão/Estados Unidos), COFCO (China), Glencore (Suíça/Inglaterra), COAMO (Brasil) e Engelhart (Brasil). O levantamento realizado pela Reuters (2020), mostra também as quantidades exportadas por cada empresa. A Cargill exportou 11 milhões de toneladas, a Bunge exportou 9 milhões de toneladas e a ADM exportou 7,5 milhões de toneladas. Já a COFCO exportou 3,7 milhões de toneladas (REUTERS, 2020).

As posições das empresas exportadoras de soja destes três países são resumidas abaixo. O quadro 1 mostra que as empresas do ABCD estão no topo da lista dos três países,

principalmente a ADM e a Cargill. Já a Bunge e a Deyfrus têm uma posição intermediária na Argentina e no Paraguai. O mesmo acontece com a COFCO no Brasil e no Paraguai, porém surpreende com a primeira posição na Argentina. Vale notar que a COFCO captou a participação da Noble e Nidera no mercado argentino com a compra destas duas empresas em 2014. Infelizmente os dados do Brasil estão desatualizados, o que poderia modificar as posições desses grupos empresariais no nóculo de comercialização. Porém, os dados disponíveis são suficientes para ilustrar o nóculo de comercialização da cadeia mercantil da soja brasileira.

Quadro 1: Posição das empresas ABCD + COFCO na exportação de soja dos países selecionados.

<i>EXPORTADORA</i>	<i>ARGENTINA (2020)</i>	<i>BRASIL (2019)</i>	<i>PARAGUAI (2020)</i>
ADM	2º LUGAR	3º LUGAR	2º LUGAR
BUNGE	10º LUGAR	2º LUGAR	7º LUGAR
CARGILL	3º LUGAR	1º LUGAR	1º LUGAR
DREYFUS	8º LUGAR	4º LUGAR	-
COFCO	1º LUGAR	7º LUGAR	8º LUGAR

Fonte: Elaboração própria com os dados da Argentina (2021), Reuters (2020) e PLUS (2021).

Os dados demonstrados acima fortalecem o argumento de que as empresas do Atlântico Norte comandam boa parte da comercialização da soja no Cone Sul, bem como que a mais de $\frac{3}{4}$ da soja produzida é exportada sem nenhum tipo de processamento, ou seja, sem valor agregado ao grão. Em todos os países, alianças com as empresas e produtores rurais nacionais são essenciais para efetivar os interesses das multinacionais. No Brasil, essas alianças se dão em todos os nós da cadeia mercantil, seja na compra de terras, na contratação de fretes por meio de joint-ventures (caso da SLCLandCo¹⁴ e AMAGGI/Louis Dreyfus Company, Cargill, Archer Daniels Midland e TIP Bank¹⁵, respectivamente) ou na aquisição de cooperativa (Belagrícola¹⁶).

Armazenamento

¹⁴ A SLCLandCo é uma joint venture entre a SLC Agrícola e o fundo inglês de investimentos Valiance para aquisição de terras pelo Brasil. A SLC Agrícola tem outras joint ventures com o mesmo objetivo. Para saber mais: <https://www.slcagricola.com.br/joint-ventures/>.

¹⁵ A joint-venture entre a maior empresa brasileira de soja, Amaggi, e as gigantes ACD teve seu registro aprovado em 2021 se chamará Carguero e contará com mais de 100 mil caminhoneiros para realizar fretes rodoviários em território brasileiro para escoar a produção agrícola das empresas envolvidas. Ver mais em: <https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2021/06/15062021-Comunicado-ao-Mercado.pdf>.

¹⁶ Em 2017 o grupo Pengxin por meio de seu braço internacional comprou 53,99% das ações da cooperativa do norte do Paraná, Belagrícola. Ver mais em: <https://monitormercantil.com.br/empresa-chinesa-diz-que-70-dos-seus-investimentos-externos-ser-o-no-brasil/>.

As cooperativas agrícolas são essenciais para o entendimento dos próximos nós, pois elas possuem boa parte da capacidade de armazenamento. Elas também fazem parte do nó de comercialização porque compram o grão de produtores rurais internamente e vendem para as multinacionais e/ou para demais empresas exportadoras. Elas participam também do nó de processamento e fabricação de produtos derivados da soja, como margarina e biodiesel.

A capacidade de armazenamento das empresas localizadas no Brasil aumentou 60,5% entre 1997 e 2020, passando de 110 para 176,5 milhões de toneladas, distribuídas em 7.903 estabelecimentos. As 1.510 cooperativas têm em torno de 36 milhões de toneladas de capacidade de armazenamento em silos e armazéns graneleiros e mais de 8 milhões de m³ em armazéns convencionais. Já as empresas privadas, como o ABCD, têm cerca de 6.200 armazéns graneleiros e silos que comportam mais de 112 milhões de toneladas de grãos e mais de 27 milhões de m³ em armazéns convencionais (IBGE, 2020). No entanto, mesmo com o aumento da capacidade de armazenagem, o espaço existente é um problema logístico para as safras de grãos no Brasil, devido ao aumento contínuo da produção (FASSIO, 2018).

Transporte

Outro gargalo da produção de grãos, principalmente da soja, está localizado no nó de transporte, que pode ser dividido em duas etapas: a primeira interna e a segunda externa às fronteiras nacionais. Para retirar a produção das fazendas brasileiras, é preciso a contratação de empresas de transportes rodoviários, ferroviários ou aquaviários para escoar a produção para os portos localizados, em sua maioria, no sudeste e sul do país. O transporte de grão e do farelo da soja aumentou muito na última década. Em 2010 eram 20,6 milhões de toneladas transportados pelos vários tipos de modais, já em 2020 foram mais de 35,1 milhões de toneladas. Em 2010, 52% das cargas de soja e milho com destinos aos portos brasileiros utilizaram o modal ferroviário. Já em 2020, o modal mais utilizado foi o rodoviário (42%), seguido do ferroviário (41%) e uma pequena parcela utilizou o modal aquaviário (16%) (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, 2020).

O nó de transportes na sua etapa interna parece estar sendo diversificado. No entanto, os preços de combustíveis e os problemas logísticos impedem um escoamento mais eficaz. Em comparação com a Argentina e os Estados Unidos, o Brasil tem maior desequilíbrio nos modais utilizados, maior custo no transporte da carga, na manutenção das frotas e das

estradas, e também no tamanho dos portos para a exportação. Todos esses problemas diminuem a vantagem da soja brasileira no comércio internacional (LOPES, 2017).

Em relação à etapa externa, o nóculo de transportes conta com o aumento de investimentos das empresas que comercializam soja e de empresas parceiras para a construção de portos graneleiros. Nos últimos anos, a China Communications Construction Company (CCCC) investiu no Porto São Luís/Maranhão, a China Merchants comprou o Porto de Paranaguá/Paraná, a Hopefull Grain & Oil Group tem projetos para o Porto de São Francisco do Sul (Santa Catarina) e a COFCO já conta com dois terminais exclusivos para grãos no Porto de Santos/São Paulo (HOPEFULL, 2021; VERÍSSIMO, 2017; RED ALC-CHINA, 2021). Além das empresas chinesas, a cooperativa brasileira COAMO está construindo um novo porto em Itapoá/SC para exportar soja (GOTTEMS, 2021).

Produção

O nóculo de produção, como todos os demais, é conectado com as empresas que comercializam a soja. Isso ocorre devido à integração vertical realizada pelas principais empresas, pela compra antecipada e/ou pela troca (*barter*) de grãos por insumos. Além da conexão com empresas privadas, a produção também está interligada com as políticas nacionais de preço, de subsídios para compra de maquinários e de financiamentos públicos. O Brasil, neste sentido, tem vantagem competitiva no comércio internacional, pois passou por um alargamento da divisão técnica e social do trabalho nas últimas décadas, o que propiciou um avanço do capitalismo no campo (CUNHA, 2020), que será visto mais detalhadamente na próxima seção.

São mais de 15 milhões de trabalhadores em 350 milhões de hectares, que produzem cerca de 3.903 kg/ha de produtos agrícolas. Boa parte desse território, mais especificamente 56,7% da área cultivada de grãos, é destinado para a produção de soja (IBGE, 2020). Em 1996, a produção de soja foi de 23 milhões de toneladas, em 2002 esse número ultrapassou os 43 milhões de toneladas. Após esse período se deu o início do *boom das commodities*, o que aumentou, de maneira significativa, a produção da soja brasileira, que ultrapassou 60 milhões de toneladas em 2007. Em menos de 15 anos, em 2020 a produção ultrapassou os 120 milhões de toneladas (CONAB, 2020). Em relação à produção de soja por hectare, em 2017 o Brasil (3.39t/ha) ficava atrás dos Estados Unidos (3.47t/ha) e à frente da Argentina (2.32t/ha)(RITCHIE, ROSER, 2021).

Máquinas

Nesse nóculo, novamente, as empresas multinacionais dominam o mercado. São sete as empresas que produzem tratores e máquinas agrícolas no país: Agrale (Brasil), CASE (Itália/Estados Unidos), John Deere (Estados Unidos), Massey Ferguson (Estados Unidos), New Holland (Itália/Estados Unidos), Valtra (Estados Unidos) e Yanmar (Japão). A origem do capital, como pode ser visto, é concentrada na Europa e nos Estados Unidos. As empresas brasileiras foram diminuindo sua participação no mercado e a única restante, a Agrale, passou de 6,8% da produção em 1985, para 2,8% em 2015 (LIMA, SANTOS, NETO, 2017).

De 1960 até 2020, essas e outras empresas já incorporadas e/ou com atividades encerradas produziram mais de 2,8 milhões de tratores e máquinas agrícolas no Brasil, que foram para os 26% de todas as propriedades agrícolas brasileiras (LIMA, SANTOS, NETO, 2017). Com base nos dados de 2017, o número de tratores no Brasil era de 1,2 milhão em 734,2 mil fazendas e de 172,1 mil colheitadeiras em 119,8 mil propriedades rurais (IBGE, 2020). A mecanização do campo faz com que no Brasil a relação hectare por trator seja 51, muito acima Estados Unidos (36,4) e da Europa (26,2) (CUNHA, 2020).

Fertilizantes

Em relação aos fertilizantes e defensivos agrícolas, a produção da soja utilizou em 2020, 43% das 34,1 milhões de toneladas de fertilizantes e 55% das mais de 549 mil toneladas de defensivos agrícolas consumidos no Brasil (CUNHA, 2020). O Brasil não é autossuficiente na produção de fertilizantes e agroquímicos, tendo que depender, em grande maioria¹⁷, de sete empresas multinacionais: Agrium (Canadá), BASF (Alemanha), Dupont/Dow (Estados Unidos), Mosaic Company (Estados Unidos), Monsanto/Bayer (Estados Unidos/Alemanha) e Syngenta/ChemChina (China) e Yara (Noruega) (SAE, 2020).

A participação do capital brasileiro, segundo Medina (2020), se restringe aos 3,5% de todo capital do nóculo. Os dados demonstram que, novamente, empresas multinacionais dominam o mercado nacional, obrigando os produtores nacionais a se submeterem às suas regras comerciais. Em alguns casos essas empresas são ligadas às empresas do nóculo de comercialização, exemplo da ligação entre Syngenta/ChemChina e COFCO.

¹⁷ “Mais de 80% dos fertilizantes consumidos no Brasil são de origem estrangeira, de maneira que a produção nacional responde por menos de 20% da demanda do país” (SAE, 2020).

Sementes

Outro nódulo dominado por poucas empresas multinacionais é o de sementes. As empresas de biotecnologia vendem a transgenia das sementes de soja que serão usadas na produção nacional. No Brasil, a Monsanto/Bayer controla 90% do mercado de transgênicos (MEDINA, 2020). Em nível global cinco empresas controlam 66% do mercado mundial e 84% das patentes dos cultivares transgênicos de soja: BASF (Alemanha), Dupont/Dow (Estados Unidos), Monsanto/Bayer (Estados Unidos/Alemanha), Novartis (Suíça) e Syngenta/ChemChina (China) (MEDINA, RIBEIRO, BRASIL, 2016)¹⁸. Neste cenário, a participação do capital brasileiro no nódulo de sementes é de 1,2%, segundo as medições de Medina (2020).

Principais características

A descrição dos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira realizada até aqui demonstra que a participação de empresas brasileiras é menor do que a estrangeira em todos os nódulos. Além disso, empresas e produtores rurais brasileiros são dependentes da tecnologia externa nos nódulos de sementes, fertilizantes, transporte e processamento. Esse panorama é, em boa parte, explicado pela integração vertical e sua oligopolização pelas empresas que comercializam a soja, mantendo sob o controle os demais nódulos da cadeia.

No entanto, mesmo que haja integração vertical em alguns nódulos da cadeia, não é possível classificar a cadeia mercantil da soja brasileira como hierárquica em sua governança. Pela descrição realizada, pode-se utilizar dois tipos de governanças para caracterizar a cadeia mercantil da soja brasileira. Segundo a descrição clássica formulada por Gereffi (1994), pode-se afirmar que a cadeia mercantil da soja brasileira é do tipo *buyer-driven*. Já na formulação de Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) é possível utilizar a governança do tipo relacional, pois os compradores (tradings e cooperativas) constroem uma relação com os produtores nacionais da soja, estreitando os laços entre eles. Além disso, esse tipo de governança faz com que os compradores tenham maior poder frente aos fornecedores, visto que o valor da soja é fixado

¹⁸ “As multinacionais que são proprietárias das características transferidas ao germoplasma local captam cerca de 67% do preço final das sementes de soja, enquanto os outros 33% são compartilhados entre os desenvolvedores do germoplasma e as empresas que multiplicam sementes [...] 67% dos ganhos vão para as multinacionais. Dos 33% restantes, estima-se que a metade fique com as empresas nacionais produtoras de sementes e a outra metade com as multinacionais que produzem e comercializam suas próprias sementes” (MEDINA, RIBEIRO, BRASIL, 2016).

pela bolsa de Chicago e também pela troca de insumos e assistência técnica que advém de empresas parceiras ou próprias do comprador.

De todo modo, a descrição acima é um retrato dos primeiros 20 anos do século XXI de uma pequena parcela do que é a agropecuária, e ainda menor do que é o Brasil. A pesquisa não pretende aumentar seus objetivos, porém, na próxima seção para tentar explicar o desenvolvimento da cadeia mercantil da soja brasileira nos guiaremos no que Braudel escreveu: “cada "atualidade" reúne movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de anteontem, de outrora” (BRAUDEL, 1965, p. 272). Aplicado a nossa pesquisa, essa advertência nos levou à necessidade de reconstruir a história da agricultura brasileira no período recente, o que faremos na próxima seção.

2.3 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA (1960-2021)

Ao compreender a história como dialética das durações, entende-se que os tempos curto, conjuntural e estrutural influenciam um ao outro. Braudel (1965) afirma que para realizar pesquisas em Ciências Sociais é preciso sair do acontecimento/do fato e buscar as construções dos tempos conjuntural e estrutural, sempre testando o modelo hipotético pensado¹⁹. Para o autor, o tempo estrutural é essencial para compreender a realidade do presente, pois, “todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela” (BRAUDEL, 1965, p. 271).

Obviamente que nesta pesquisa não será possível observar todos os pilares que formam a agricultura brasileira do século XXI. Mesmo assim, se buscará compreender as principais características da conjuntura, entendida “[...] como períodos particulares de mudança em uma estrutura ou como relações não existentes que são criadas e se reproduzem no mínimo pelo

¹⁹ “Para mim, a pesquisa deve ser continuamente conduzida da realidade social ao modelo, em seguida deste àquela e assim por diante, por uma sequência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é, assim, alternativamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do atual, gostaria de recolocá-lo logo na realidade, depois fazê-lo remontar no tempo, se possível até seu nascimento. Após o que, eu computaria sua vida provável. até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, servindo-me como de um elemento de comparação, eu não o passeie no tempo ou no espaço, à procura de outras realidades capazes de iluminar-se, graças a ele, com uma nova luz”. (BRAUDEL, 1965, p. 285).

tempo de um Kondratieff [45-60 anos], e que podem se transformar em estruturas ou, ao contrário, deixar de existir (VIEIRA, FERREIRA, 2013, p. 250).

No caso da agricultura brasileira é possível ensaiar descrições estruturais e generalizantes importantes, como a afirmação de que o setor agrícola é de suma importância para a economia nacional, tendo sido “[...] a agricultura o nervo econômico da colonização” (PRADO, 2011, p. 135). O Brasil Colônia tinha como objetivo o externo, nada mais que isso, sua produção econômica tinha a Europa como início e fim (PRADO, 2011). Com isso, a grande propriedade e a monocultura tornaram-se características estruturais da agricultura brasileira (PRADO, 2011; HOLANDA, 2014).

Já a partir da década de 1960, a agricultura brasileira passou por uma modernização técnica e produtiva que manteve as características estruturais, porém gerou novos padrões conjunturais. Esse processo teve conexão com a conexão com a Revolução Verde iniciada no México em 1954. A Revolução Verde foi um projeto financiado pela Fundação Rockefeller dos Estados Unidos, no qual, os cientistas modificaram geneticamente sementes de trigo e arroz para aumentar a produção local. O grande sucesso produtivo no México fez com que as sementes modificadas fossem, com ajuda do governo dos Estados Unidos e seus programas de ajuda alimentar da década de 1960/70, utilizadas em países da América Latina e do Sudeste Asiático. Além disso, a Revolução Verde serviu como estratégia política dos Estados Unidos frente a União Soviética e a China. A modernização agrícola não foi somente biofísica, mas também de introdução de novas tecnologias e equipamentos, o que gerou a mecanização do campo e o aumento da produção agrícola nos países periféricos, inclusive no Brasil (FRIEDMANN, 1982; MCMICHAEL, 2009; PATEL, 2013).

Para José Graziano da Silva (1998), os processos de modernizações ocorridos no Brasil são integrados pelas novas técnicas utilizadas na agricultura, na produção local de insumos e da utilização dos fundos de financiamentos organizados pelo Estado. Segundo Delgado (2005) essa modernização da agricultura brasileira foi conservadora, pois mudou-se a organização e a tecnologia produtiva, porém a estrutura agrária dominada pelos latifúndios foi mantida, o que não proporcionou maior distribuição de terras por meio de uma reforma agrária, que, segundo o autor, era necessária. Essas rearticulações produtivas também podem ser entendidas como parte da ruptura dos valores tradicionais na base da sociedade²⁰ “[...] numa curiosa associação

²⁰ Exemplo dessas características tradicionais das zonas rurais brasileiras podem ser encontradas na obra “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida” de Antônio Cândido.

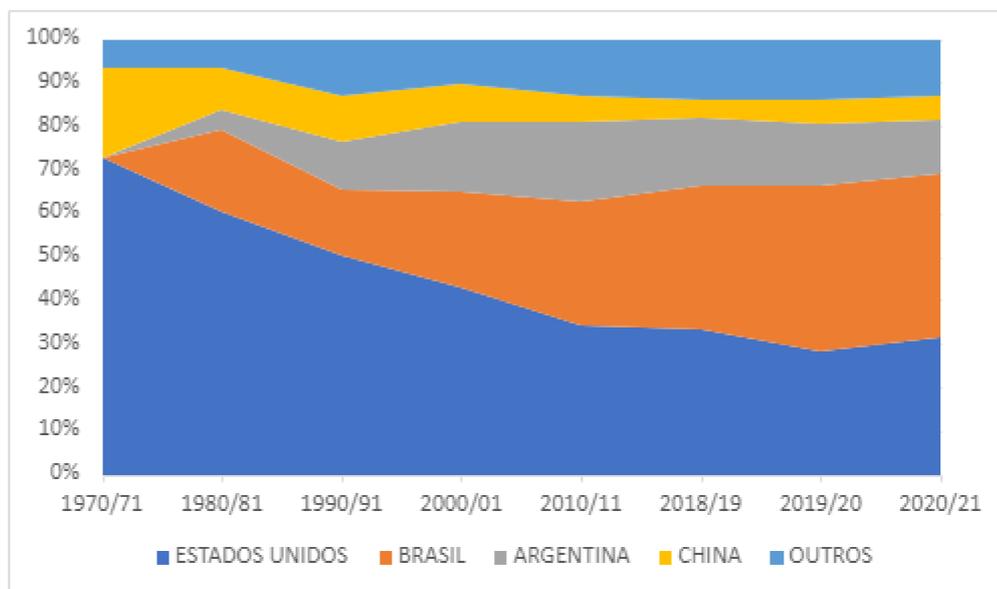
de interesses entre setores agrários e industriais mediados pela crescente financeirização da riqueza.” (SANTOS, 2021, p. 144).

O processo de modernização do campo brasileiro do período, tinha os seguintes objetivos: “[...] (a) liberar mão-de-obra para a indústria; (b) gerar oferta adequada de alimentos; (c) suprir matérias primas para indústrias; (d) elevar as exportações agrícolas; (e) transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2005, p. 30). Para isso, a ditadura militar firmou as bases de um setor agrícola integrado com os setores industriais e financeiros por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), da Política de Garantia de Preço Mínimos (PGPM) e da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Aliado à isso, houve o aumento do uso de fertilizantes e tratores no campo brasileiro. Em 1960, a quantidade total utilizada de fertilizante do tipo NPK, era de 198,4 mil toneladas, já em 1980 esse valor passou para 4 milhões de toneladas. O mesmo ocorreu com os tratores. Em 1960 eram 61.345 unidades utilizadas no Brasil, já em 1980 eram 545.205 unidades (DELGADO, 2012). Além do grande aumento no uso de fertilizantes e tratores, a agricultura também se conectou com a indústria de forma efetiva, se tornando assim agroindustrial (SILVA, 1998).

A partir desses objetivos e dessas políticas públicas se organizou a agricultura moderna no Brasil, que visava o aumento da produtividade para fins comerciais, principalmente relacionado com o comércio exterior. O exemplo mais claro desse argumento é a soja, que passou de 6 milhões de hectares e uma produção de 12 milhões de toneladas em 1977 para a cultivação em 38 milhões de hectares e uma produção de 135 milhões de toneladas em 2020 (CONAB, 2021).

O gráfico 1 abaixo mostra o aumento da produção da soja brasileira comparada com os principais países produtores do grão. Nota-se que é exatamente após o período da modernização agrícola, as décadas de 1970 e 1980, que o cultivo brasileiro se tornou importante para a produção mundial de soja. A crescente produção da soja brasileira fez com que outros produtores diminuíssem sua participação, caso dos Estados Unidos e da China. A diminuição da produção chinesa será detalhada no próximo capítulo. Mas que também influenciou as produções de seus vizinhos, caso da Argentina.

Gráfico 1: Comparação da produção de soja de países selecionados, em porcentagem de participação (1970-2020).



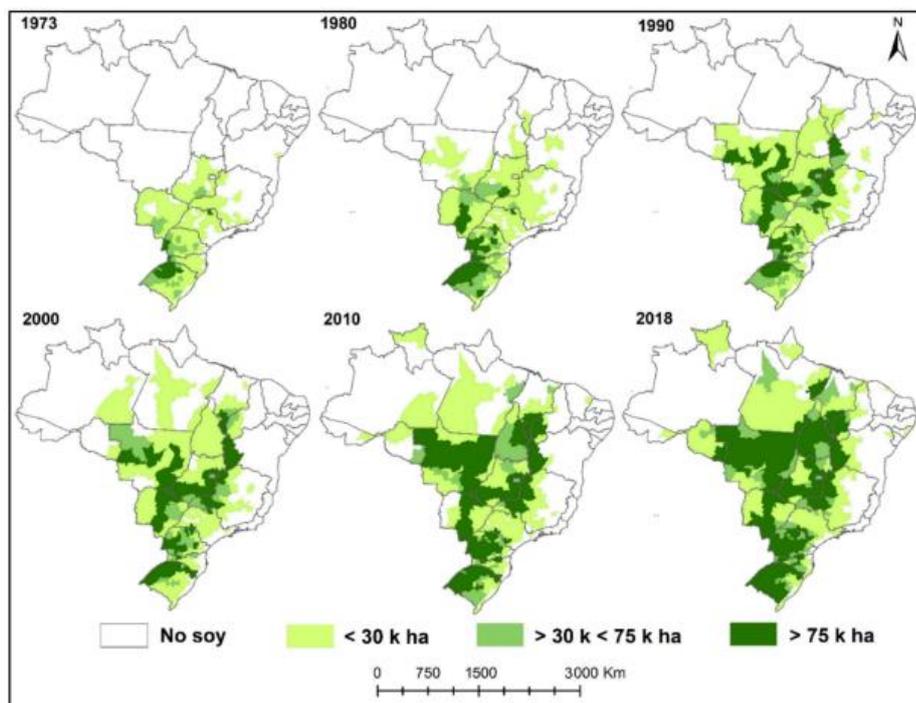
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (2021).

Ao analisar os dados de produção de algumas culturas pode-se notar ainda mais o sucesso produtivo dessa modernização. O milho que em 1976 usava 11 milhões de hectares de terra (1976), em 2020 utilizou 19 milhões de hectares. No mesmo período a quantidade produzida passou de 19 para 86 milhões de toneladas. A figura 5 abaixo ilustra o crescimento da área plantada de soja para as regiões centro-oeste e norte do país, o que se deve em grande parte à demanda externa. Neste sentido, em 2020, de uma produção total de mais de 120 milhões de toneladas, 64% da produção ou 74 milhões de toneladas de soja em grão foram exportadas (CONAB, 2021).

A expansão territorial da produção da soja em direção ao centro-oeste do país também pode ser considerada como um processo de integração da região na economia-mundo capitalista. Para Brussi (1998), essa integração ocorreu em três períodos: o primeiro em 1913, o segundo na década de 1930 e o terceiro a partir de 1960. Esses três momentos foram de dificuldades econômicas nacionais, em que a expansão agrícola na região foi essencial para a economia nacional, ou seja, “[...] a integração econômica da região foi uma reação do país às contrações econômicas. A maneira como a expansão agrícola tem sido promovida na região aponta para uma condição de fragilidade do desenvolvimento do país. O Brasil precisa apoiar-se em seu território inexplorado, em sua reserva natural para tentar superar as dificuldades econômicas” (BRUSSI, 1998, p. 5, tradução livre)²¹.

²¹ Trecho original: [...] the region’s economic integration worked as the country’s reaction against economic constraints. The way agricultural expansion has been promoted in the regions points toward a condition of fragility

Figura 5: Extensão da área cultivada de soja no território brasileiro (1973-2018).



Fonte: PIRAS, WESZ, GHINOI, 2021.

O conceito de *commodity frontiers* empregado por Moore (2000), auxilia neste argumento. Para o autor, essas fronteiras participam de um movimento progressivo da economia-mundo capitalista, em que as terras não mercantilizadas são integradas ao sistema capitalista. O avanço das estruturas econômicas nestas zonas é, geralmente, empregado por meio da industrialização do espaço, mesmo se orientada para o extrativismo (MOORE, 2000). Langthaler (2020) mostra que o avanço da fronteira agrícola rompida pela produção da soja é expansivo e intensivo. Com o movimento de mudança geográfica da produção do sul para o centro-oeste houve uma mudança expansiva e a utilização de máquinas, agroquímicos e novas técnicas de produção aconteceu de forma intensiva (LANGTHALER, 2020).

Os dados utilizados nesta dissertação também confirmam essa direção explicativa. Neste sentido, pode-se inferir que a produção agrícola, em específico a soja, é central para a economia nacional. O agronegócio brasileiro era e ainda é utilizado como fonte para saldo comercial positivo, contribuindo para diminuir os valores negativos da Conta Corrente do país. Na década de 1990, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso renovaram políticas públicas que aumentaram ainda mais o papel do agronegócio na economia nacional para diminuir o impacto

regarding the country's development. Brazil needs to rely on its unexplored territory, its reserve of nature to try to overcome economic difficulties.

da fuga de capital e dos empréstimos internacionais devido aos problemas econômicos do país (DELGADO, 2005; 2012).

Para garantir um melhor desempenho da economia, em seus dois governos Fernando Henrique Cardoso relançou a soja como principal cultura nacional. Essa proposta visava criar no país novas zonas econômicas e corredores comerciais para o agronegócio, ou, em outros termos, novas fronteiras agrícolas. A EMBRAPA também foi reorganizada para estabelecer interligações com as multinacionais do setor e a sobrevalorização do real sustentou a competição com produtos internacionais (DELGADO, 2005; 2012). A partir dessas políticas, nota-se um aumento do superávit da balança comercial brasileira devido a produção da soja no país, como mostrado no gráfico 1, onde se vê que crescente produção brasileira coincide com a redução das produções estadunidense e chinesa e com a manutenção da produção na Argentina e dos demais países no mesmo período.

Nas duas primeiras décadas do século XXI os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) continuaram e aprofundaram algumas políticas iniciadas na década de 1990. A política cambial, o cenário internacional de forte demanda por milho, soja e carne, e a expansão da fronteira agrícola em direção ao Norte e Nordeste proporcionaram índices de crescimento positivos para o setor agrícola no Brasil (DELGADO, 2005; 2012). Como resultado, desde a década de 1990, a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro manteve-se acima de 18% (CEPEA, 2021).

Em paralelo à importância econômica, os agentes relacionados ao setor também buscavam representatividade na política nacional. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como “Bancada Ruralista”, conta atualmente com mais de 200 parlamentares e comanda $\frac{1}{4}$ do Congresso Nacional. A presença da FPA buscou legitimar as decisões sobre o uso da terra na Constituição de 1988 e agora busca “a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2021).

Enraizada nos tempos coloniais, a combinação entre latifúndio e monocultura ainda persiste²². Porém, a junção dos interesses da burguesia agrária, do capital agroindustrial e das

²² Em 2006, a área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros era de 333.680.037 hectares (ha), o que gerava uma média de 67,8 ha por estabelecimento. Já em 2017, esse número passou para 351.289.816 ha e a média

políticas macroeconômicas do Estado é criticada, principalmente pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela ameaça de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira (DELGADO, 2005, 2012; ESCHER, WILKINSON, 2019). No governo Bolsonaro (2018-presente), as discussões sobre o uso da terra no Brasil foram intensificadas após vazamento de falas do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em que propôs maior agilidade para aumentar a fronteira agrícola no país²³. Além disso, questões relativas aos direitos dos povos originários, como o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da demarcação de terras indígenas e das questões do desmatamento da Amazônia estão no centro da política nacional²⁴.

No entanto, as contradições do agronegócio não diminuem a importância do Brasil no comércio internacional de produtos agroalimentares, pois o país foi responsável por 8% da produção mundial de arroz, cevada, milho, soja e trigo em 2020 (CONTINI, ARAGÃO, 2021). Se for levada em conta apenas a produção brasileira de soja, o valor é ainda mais expressivo. Na safra de 2020/21 foram 137 milhões de toneladas de uma produção mundial de 365,3 milhões de toneladas, ou seja, o Brasil foi responsável por 37% da produção mundial, como visto no gráfico 1. Em relação ao processamento, o gráfico 2 abaixo, mostra que o Brasil é responsável por 14% dos 312,5 milhões de toneladas de soja processada em todo o globo, como demonstrado no gráfico 2 abaixo (BANCO MUNDIAL, 2021). Nota-se também que há um aumento expressivo da participação chinesa no processamento da soja, ultrapassando todos os

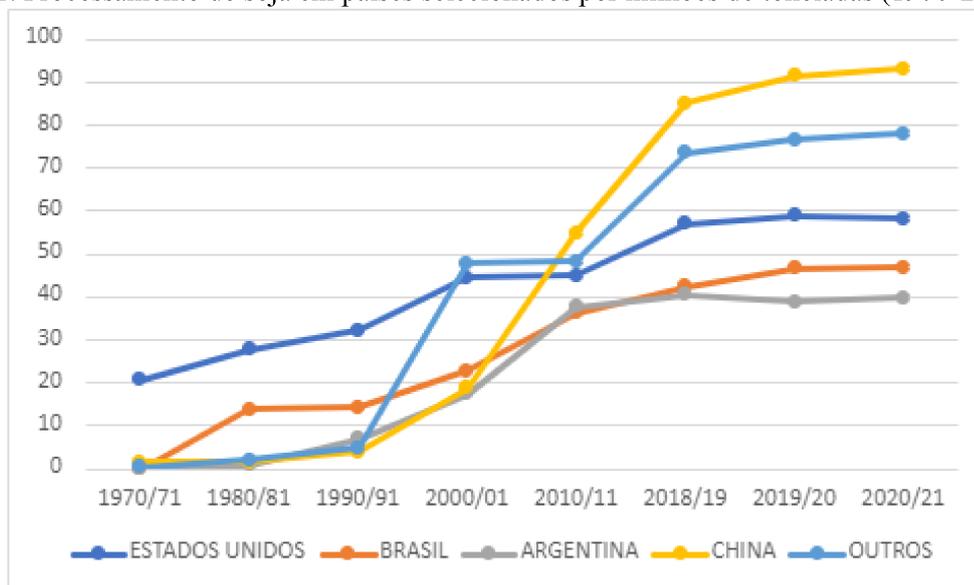
por estabelecimento aumentou para 70,3 ha (IBGE, 2019). É possível observar, de forma conjuntural, um aumento da concentração de terras. Em comparação com as análises precedentes, o nível de concentração de terras remonta aos anos de 1980 (área média de 70,8 ha). Esse número é confirmado pelo número de estabelecimentos agropecuários, que passou de 5.175.636 em 2006 para 5.073.324 em 2017, ou seja, uma redução de 102.312 estabelecimentos (IBGE, 2019). Outro fator que deve ser analisado é a utilização da terra por tipo de produção. Em 2006 era a seguinte configuração em números absolutos: pastagens plantadas (102.408.872 ha), matas naturais (95.306.715 ha), pastagens naturais (57.633.189 ha), lavouras temporárias (48.913.424 ha), lavouras permanentes (11.679.152 ha) e matas plantadas (4.734.219 ha). Esses dados em comparação com os dados de 2017 demonstraram que houve um aumento de 83% de matas plantadas, 14% nas lavouras temporárias, 12% em matas naturais e 10% em pastagens plantadas. As reduções são observadas nas lavouras permanentes em -34% e em -18% nas pastagens naturais (IBGE, 2019).

²³ Em uma reunião ministerial em 2020, Ricardo Salles disse: "então pra isso precisa ter um esforço nosso [ministros] aqui enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e **ir passando a boiada** e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos" (G1, 2020, grifos nossos).

²⁴ Em 2019, o desmatamento na região amazônica aumentou 30% em relação ao ano anterior (AZEVEDO-RAMOS et al, 2020). O aumento do desmatamento segue um fluxo em que: primeiro são desmatadas de forma ilegal áreas públicas (florestas públicas não designadas), depois são utilizadas para a pastagens de bovinos, após um tempo são vendidas e cadastradas legalmente como áreas privadas, esse processo é conhecido como grilagem (AZEVEDO-RAMOS et al, 2020). O desmatamento ilegal é, por sua vez, parte do processo de estrangeirização da terra no Brasil, no qual, serve para os interesses de especulação, para o cultivo de grãos e como pastagens para bovinos.

países em 2010. Já a Argentina e os Estados Unidos estagnaram a quantidade processada do grão desde 2018 (BANCO MUNDIAL, 2021).

Gráfico 2: Processamento de soja em países selecionados por milhões de toneladas (1970-2020).



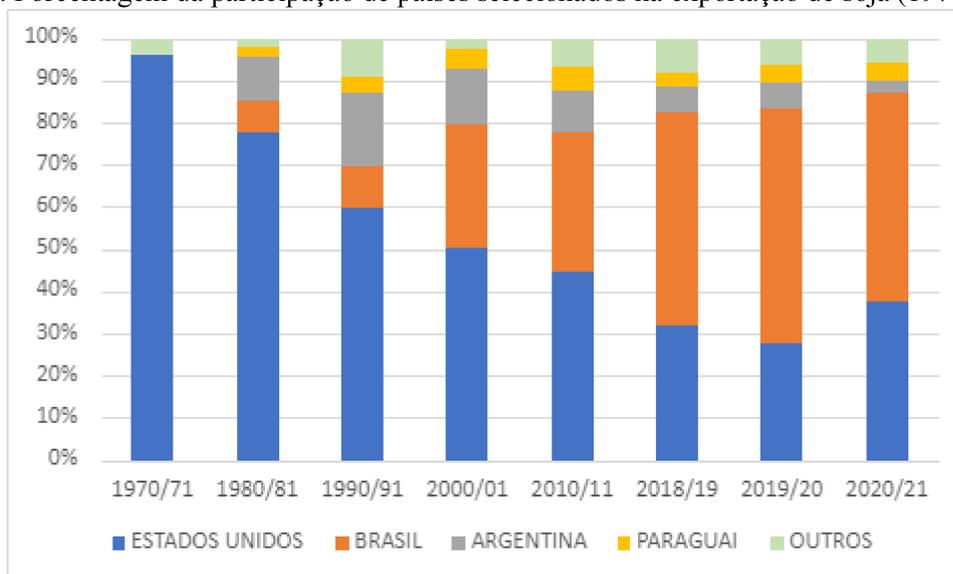
Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (2021).

Já nas exportações, o Brasil também é um ator expressivo, sendo responsável por 55% de toda a exportação mundial (BANCO MUNDIAL, 2021). O gráfico 3, mostra justamente a participação crescente do Brasil no comércio internacional da soja. Em 1970, a exportação era totalmente dominada pelos Estados Unidos, essa liderança foi perdendo espaço com as exportações brasileiras e de outros países a partir da safra de 1980/81. A redução da participação da soja estadunidense no comércio internacional foi expressiva na safra de 2019/20. Enquanto os Estados Unidos exportaram 45,7 milhões de toneladas, o Brasil exportou 92,1 milhões de toneladas (BANCO MUNDIAL, 2021).

A diminuição da participação estadunidense deve-se à que as empresas chinesas mudaram seus fornecedores de soja e foi intensificada pela guerra comercial iniciada em 2018 entre a China e os Estados Unidos. Os dois países aumentaram as tarifas de importação de diversos produtos, entre eles produtos agroalimentares. A China tarifou a soja e demais produtos agropecuários estadunidenses em 25%, o que fez com que as exportações de produtos agropecuários dos EUA caíssem de US\$ 23 bilhões para US\$ 7 bilhões. Em relação à soja, as tarifas impostas pela China fizeram com que os produtores estadunidenses perdessem 75% das receitas de um ano para o outro (HONGZHOU, 2020).

Para Hongzhou (2020), a estratégia da China foi utilizar os produtos agroalimentares como ferramentas de coerção para a redução das imposições estadunidenses. Dentro deste panorama, as exportações do Brasil aumentaram momentaneamente. Os dados do gráfico 3, mostram que a participação dos Estados Unidos foi retomada em 2020, o que causou uma pequena diminuição da participação das exportações da soja brasileira. Esse pequeno período demonstra que as contradições políticas são importantes para a continuidade de certas dinâmicas, neste caso os fluxos comerciais entre os países produtores de soja e a China. Também é possível notar a pressão externa sobre os atores nacionais, sendo necessária uma reação rápida e pragmática para que as contradições não se tornem regularidade.

Gráfico 3: Porcentagem da participação de países selecionados na exportação de soja (1970-2020).



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial (2021).

A partir dessa breve descrição histórica das principais características e dos principais dados relativos à agricultura, principalmente da produção da soja, no Brasil pode-se notar três aspectos. O primeiro aspecto é a continuidade do tipo de produção realizada, sustentada pela monocultura em grandes extensões de terra (latifúndio e monocultura). O segundo é a centralidade política e econômica da produção de soja desde a década de 1990, evidenciada pela continuidade e aprofundamento de políticas estatais pelos governos de diversas matizes ideológicas. O terceiro é a importância do Brasil para o comércio internacional da soja, sendo responsável por boa parte da produção e exportação do grão, o que coloca o país como um dos principais atores internacionais nas questões ambientais e de segurança alimentar da atualidade.

Todavia, a importância do Brasil não é alavancada no vácuo, ao contrário, é aumentada pela sua interdependência com a China, maior importador de soja do mundo. A fim de se

compreender a participação chinesa na cadeia mercantil da soja brasileira, as relações sino-brasileiras nos últimos vinte anos serão analisadas no próximo capítulo.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

O capítulo buscou descrever a cadeia mercantil da soja brasileira tendo como perspectiva a Economia Política dos Sistemas-Mundo. Para isso, a primeira seção explicitou as correntes oriundas da formulação de Hopkins e Wallerstein (1976) relativas ao conceito de cadeia mercantil que, na sua concepção inicial propunha uma nova metodologia e epistemologia para compreender os fluxos econômicos e políticos da economia-mundo capitalista de forma crítica. Com o passar do tempo, as atualizações do conceito buscaram ampliar as análises intrafirmas e enquadrar as cadeias mercantis em modelos de governanças. Atualmente as análises referentes às cadeias mercantis são esmaecidas pelo conceito de Cadeia Global de Valor (CVG), porém, a importante contribuição de buscar as relações entre atores, seus interesses e seus resultados se mantêm como na proposta original.

O conceito de cadeia mercantil foi testado na cadeia mercantil da soja brasileira, em que os nódulos foram esboçados e descritos por meio de dados empíricos e análises precedentes. Essa descrição permitiu observar a integração vertical das empresas multinacionais em diversos nódulos e como consequência, a oligopolização da cadeia mercantil entre cinco empresas comercializadoras: ABCD + COFCO. Essas empresas estão presentes nos nódulos de comercialização, armazenamento, transporte, sementes e fertilizantes. Com a virada do século, a dominação do ABCD foi colocada à prova pelos investimentos da COFCO nos nódulos de comercialização, transporte, sementes e fertilizantes. Os investimentos da empresa chinesa são indicadores da importância da presença chinesa na cadeia mercantil da soja brasileira e devem ser analisados com profundidade para serem compreendidos.

Do outro lado, o Estado Brasileiro durante o período analisado implementou políticas que alavancaram a produção agrícola a partir das modernizações da Revolução Verde na década de 1960. Na década de 1990, marcada por liberalização e renovação dessas políticas, as empresas brasileiras diminuíram sua presença nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, sendo compradas por empresas multinacionais que atualmente dominam a maioria desses nódulos. Ao longo de seis décadas o Brasil transformou-se em uma potência agrícola, colocando-se no centro da política internacional em questões ambientais e de segurança

alimentar. Em todo caso, a sustentação econômica da produção da soja tornou-se central para a economia nacional, seja direta ou indiretamente.

3. A PARTICIPAÇÃO CHINESA NA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA (2000-2020)

“We must ensure China's food security so that we always have control over our own food supply.”

Xi Jinping, 2020

Este capítulo descreve o aumento da demanda chinesa por soja e dos investimentos da China na cadeia mercantil da soja brasileira desde o início do século XXI. O objetivo é observar os fluxos de produção e consumo da soja brasileira em direção à China, bem como os investimentos das empresas chinesas em direção aos nós da cadeia mercantil da soja brasileira.

Para isso, o capítulo é dividido em duas seções. A primeira seção analisa os dados relacionados à demanda chinesa pela soja brasileira. A principal fonte utilizada é o estudo periódico realizado desde 1999 pelo Estado Chinês e intitulado “*China Statistical Yearbook*”. A segunda seção utiliza o mesmo método de busca da primeira seção para descrever os dados relacionados aos investimentos das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. As principais fontes desta seção são os dados compilados por três instituições: o último livro do Centro Empresarial Brasil-China, a base de dados da *Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China* da Universidade do México e o “*China Global Investment Tracker*” da *American Enterprise Institute*.

Ao final do capítulo, espera-se que os dados levantados confirmem o aumento da demanda da soja pela população chinesa e dos investimentos das empresas chinesas sobre a cadeia mercantil da soja brasileira. A partir das considerações parciais do capítulo poderemos iniciar a compreensão das motivações políticas as formas econômicas que levaram a estes aumentos.

3.1 A DEMANDA PELA SOJA BRASILEIRA E AS MUDANÇAS ALIMENTARES DA CHINA.

Para analisar a demanda chinesa pela soja brasileira deve-se levar em conta a produção, processamento e consumo no país, a fim de captar as mudanças socioeconômicas chinesas e seus impactos para a demanda pelo grão. A renda dos consumidores, os preços dos produtos, a população, a produção e a comercialização são algumas variáveis importantes a serem pesquisadas (WU, FINDLAY, 1999). Os dados encontrados devem ser analisados dentro do

processo de ascensão da China na economia-mundo capitalista contemporânea. Sendo assim, os dados quantitativos e qualitativos disponíveis são interconectados pelos processos políticos nacionais e internacionais.

A renda per capita já demonstra o processo ascendente da China na economia-mundo capitalista. Desde 1977 a renda per capita na China tem crescido continuamente, passando de US\$ 156 em 1978 para US\$ 10.500 em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2021). Ligado a este dado, a redução da pobreza nos últimos anos demonstrou forte distribuição de renda na China, bem como reformas no sistema de bem-estar social interno (BANCO MUNDIAL, 2021; NOGUEIRA, 2020). Com o aumento da renda e a diversificação da dieta, os produtos alimentares começaram a ter maior peso nos gastos das famílias chinesas.

O valor anual das despesas alimentares dos domicílios chineses passou de 535 yuans (US\$ 83) per capita em 1985 para 10.884 yuans (US\$ 1.705) per capita em 2018²⁵. O maior aumento ocorreu nas famílias das zonas urbanas, onde o gasto per capita passou de 351 yuans (US\$ 54) em 1985 para 7.239 yuans (US\$ 1.134) em 2018 (CHINA, 1998; 2019). O quadro 2 abaixo, mostra o aumento do consumo em yuan próximo a 1.900%, tanto na zona urbana quanto na zona rural, quando comparado os anos de 1985 e 2018. (CHINA, 1998; 2019).

Quadro 2: Comparação do consumo dos domicílios chineses em yuan e quilogramas.

CONSUMO	ZONAS URBANAS			ZONAS RURAIS		
	1985	2018	%	1985	2018	%
Yuan	351	7.239	1.962%	184	3.645	1.880%
Grãos (kg)	135	110	-18%	257	148	-42%
Carne suína (kg)	16	22,7	41%	10	23	130%
Carne bovina (kg)	2	2,7	35%	-	1	-
Óleo vegetal (kg)	5	8,9	78%	4	9	125%

Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook (CHINA, 1998; 2010; 2019).

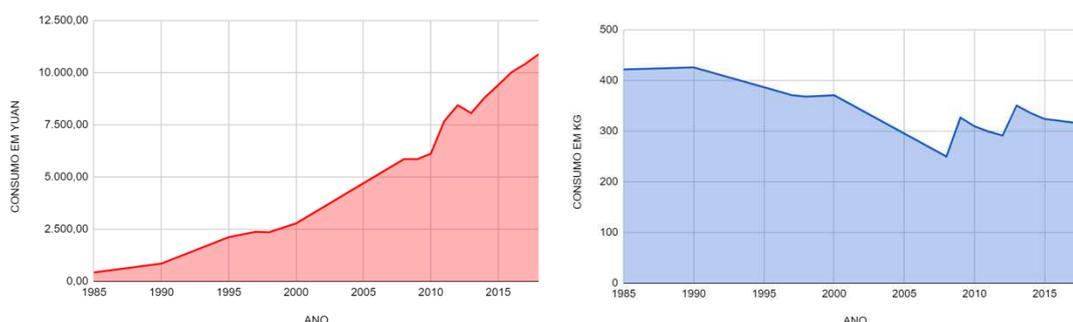
No quadro 2 também é possível observar que os domicílios das zonas urbanas consumiram 135 kg de grãos, 16 kg de carne de porco, 2 kg de carne bovina e 5 kg de óleo vegetal per capita em 1985. Já no ano de 2018, os números foram: 110 kg de grãos, 22,7 kg de carne de porco, 2,7 kg de carne bovina e 8,9 kg de óleo vegetal per capita. Em valores

²⁵ Conversão feita com os valores de 2021 disponibilizado pelo Banco Central da China. 1 yuan = 6,3825 dólares. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/en/3688006/index.html>.

percentuais, os grãos foram reduzidos em -18% nos domicílios das zonas urbanas, já o óleo vegetal teve um aumento de 78% em relação à 1985 (CHINA, 1998; 2010; 2019).

Em relação às famílias das zonas rurais, o consumo per capita de grãos em 1985 foi de 257 kg, 10 kg de carne de porco/bovino e 4 kg de óleo vegetal. Em 2018, esses valores passaram para 148 kg de grãos, 23 kg de carne de porco, 1 kg de carne bovina e 9 kg de óleo vegetal per capita. Os dados demonstram que o consumo de grãos também foi reduzido pelos domicílios das zonas rurais em -42%, enquanto a carne suína aumentou 130% (CHINA, 1998; 2010; 2019). A redução do consumo de grãos ao contrário do crescimento do consumo de óleo vegetal e de proteína animal forçam a demanda da soja, já que o grão é essencial para a produção destes bens. Essa relação impacta diretamente a exportação da soja brasileira, exemplo disto são os dados mostrados no segundo capítulo.

Gráfico 4: Consumo de produtos alimentares em yuan e quilograma (1985-2018).



Fonte: Elaboração própria com os dados do China Statistical Yearbook (CHINA, 1998; 2010; 2019).

Nota: Os valores do consumo de produtos alimentares em quilograma foram somados levando em conta os dados do consumo de grãos e carne per capita (ex.: produto 1 per capita + produto 2 per capita = total). O consumo de grãos das famílias das zonas urbanas em 2008 não foi divulgado.

No gráfico 4, é possível observar que o consumo de alimento cresceu constantemente no século XXI. Já o consumo em quilogramas teve maior instabilidade, tendo o período entre 2008 e 2015 como exemplo. O consumo por yuan com crescimento estável tem contraste com o consumo instável em quilograma, esse panorama tem relação com a diminuição do consumo de grãos e o preço dos produtos, como veremos a seguir. Os domicílios urbanos não consomem a mesma quantidade de grãos que os rurais, porém, o consumo dos demais produtos são próximos, o que mostra que as duas zonas têm dietas parecidas. É importante ressaltar, mesmo que o escopo dessa dissertação não seja esse, que semelhanças no consumo não observam os impactos das mudanças alimentares nessas zonas, já que há uma diferença no estilo de vida entre os centros urbanos e o interior. Exemplo disso é que alguns produtos (carne, ovos, peixes

e alcoólicos) descritos pelos camponeses como itens de luxo, eram itens comuns para a população urbana (WU, FINDLAY, 1999).

De todo modo, em um panorama nacional, o povo chinês aumentou a quantidade de calorias consumidas per capita/dia. Em 2000 eram 2.814 calorias por dia, já em 2017 o valor passou para 3.197. Esse aumento é parecido com o consumo da população brasileira, que consumia por dia 2.880 calorias em 2000 e 3.248 calorias por dia em 2017. Se comparado com a Índia, país com características demográficas similares, a China teve um crescimento maior, pois os indianos consumiam 2.380 calorias por dia em 2000 e passaram a consumir 2.517 em 2017 (FAN et al, 2021).

Essas mudanças na dieta estão conectadas com os preços dos produtos. Mesmo que os preços gerais sempre estivessem perto do valor base, considerado pelo governo chinês como 1978=100²⁶, os produtos alimentares tiveram variações bruscas desde a primeira medição em períodos específicos. No gráfico 5, que mostra essa flutuação dos preços na China, pode-se ver que a soja e a carne são os produtos com as maiores mudanças de preços de 1978 à 2000, chegando ao máximo de 150 no ano de 1994. Só depois de 2010 houve maior constância perto do valor base, inclusive com valores negativos (CHINA, 1998; 2019).

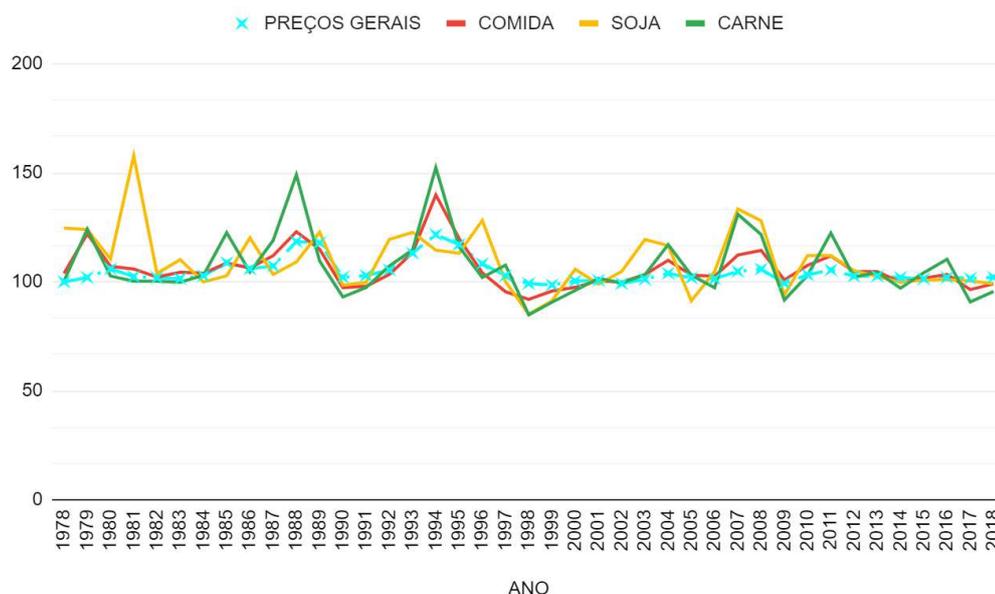
O aumento dos preços em 1994 teve diversas motivações econômicas e políticas. Shutian (1999), descreve que os preços dos produtos agrícolas na China foram controlados excessivamente pelo Estado até 1991 devido ao planejamento econômico quinquenal, o que fazia com que os preços dos produtos agroalimentares fossem distorcidos, dificultando também as prospecções de oferta e demanda no mercado. Entre 1991 e 1992, uma reforma no sistema de compra e venda de grãos igualou os preços dos insumos agrícolas e os preços de venda dos grãos foram igualados, com o objetivo de corrigir os valores dos grãos e acabar com os subsídios estatais. A retirada de subsídios estatais, a diminuição dos investimentos no setor agropecuário e a estabilidade dos preços dos produtos agrícolas diminuíram o entusiasmo produtivo dos camponeses (SHUTIAN, 1999).

Com esse panorama político-econômico, a produção de grãos declinou 2,5% de 1993 à 1994. Para tentar diminuir a pressão do aumento da demanda e dos preços dos grãos, o Estado Chinês vendeu parte de seu estoque de grãos. Os camponeses também aproveitaram o aumento

²⁶ O valor base é, em outras palavras, o valor considerado como referência para as medições dos próximos anos. Neste caso, os valores acima de 100 representam um aumento dos preços dos produtos, logo os valores abaixo de 100 representam uma redução dos preços.

dos preços para vender seus estoques, tanto no mercado interno como no mercado externo. Além disso, o aumento da demanda por proteína animal das famílias chinesas fez com que a demanda por grãos na produção de ração fosse aumentada significativamente, pressionando ainda mais os preços (SHUTIAN, 1999). Não foi por acaso a carne ter sido o produto mais impactado pelo aumento do preço neste período, como demonstrado no gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5: Índice de preços dividido por produtos gerais, comida, soja e carne (1978-2018).



Fonte: Elaboração própria com dados do China Statistical Yearbook (CHINA, 1998; 2010; 2019).

Logo após esse aumento dos preços, o Estado Chinês buscou formas para normalizar os preços de grãos e demais produtos agroalimentares. Para isso, em 1995 foram iniciadas políticas nacionais e regionais de incentivo à produção agrícola e diminuição das tarifas, como por exemplo o sistema provincial de responsabilidade governamental, que dava maior autonomia para os governadores aumentarem os preços dos produtos agroalimentares (SHUTIAN, 1999). Essas e outras políticas que serão discutidas no próximo capítulo, demonstram que a adequação da oferta e da demanda na China teve relativo sucesso, como demonstrado pelos dados do gráfico 5.

Os preços e o consumo dos produtos refletem, como diz a nota explicativa do *China Statistical Yearbook 2010*, o desenvolvimento econômico da sociedade chinesa (CHINA, 2010). O mesmo acontece com as características demográficas da China. A expectativa de vida que em 1960 era de apenas 43 anos, passou para 76 anos em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2021). O crescimento também foi quantitativo. Em 1949 eram mais de 500 milhões de pessoas, já em

2018 a China ultrapassou os 1,3 bilhões de habitantes, mesmo com a política de um filho por família (CHINA, 2019).

No entanto, a grande mudança é o êxodo rural que ocorre desde 1949 e que levou à inversão, em 2011, da distribuição da população entre as zonas rurais (48,73%) e urbana (51,27%). A urbanização reduziu a participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto (PIB) de 27,9% em 1978 para 7,5% em 2018 (CHINA, 2019). Segundo Fan et al (2021), ao incluir agricultura, agronegócio, processamento de alimentos, embalagem, transporte, comércio atacadista e varejista, serviços de alimentação, finanças e seguros, publicidade e insumos, a participação do setor agrícola ultrapassa os 20% do PIB nacional e 30% dos empregos em 2019.

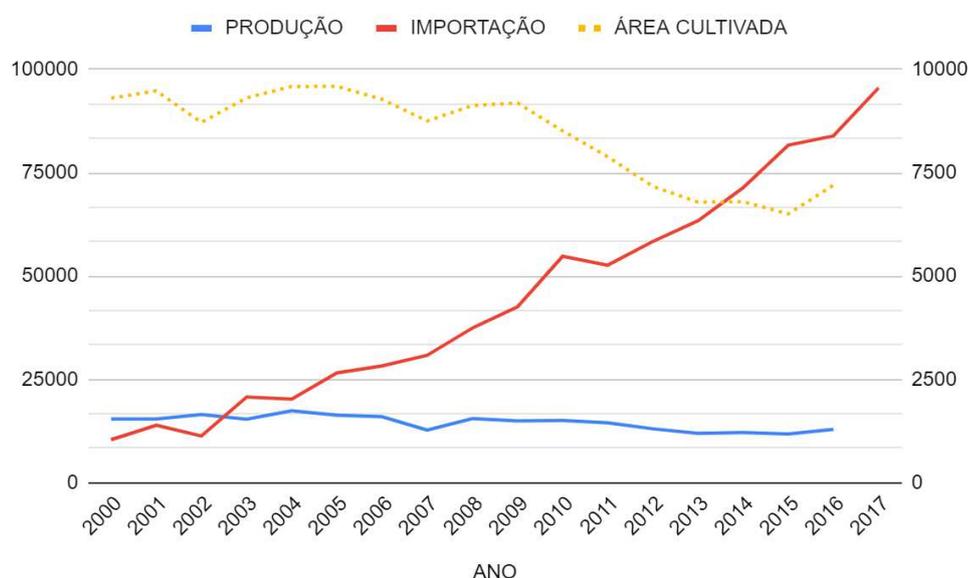
A urbanização também gerou impactos na dieta da população chinesa. Segundo Leppman (2005), com o aumento da proletarização e urbanização perdem-se certas características de uma sociedade rural, como a produção de seu próprio alimento. Com isso, a autora, nota que há uma mudança na dieta do povo chinês, principalmente o aumento do consumo de proteína animal e diminuição do consumo de grãos, como foi visto no quadro 2. O mesmo resultado é encontrado por Kornes e Liu (2021), que argumentam que a dieta chinesa perdeu suas características vegetarianas e passou a se basear em produtos de origem animal cada vez mais em formatos ultra processados e congelados.

A soja é central para esse processo, pois sendo o grão a base da ração animal, o aumento do consumo de carne suína automaticamente eleva o consumo de soja. Alguns estudos observam que há um processo de crescimento no consumo de carnes em países em desenvolvimento, como lembrados por Hansen, Jakobsen e Wethal (2021). No caso da Brasil e da China há uma forte interconexão entre consumo de carne e demanda de soja, sendo a participação chinesa nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira a expressão mais clara do aumento do consumo de carne da população chinesa (HANSEN, JAKOBSEN, WETHAL, 2021). O aumento do consumo de proteína animal pelas famílias chinesas em suas dietas, faz com que “[...] quase metade dos porcos do mundo esteja na China, [logo] a maior parte do uso de soja é na alimentação de suínos. A indústria avícola de rápido crescimento também depende do farelo de soja. Além disso, a China agora usa grandes quantidades de soja na alimentação de peixes de viveiro” (BROWN, 2012, p. 95, tradução livre)²⁷.

²⁷ Trecho original: “[...] nearly half the world’s pigs are in China, the lion’s share of soy use is in pig feed. Its fast-growing poultry industry is also dependent on soybean meal. In addition, China now uses large quantities of soy in feed for farmed fish”.

Nos últimos anos este aumento no consumo de soja não foi acompanhado pela produção nacional chinesa. Em 2016 a soja ocupava mais de 7 milhões de hectares, com uma produção de 12,94 milhões de toneladas ou 1.796 kg/ha. Porém, os dados do governo chinês mostram que a área cultivada com soja é menor que a do arroz (30 milhões de hectares), milho (44 milhões de hectares) e trigo (24 milhões de hectares). Com a produção estável e a área cultivada diminuindo constantemente desde 2009, a China precisou aumentar a importação do grão (gráfico 6), que subiu de 10 milhões de toneladas em 2000 para 95 milhões de toneladas em 2016, último ano disponível para consulta nos *sites* do governo chinês (MINISTRY OF AGRICULTURE AND RURAL AFFAIRS, 2018).

Gráfico 6: Produção e importação de soja (em mil toneladas) em relação a área cultivada (em mil hectares) pela China (2000-2017).



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministry of Agriculture and Rural Affairs (2018).

A demanda pela soja resultou no aumento da participação da China no mercado mundial. Em 1997 a China importava 5,5% de toda soja exportada no mundo, já em 2017 passou a representar o destino de 63%. As mudanças também ocorreram na origem da soja. No início do século XXI os Estados Unidos eram o principal exportador de soja, mas a partir de 2010 o Brasil se tornou o principal produtor e exportador de soja do mundo (DE MARIA et al, 2021). A combinação entre as políticas iniciadas no final da década de 1990 para o fortalecimento do agronegócio brasileiro e o aumento da demanda pela China no início da década de 2000 produziram, segundo Escher e Wilkinson (2019):

[...] um deslocamento policêntrico na dinâmica do regime alimentar internacional, sob o impulso dos interesses das corporações do agronegócio e

seus investimentos para construir autonomia no mercado global da soja, desvinculando sua demanda do monopólio dos conglomerados do Atlântico Norte (OLIVEIRA, 2018).

A demanda chinesa pela soja brasileira continuou apesar de mudanças nas políticas internas da China. O aumento das exportações da soja brasileira conduziu à expansão do espaço físico destinado à cultura em território brasileiro (figura 5). Com isso, a soja se tornou o principal produto da balança comercial do Brasil, superando a exportação de minério de ferro e outros minérios, que também têm a China como principal destino (MAPA, 2020). Além das mudanças geográficas da produção da soja brasileira, os investimentos chineses também provocaram mudanças nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira.

Nesta seção foram enfatizadas as transformações que ocorrem na China a partir de sua ascensão, seja no aumento da população, renda per capita e nas modificações da dieta com o consumo de carne e na urbanização. Os processos acima descritos impulsionaram as empresas chinesas a atuarem em nós da cadeia mercantil da soja brasileira, principalmente nos nós que dão a elas uma maior autonomia frente aos grupos multinacionais do Atlântico Norte, como veremos com mais detalhes na próxima seção.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS NOS NÓS DA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA

As relações sino-brasileiras não estão concentradas apenas no comércio bilateral. A partir do século XXI, os dois países demonstraram habilidade política para concretizar a junção de seus interesses junto com mais três Estados e constituíram o Grupo conhecido como BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em plena crise mundial de 2008, os cinco países representaram 30% do PIB mundial²⁸. Já em relação aos investimentos estrangeiros o grupo recebeu 20% de todas as entradas de investimentos estrangeiros do globo (GARCIA, 2020).

O grupo pode ser considerado como uma das alternativas política e econômica do declínio hegemônico dos Estados Unidos, bem como parte conjuntural da política externa de seus demais membros, principalmente do Brasil²⁹. Porém, mesmo com esforço político, as

²⁸ Com dados mais recentes de 2018, o grupo BRICS representavam 24% do PIB mundial (GARCIA, 2020).

²⁹ Para Moreira Jr. (2013), a política externa dos governos Lula (2003-2010) aproveitou-se do contexto de transformação da ordem internacional na distribuição de capacidades e/ou equilíbrio de poder para dar: “um novo impulso à formulação de uma diplomacia ativa e universalista. A intensificação do unilateralismo por parte do

diferenças entre os cinco países do BRICS espelham as assimetrias internas intrínsecas ao grupo e distanciam uns dos outros, como por exemplo as capacidades militares da Rússia e da China em relação aos outros membros. Assim, o grupo BRICS pode ser considerado uma plataforma alternativa ao poder dos Estados Unidos em que seus membros têm objetivos, interesses e capacidades diversas dentro da economia-mundo capitalista (VIEIRA, OURIQUES, 2016).

Parte dessas diferenças de capacidade econômica e de interesses políticos pode ser observadas por meio do Investimento Externo Direto (IED). A China tornou-se grande receptor de investimentos a partir da década de 1970, mas também um dos principais investidores mundiais desde a década de 1990 (HONG, SUNG, 2006). Essa mudança de receptor para investidor envolveu as estratégias econômicas nacionais da China, que utiliza as estruturas das empresas estatais e privadas para atingir a acumulação de capital de forma integrada com os objetivos estatais. O processo de privatização das empresas estatais, a utilização dos bancos públicos para financiar os projetos empresariais e a transferência das responsabilidades sociais para o Estado fizeram surgir uma burguesia nacional ligada com o PCC (NOGUEIRA, 2021). Para a autora, isso fez com que:

Desde meados da década de 1990, **as empresas estatais chinesas tornaram-se fortemente orientadas para o lucro, mas sem abandonar a preocupação estratégica do Estado**. Numa economia caracterizada por uma diversidade de estruturas de propriedade (empresas privadas, *joint-ventures*, responsabilidade limitada etc.), as empresas estatais de larga escala e os bancos estatais têm sido utilizados como principais agentes econômicos que moldam a forma e o ritmo da estratégia de acumulação e de atualização tecnológica [...] em resumo, as empresas estatais de larga escala e os bancos estatais têm sido utilizados como principais agentes econômicos que moldam a forma e o ritmo da estratégia de acumulação e de inovação tecnológica na China. As mudanças estruturais são necessariamente processos complexos e com múltiplos determinantes, incluindo regimes de produtividade, demanda e um arcabouço institucional subjacente. As empresas estatais chinesas estão em uma posição-chave para direcionar as diretrizes do Estado sobre esses múltiplos determinantes, especialmente porque estão localizadas nos eixos críticos de acumulação de capital, como as indústrias de grande escala e de

governo norte-americano, a ascensão chinesa no comércio e na economia global, a reestruturação dos eixos de desenvolvimento mundial, a valorização das commodities agrícolas, além de outras alterações em alianças e coalizões nos mecanismos multilaterais (Vigevani, 2010) também renderam ao Brasil um novo status no complexo jogo de poderes e interesses do cenário internacional. Assim, fora retomada a visão de desenvolvimento nacional como fonte de independência econômica e política. Sem, contudo, apelar a um retorno ao distanciamento característico das décadas passadas, e sim com o impulso a um institucionalismo pragmático capaz de, nas palavras de um dos formuladores dessa nova fase – o embaixador Pinheiro Guimarães, “recuperar os tradicionais princípios de não-intervenção e autodeterminação, historicamente, pilares da política externa brasileira” (Guimarães, 2005, p. 417). Conjugada a uma configuração externa em transição, como visto anteriormente, internamente outro processo auxilia a compreensão do momento da retomada da diplomacia ativa, universalista e fundamentada na visão de que **o multilateralismo deve servir ao desenvolvimento nacional**” (MOREIRA JR., 2013, p. 4, grifos nossos).

capital intensivo. Nesse sentido, **a propriedade pública segue sendo o eixo essencial para a acumulação de capital na China** (NOGUEIRA, 2021, p. 10-11, grifos nossos).

Com isso, nota-se que a China se utilizou de uma mão de obra barata e das atratividades de um mercado interno vantajoso para criar *joint-ventures* com empresas ocidentais nas décadas de 1980 e 1990 a fim de adquirir conhecimento produtivo, tecnologia e experiência no mercado internacional para depois aumentar sua participação direta pelas cadeias mercantis globais (HONG, SUN, 2006). O aumento dos investimentos externos chineses passou de US\$ 800 milhões em 1990 para mais de US\$ 100 bilhões em 2017 (GABRIELE, JABBOUR, 2022). Em 2019 foram mais de US\$ 136 bilhões investidos na China e US\$ 187 bilhões de investimentos realizados pela China (BANCO MUNDIAL, 2021).

A posição chinesa nos fluxos de investimentos externos é bem mais equilibrada do que a do Brasil, que em 2019 investiu no exterior US\$ 22 bilhões e recebeu US\$ 69 bilhões, boa parte tendo a China como origem (BANCO MUNDIAL, 2021). Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), entre 2007 e 2020 foram US\$ 66,1 bilhões investidos em novos projetos realizados pelas empresas chinesas no Brasil (CARIELLO, 2021). Para o *American Enterprise Institute* (2021) foram US\$ 61,07 bilhões de 2008 até 2021. Já para a *Red ALC-China* (2021) foram US\$ 56 bilhões entre 2003 e 2020. Percebe-se que os dados são desconhecidos entre as fontes pesquisadas, o que se deve a informações extraoficiais, projetos inacabados, limitação estatística dos países e das empresas envolvidas e a utilização de outros países na execução dos investimentos diretos (CEPAL, 2021).

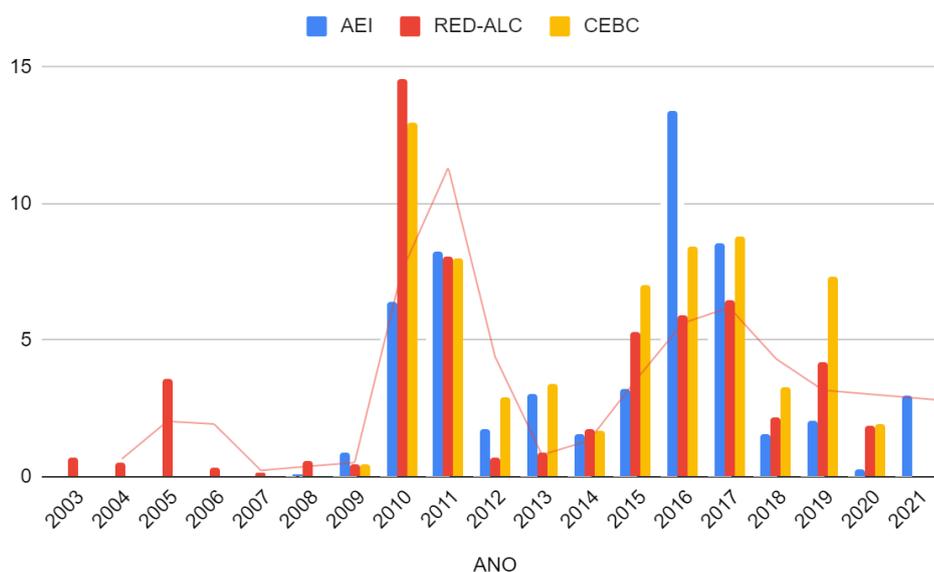
De todo modo, os conflitos entre os valores encontrados não diminuem a percepção do aumento dos investimentos externos chineses nas últimas décadas. Ao conectar os dados encontrados com a literatura vista acima, pode-se concluir que os investimentos chineses foram impulsionados por dois motivos: o primeiro, macroeconômico, foram os superávits da balança comercial e os valores consistentes da poupança, que auxiliam nos investimentos externos; o segundo, microeconômico, são os fortes interesses das empresas chinesas na expansão de seus negócios para fora da China, por meio de investimentos diretos (HONG, SUNG, 2006; NOGUEIRA, 2021; GABRIELE, JABBOUR, 2022).

Essas duas variáveis são envolvidas por uma dinâmica política interligada entre os interesses estatais e os interesses privados, com isso as empresas chinesas internacionalizadas atingem resultados nas duas frentes: capturam conhecimento para o desenvolvimento de setores internos da economia chinesa e aumentam a acumulação de capital por meio dos investimentos

externos realizados (HONG, SUNG, 2006; NOGUEIRA, 2021; GABRIELE, JABBOUR, 2022). Barbosa (2020), observa que a extroversão da economia chinesa, principalmente de seus investimentos externos, faz parte de um processo de reorganização das hierarquias da economia-mundo capitalista, no qual depende da conformação ou não das economias periféricas e semiperiféricas frente aos impactos dessa presença.

Dessa forma, **a presença crescente da China nas economias periféricas e semiperiféricas não pode ser imputada ao jogo das forças de mercado pura e simplesmente, ou apenas ao seu apetite por commodities.** Antes e durante esse boom, o país, por meio de sua diplomacia econômica, conseguiu acionar mecanismos financeiros que possibilitaram a presença das grandes empresas estatais, não apenas no setor de combustíveis e minérios, mas também fornecendo a infraestrutura para essas atividades, gerando assim um fluxo de exportações de produtos mais intensivos em capital. Isso permitiu drenar para fora um excedente de capital chinês que passou a ficar cada vez mais visível depois da crise financeira dos países do Atlântico Norte, além de permitir que o país ocupasse um papel de destaque na geopolítica global (BARBOSA, 2020, p. 149, grifos nossos).

Gráfico 7: Investimentos chineses no Brasil por base de dados, em bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria com dados do American Enterprise Institute (2021), da Red-ALC China (2020) e do CEBC (CARIELLO, 2021).

Nota: a linha de tendência em vermelho é baseada nos valores da Red-ALC por conta da maior quantidade de dados disponíveis. A linha de tendência é usada apenas para demonstrar as irregularidades dos investimentos chineses no Brasil.

Os dados do CEBC (CARIELLO, 2021) demonstram que o Brasil é o maior receptor de investimentos chineses da América Latina, sendo destino de 47% dos investimentos realizados. No gráfico 7, que mostra a distribuição destes investimentos ao longo do século XXI, vê-se que o auge foi no ano de 2010, em 12 projetos que totalizaram US\$ 13 bilhões. Já o menor valor foi em 2014 com US\$ 1,7 bilhões. Essa volatilidade é a representação do cenário de investimentos

externos na América Latina. Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), os primeiros cinco anos da década de 2020 foram de crescimento de IEDs na América Latina, os outros cinco anos foram de redução (CEPAL, 2021).

Em relação aos setores com maiores investimentos chineses se destaca o energético com 48% do valor dos projetos confirmados. A concentração dos investimentos no setor elétrico faz as empresas chinesas já serem responsáveis pela geração de 16.736 megawatts anuais, ou 10% de toda a geração de energia no Brasil. Alavancados pelos leilões promovidos pelo governo brasileiro, o setor petrolífero e de gás se tornou um dos que mais atraíram investimentos das empresas chinesas, sendo destino de 28% dos aportes³⁰. Em relação à mineração, o setor é um dos mais consolidados no que se refere a exportações e atraiu 7% dos investimentos chineses. Já para o setor manufatureiro foram 6% dos valores investidos em múltiplos segmentos como o automotivo, o eletroeletrônico, o químico e o de máquinas (CARIELLO, 2021).

Por terem relação direta com a exportação de soja, as obras de infraestrutura capturaram 5% de todos investimentos chineses no país, os quais foram, basicamente, destinados para a construção e ampliação de portos (CARIELLO, 2021). O setor de infraestrutura é importante para os interesses comerciais chineses, principalmente das empresas chinesas que financiam projetos no setor agropecuário, pois o nóculo de transportes tem conexões com os demais nós da cadeia mercantil da soja brasileira, como demonstrado anteriormente (ver capítulo 1), e provavelmente, de outras cadeias mercantis.

A agropecuária propriamente dita recebeu de 2007 à 2020 3% ou US\$ 1,9 bilhões de investimentos chineses, segundo o CEBC (CARIELLO, 2021). Já segundo a AEI (2021), o setor agropecuário recebeu US\$ 3,28 bilhões de 2011 até 2017. Para a RED-ALC (2021) foram US\$ 2,8 bilhões no setor agropecuário/agroindústria e de alimentos, que empregava mais de 9.500 trabalhadores/as de 2007 até 2017. Em um esforço exploratório de especificar quais são os investimentos realizados nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira foram encontrados nessas bases de dados, projetos relativos a oito empresas chinesas que anunciaram e/ou confirmaram quatorze projetos em território nacional, que serão descritos a seguir.

Os primeiros investimentos chineses nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira foram no ano de 2007, quando um consórcio entre a empresa privada *Zhejiang Fudi Agriculture*

³⁰ “Não por acaso, as exportações da *commodity* para o país asiático crescem 180% entre 2010 e 2020, saltando de US\$ 4 bilhões para US\$ 11,3 bilhões, o que transformou o Brasil em um ator estratégico para a China nesse setor nas vias comercial e de investimentos” (CARIELLO, 2021, p. 23).

Company e a empresa estatal *Beidahuang/Heilongjiang State Farm Company* compraram duas fazendas, uma de 600 hectares no Rio Grande do Sul e outra de 16.000 hectares no Tocantins. Não conseguimos encontrar os valores dessas transações. O consórcio encontrou diversas dificuldades para manter as fazendas e as revendeu para a *Chongqing Grain Group* (CGG) (OLIVEIRA, 2017).

Em 2010, a CGG movimentou a justiça e a mídia brasileiras com um projeto audacioso de compra de 200.000 hectares no oeste da Bahia. Empresa estatal de nível provincial, a CGG pretendia investir US\$ 300 milhões e participou da comitiva do então presidente chinês Hu Jintao (2003-2013) em visita ao Rio de Janeiro para anunciar os novos investimentos no Brasil. Contudo, a Advocacia Geral da União (AGU) e o então presidente Lula (2003-2010) limitaram a compra de terras para estrangeiros em 5.000 hectares ou 25% do território do município da pretendida compra. As incertezas jurídicas sobre a interpretação da lei nº 5.709/71, que regulamenta a compra de terras por estrangeiros, fez com que a CGG anunciasse um novo projeto que, novamente, ultrapassava os limites definidos pela AGU. Os 52.000 hectares do segundo projeto nunca foram comprados ou pelo menos a compra, se realizada, não foi tornada pública. A CGG desistiu de todos os projetos em 2013, quando um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ocupou uma parte da fazenda que tinha como dono legal uma subsidiária chamada Universo Verde (AGÊNCIA ESTADO, 2010; G1, 2010; OLIVEIRA, 2017).

Outro projeto inacabado foi o da empresa privada *Hopefull Grain & Oil Group* com a estatal *China National Agriculture Development Group* (CNADG) que pretendiam investir US\$ 7 bilhões em terras no estado de Goiás. Diante repercussão do caso da CGG e das novas interpretações legais as empresas desistiram da compra e buscaram outros nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira para investir. O mesmo aconteceu com o grupo *Pallas International* que assinou um documento de intenção de compra com o Estado da Bahia em 2011, mas a operação foi vetada pelo governo do estado (OLIVEIRA, 2017).

Como demonstram os casos acima, devido a questões de soberania nacional e do uso da terra como bem coletivo, o nódulo produção é o mais complexo e polêmico. Fairbairn (2015) mostra que há diversos casos de manobra da lei e de suas interpretações que habilitam a gestão da terra por empresas estrangeiras. A mais utilizada é a criação de *joint-venture* com uma empresa brasileira, que deteria mais de 50% do capital, com o que a nova empresa pode realizar compras de terras acima do limite imposto (FAIRBAIRN, 2015).

As mudanças das leis dos últimos anos demonstram insatisfação com o limite imposto. Tanto é que no final de 2020 foi aprovado pelo Senado Federal o projeto de lei nº 2.963/2019 que flexibiliza a compra de propriedades rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Segundo o projeto de lei, as empresas sediadas no Brasil mesmo com controle externo poderão comprar terras sem limites de área. Já as empresas estrangeiras com sede no exterior precisarão de autorização do Conselho Nacional de Segurança se forem ONGs, fundações particulares e fundos soberanos (BRASIL, 2020). Para o deputado federal Newton Cardoso Júnior (MDB/MG), relator de projeto similar na Câmara dos Deputados: “se o capital internacional for financiar alguma coisa, ele precisa ter garantias. E essa garantia pode ser a própria terra” (MENDES, 2019, s.p).

Os investidores chineses também pressionaram pela nova regulação mesmo diante do fracasso de seus investimentos anteriores no nódulo de produção. Segundo o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC), Charles Tang: “O Brasil perdeu 100 bilhões de dólares em investimentos do mundo inteiro nos últimos anos por causa dessa proibição [...] O mundo inteiro quer atrair capital e o Brasil se deu ao luxo de rejeitar capital” (MENDES, 2019, s.p).

Os fracassos chineses de 2010, mencionados acima, não impediram novos investimentos em outros nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, porém, as polêmicas relacionadas a estes investimentos ainda são recorrentes. O atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, comentou em 2018 ainda como candidato à Presidência, que a China está controlando o agronegócio brasileiro e o Brasil está perdendo o controle da produção agrícola e de sua segurança alimentar. A mensagem para seus apoiadores fez menção à compra da empresa de sementes Dow pelo o fundo chinês Citic Agri em 2018 (VEJA, 2018).

O fundo chinês comprou a Dow Sementes do Brasil pelo valor de US\$ 1,1 bilhão (ESCHER, WILKINSON, 2019). Mas, esse não foi o primeiro investimento chinês no nódulo de sementes, ligado também ao setor de agroquímicos. A *China National Chemical Corp.*, mais conhecida como ChemChina, empresa estatal, já havia comprado a Syngenta por US\$ 43 bilhões (FRANCE PRESSE, 2017). Essa transação foi finalizada após negociações intensas com instituições dos Estados Unidos e da Europa que bloquearam por um ano a aquisição, pois a ChemChina já havia comprado por US\$ 3,5 bilhões a empresa Adama de origem israelita, uma das maiores produtoras de pesticidas do mundo (REUTERS, 2016). Os investimentos no nódulo de agroquímicos também contou com a aquisição da brasileira Prentiss Química em

2014, que atualmente tem capacidade de produção de mais de 20 milhões/ano de agroquímicos em uma área fabril de 4.200m² (TIDE, 2021).

Para Gaudreau (2019), as aquisições de empresas nos nódulos de agroquímicos e sementes feitas pela China são parte da estratégia de aumentar o poder das empresas chinesas frente aos demais conglomerados da Europa e dos Estados Unidos. Além disso, os investimentos chineses nestes nódulos dão para o Estado Chinês uma base tecnológica interna para o desenvolvimento de novos produtos, como sementes e pesticidas. Para o autor, esse movimento chinês faz com que:

Embora a [China] continue a exigir importações de grãos para suas necessidades alimentares, uma parcela maior desse grão importado agora será cultivada usando variedades de sementes e insumos que são pesquisados, desenvolvidos e vendidos por SOEs [State Owner Enterprises] controladas internamente. A aquisição da Syngenta expande muito o poder estrutural da [China] no sistema alimentar global por meio do acesso a mercados de sementes comerciais estabelecidos, infraestrutura e acesso a direitos de propriedade intelectual significativos no setor de sementes geneticamente modificadas. Esses recursos, em última análise, subordinados ao Conselho de Estado, têm o potencial de ter acesso a tratamento regulatório preferencial na China Continental e apoio estatal preferencial nos mercados internacionais. [...] a anterior falta de competitividade das sementes geneticamente modificadas em relação às empresas estrangeiras é uma razão crítica para que a [China] não tenha comercializado grãos geneticamente modificados para cultivo doméstico. Como tal, essas aquisições abordam **uma preocupação crítica de segurança alimentar nacional** para o Estado-Partido, por ter uma SOE entre os gigantes globais do agronegócio com propriedade intelectual em biotecnologia, mas potencialmente às custas das preocupações de ativistas alimentares domésticos. (GADREAU, 2019, p. 230, tradução livre, grifos nossos)³¹.

Os investimentos chineses também têm como finalidade o controle dos corredores de escoamento das regiões produtoras de grãos (GAUDREAU, 2019). No quadro 3 pode-se observar que os principais investimentos chineses estão nos nódulos de armazenamento, comercialização e transporte. A estatal *China Oils and Foodstuffs Corporation* (COFCO) é a maior investidora no Brasil. Além da soja, a COFCO informa que trabalha com açúcar, café e

³¹ Trecho original: Though the PRC will continue to require grain imports for its feed requirements, a larger share of that imported grain will now be grown using seed varieties and inputs that are researched, developed, and sold by domestically controlled SOEs. The acquisition of Syngenta greatly expands the PRC's structural power in the global food system through access to established commercial seed markets, infrastructure, and access to significant intellectual property rights in the GM seed sector. These resources, ultimately reporting to the State Council, have the potential to have access to preferable regulatory treatment in Mainland China and preferential state support in international markets. [...], the previous lack of competitiveness in GM seeds relative to foreign-owned companies is a critical reason that the PRC has not commercialized GM grain crops for domestic cultivation. As such, these acquisitions address a critical national food security concern for the Party-state, by having a SOE among the global agribusiness giants with intellectual property in biotechnology, but potentially at the expense of the concerns of domestic food activists.

algodão, produtos que passam pelos 58 armazéns, 11 unidades de processamento e 15 portos distribuídos pela África, América do Norte, América Latina, Ásia, Europa, Oriente Médio e Pacífico, tornando a empresa capaz de armazenar 2,2 milhões de toneladas de grãos, processar 26 milhões de toneladas de commodities agrícolas e transportar 34 milhões de toneladas de produtos em 2019. A grandiosidade da estrutura da COFCO também é observada em suas receitas que chegaram a US\$ 31 bilhões no mesmo ano (COFCO, 2019).

Quadro 3: Participação das empresas chinesas por nóculo e valor total investido em bilhões de dólares.

EMPRESA	AGROQUÍMICOS	SEMENTES	PRODUÇÃO	ARMAZENAMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	PROCESSAMENTO	TRANSPORTE	TOTAL INVESTIDO
CCCC								0,75
CHEMCHINA								1,1
CMPORTS								0,92
COFCO								2,7
HOPEFULL								0,12
PENGXIN - BELAGRÍCOLA								0,2
PENGXIN - FIAGRIL								0,25
TIDE GROUP								N/A
							TOTAL (US\$ BI)	6,04
							TOTAL S/ TRANSP. (US\$ BI)	4,25

Fonte: Elaboração própria com base no cruzamento de dados de AEI (2021); CARIELLO (2021); ESCHER, WILKINSON (2019); OLIVEIRA (2017); RED-ALC (2021).

Na América Latina a COFCO conta com 40 armazéns, 8 unidades de processamento e 8 portos, a maioria no Brasil. No país desde 2014, a COFCO emprega cerca de 6.500 pessoas e tem capacidade para processar 1,4 milhão de toneladas de grãos por ano, sendo 70% no estado de Mato Grosso (ZANINI, 2020). Os dois principais investimentos da COFCO se deram em 2014 com as aquisições da Noble Agri Limited (US\$ 1,2 bilhões) e Nidera (US\$ 1,5 bilhões), o que aumentou o *market-share* da empresa no nóculo da comercialização da soja (ESCHER, WILKINSON, 2019). A COFCO está presente nos nóculos de produção, armazenamento, transporte, comercialização e processamento da soja brasileira.

A *Hunan Dakang Pasture Farming*, do grupo Pengxin, que atua na comercialização, no processamento, na distribuição de insumos, nas infraestruturas, nos serviços de armazenamento, de transporte e de logística, comprou a empresa Fiagril do nóculo de comercialização por US\$ 200 milhões em 2016. Em 2017 foi a vez da cooperativa paranaense Belagrícola ser comprada pelo grupo privado Pengxin por US\$ 253 milhões (RED-ALC, 2021).

Todos esses nóculos analisados são conectados pelo nóculo de transporte, que muitas vezes não é considerado na análise da cadeia mercantil da soja brasileira, mas é essencial para o aumento do controle chinês sobre o escoamento de grãos. A *Hopefull Grain & Oil Group*, que falhou na aquisição de terras para produção de soja, migrou para a construção de um porto

na cidade de São Francisco do Sul em Santa Catarina para escoar a produção do grão para a China. O investimento da empresa foi de US\$ 120 milhões em 2017 para as obras do terminal portuário (VERÍSSIMO, 2017) e seu objetivo é explícito: “[...] a Hopefull criou empresas comerciais na América, Argentina e Hong Kong em resposta à estratégia industrial de "Going Out" da agricultura nacional da China [...]” (HOPEFULL, 2020, s.p)³².

Em 2017 e 2018 a *China Communications Construction Company* (CCCC) investiu US\$ 240 milhões na construção do Porto de São Luís, no Maranhão (AEI, 2021). Ainda em 2017, em parceria com o fundo de investimentos *Anessa Fund*, a CCCC investiu US\$ 514 milhões para a construção do Terminal Graneleiro da Babitonga, localizado em São Francisco do Sul, Santa Catarina (RED-ALC, 2021). Com isso, a empresa teria dois importantes pontos de exportação de grãos no Brasil, um localizado no Sul, tradicional local para a plantação de soja, e outro no Nordeste, nova fronteira para a produção do grão.

Em 2017, por US\$ 925 milhões, a estatal *China Merchants Port Holding* (CMPorts) em comprou o tradicional Porto de Paranaguá no Paraná, o mais produtivo do Brasil e um dos maiores da América do Sul, com capacidade para movimentar 2,5 milhões de TEUs/ano. (AEI, 2021) Além disso, a empresa chinesa, que é a maior investidora e operadora de portos públicos da China, conta ainda com cinquenta portos em vinte e seis países, o que fez com que ela movimentasse mais de 110 milhões de TEUs (toneladas uteis) em 2019 (TCP, 2021).

Os investimentos chineses no Brasil revelam parte da estratégia internacional de ascensão da China na economia-mundo capitalista nas últimas décadas. Os investimentos também mostram explicitamente as etapas de internacionalização das empresas chinesas no século XXI. O volume dos investimentos chineses na cadeia mercantil da soja brasileira se traduz em empregos, produção, comercialização e consumo. A figura 7 abaixo utiliza a representação visual da cadeia mercantil da soja brasileira do segundo capítulo para explicitar os nódulos em que as empresas chinesas estão presentes.

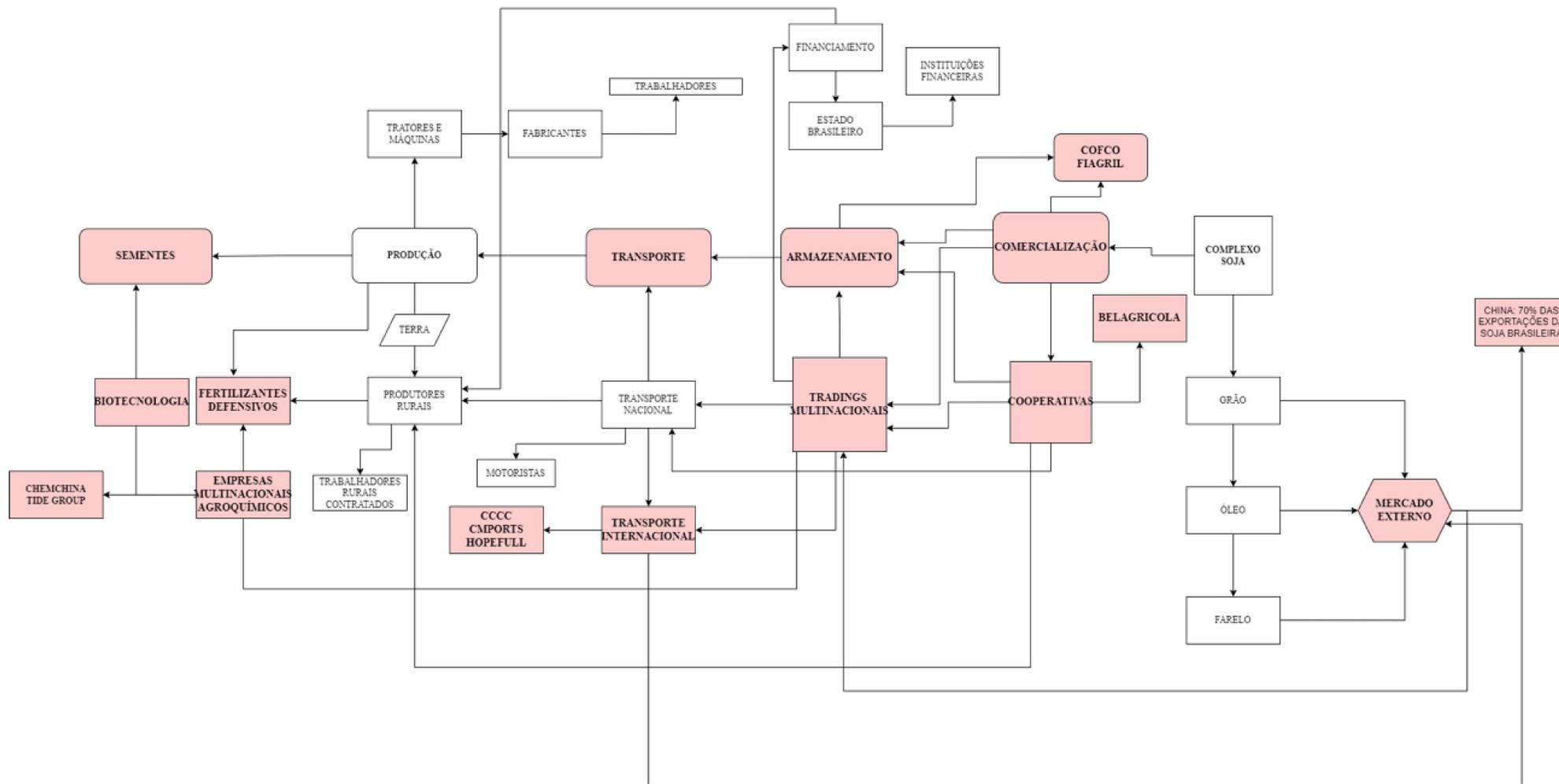
A partir da análise realizada até aqui, é possível notar que as empresas chinesas passaram a investir mais nos nódulos de comercialização, transporte e biotecnologia para buscar maior poder sobre a cadeia mercantil da soja brasileira. Ao empregar o conceito de governança das cadeias mercantis (GEREFFI, 1994, GEREFFI, HUMPHREY, STURGEON, 2005), nota-

³² Trecho original: “[...] Hopefull set up international trade companies in America, Argentina, and Hong Kong in response to the “Walk-out” strategy of China’s national agriculture industry strategy [...]”.

se que os movimentos das empresas chinesas na direção destes nódulos fazem parte da disputa pela governança da cadeia mercantil da soja brasileira, ou seja, a governança da cadeia mercantil da soja brasileira foi acirrada com a presença chinesa. A busca pela governança é a luta pelo poder/controlar sobre os termos de preços, o fornecimento de serviços (ex.: transportes) e de produtos (ex.: sementes). A busca por uma governança do tipo hierárquica é positiva para aqueles que buscam ter autonomia em uma cadeia mercantil, como é o caso das empresas chinesas na cadeia mercantil da soja brasileira.

Os efeitos da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira podem ser considerados vantajosos para aqueles que observam a importância do mercado chinês para a economia brasileira e prejudiciais para aqueles que destacam certa regressão da pauta exportadora e uma desindustrialização da economia nacional devido à grande dependência em relação à exportação de *commodities*. De todo modo, os impactos da participação chinesa nas cadeias mercantis influenciam os processos políticos, sociais e ambientais em diversas regiões do globo, especialmente no Brasil.

Figura 7: Participação das empresas chinesas pelos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira.



Fonte: Elaboração própria.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

O foco dessa dissertação não são os impactos da participação chinesa nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, mas nas motivações chinesas para tal participação. Contudo, essa seção demonstrou alguns dos impactos da demanda e dos investimentos chineses nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira capazes de mostrar alguns caminhos para entender essas motivações. No próximo capítulo pode-se iniciar a análise a partir da premissa de que o agronegócio é de grande importância para a China devido às suas necessidades e projetos nacionais. De fato, enquanto na China o consumo da soja aumenta devido às mudanças socioeconômicas, a área cultivada do grão diminui e a produção está estagnada desde o início do século XXI. Com isso, a importação da soja adquiriu enorme relevância e seu principal vendedor é o Brasil, que em 2010 tomou o lugar dos Estados Unidos como maior produtor e exportador do grão.

No entanto, as relações entre Brasil e China não se limitam ao comércio. Os dados apresentados nesse capítulo demonstram que a China tem interesse no mercado e nos recursos brasileiros. Os investimentos, mesmo que inconstantes, visam sobretudo combustível e energia. Pequena parcela desses investimentos vai para agropecuária, mas eles revelam a integração das empresas chinesas, estatais ou privadas, em diversos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Essa capilaridade dos investimentos chineses nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira representa a disputa pela governança da cadeia mercantil, em que as empresas e/ou Estados buscam controlar os fluxos comerciais e produtivos através de mecanismos de preços, disponibilidade de serviços e produtos.

A pesquisa realizada em diversas fontes resultou em um valor total de investimentos diverso daqueles informados normalmente pela CEBC, AEI ou RED-ALC. As três fontes têm metodologias diferentes, o que faz que os valores dos investimentos sejam conflitantes. Para validar os dados dessas fontes foi realizada uma confirmação por meio de buscas nos sites das empresas mencionadas e de artigos de jornais, revistas ou sites que informam os investimentos realizados. Foram encontrados um total de US\$ 6,04 bilhões em investimentos apenas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Se o nódulo de transportes for retirado, já que os investimentos nos portos servem a diversos produtos, o valor total baixa para US\$ 4,25 bilhões. Os investimentos chineses foram encontrados nos nódulos de sementes, agroquímicos, produção, armazenamento, comercialização, processamento e transporte.

Por fim, esse capítulo foi um exercício empírico de exploração estruturado na metodologia criada por Hopkins e Wallerstein (1987) sobre o conceito de cadeia mercantil, principalmente na busca dos fluxos produtivos entre os atores envolvidos. Através deste exercício foi possível localizar a presença das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira e representa-la com detalhes. Os dados encontrados, compilados e descritos desse capítulo serão utilizados para analisar, no próximo capítulo, as motivações políticas e as ações econômicas produzidas pelo Estado Chinês em relação à cadeia mercantil da soja brasileira nos últimos vinte anos.

4. AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS E AS AÇÕES ECONÔMICAS DO AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA NA CADEIA MERCANTIL DA SOJA BRASILEIRA.

“[Mencius disse:] há pessoas morrendo de fome nas estradas, e você não sabe liberar suas provisões para o alívio delas. Quando os homens morrem, você diz: ‘Não é devido a mim; é devido ao ano’, em que isso difere de esfaquear um homem e matá-lo, e depois dizer: ‘Não fui eu; foi a arma’? Deixe Vossa Majestade de culpar o ano e, instantaneamente, as pessoas, todas sob o céu, virão até você.”

O rei Hui de Liang disse: “Desejo silenciosamente receber suas instruções”.

Mencius respondeu: “Existe alguma diferença entre matar um homem com uma vara e com uma espada?” “Não há diferença”, foi a resposta.

Mencius continuou: “Existe alguma diferença entre fazê-lo com uma espada e com medidas governamentais?” “Não há”, foi a resposta novamente.”

Mencius, 孟子, sem data³³

O objetivo desse capítulo é entender as motivações políticas e as ações econômicas da participação chinesa nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. A partir de uma descrição histórica realizada por meio de uma revisão bibliográfica é possível identificar a segurança alimentar e a política de investimentos externos como essenciais para explicar as ações que impactam na participação de empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira.

A primeira seção descreve a segurança alimentar como prioridade histórica e estrutural para o Estado Chinês. A descrição começa nos tempos imperiais e virá até os dias atuais. Para isso, é necessário utilizar fontes primárias e secundárias, ou seja, buscar documentos que contenham as políticas agrícolas e de segurança alimentar empreendidas pelo Estado Chinês, bem como de análises históricas desses processos político-econômicos para respaldar a análise realizada.

A segunda seção analisa a política de investimentos externos do Estado Chinês nos últimos vinte anos. Com os dados do segundo capítulo e com uma revisão bibliográfica sobre o tema, será possível compreender os investimentos externos realizados pela China como parte

³³ Mencius foi um filósofo confuciano que nasceu na dinastia Zhou e ainda é considerado um dos principais pensadores políticos da China. Seus escritos foram traduzidos para o inglês diversas vezes, entre elas por James Legge em 1895 no livro *The Chinese Classics: The works of Mencius*, usado como base para a tradução desse trecho em português.

da política de segurança alimentar, assim como importante ferramenta política e econômica de cooperação internacional da China.

4.1 SEGURANÇA ALIMENTAR: A CONSTRUÇÃO DE UM AGRONEGÓCIO GLOBAL COM RAÍZES LOCAIS.

Uma das saudações informais mais utilizadas ainda hoje entre os chineses é “Você já comeu?” (你吃了吗 - chī le ma?). Segundo Mallory (1928), a saudação foi criada pela população rural e pode ser vista como a mais simples demonstração de que, para o povo chinês, a alimentação sempre foi motivo de preocupação. Infelizmente, essa preocupação deve-se à falta de alimentação regular durante o período imperial, o que desde então modificou os hábitos alimentares e as relações sociais, políticas e econômicas na China. Enquanto o século XVIII é considerado por alguns estudiosos como o período de prosperidade, os séculos XIX e XX com suas rebeliões internas, ataques externos e desastres naturais fizeram que o Ocidente considerasse a China como a “terra da fome” (MALLORY, 1928; LI, 1982).

Porém, a relação entre alimentação e política na China é mais complexa do que uma relação causal simples. Ao contrário, “a sensibilidade da China em relação à autossuficiência alimentar está enraizada em suas estruturas culturais, políticas e econômicas únicas e moldada pela interpretação chinesa do mundo exterior” (ZHA, ZHANG, 2013, p. 460, tradução livre)³⁴. Além disso, a elaboração e a implementação de políticas para diminuir os efeitos da fome era baseada nos preceitos confucianos de governabilidade e estrutura social, principalmente no entendimento de que o bem-estar dos súditos deveria ser responsabilidade dos seus líderes (WILL, WONG, 1991; ZHANG, 2019)³⁵. Essa conexão teórica e empírica é percebida nos provérbios, como por exemplo: “Uma economia sem uma agricultura fortalecida é fraca, um país sem grãos suficientes será caótico” (ZHANG, 2019, p. 32, tradução livre)³⁶.

Os imperadores da dinastia Zhou (1000-221 a.C.) foram os primeiros a serem responsáveis pela alimentação do povo. Considerados pelos filósofos confucianos como Tian Zi (filhos do paraíso) tinham o direito divino de liderar o povo (conhecido como “天命 - tiān

³⁴ Trecho original: “China’s sensitiveness towards food self-sufficiency is rooted in its unique cultural, political and economic structures and shaped by China’s interpretation of the outside world.”

³⁵ Zhang (2019) mostra que os colapsos das dinastias Han (25–220), Tang (618–907), Song Nordeste (960–1125), Song Sudeste (1127–1279) e Ming (1368–1644) foram associados com as baixas temperaturas e, conseqüentemente, com a falta de produção agrícola para consumo popular.

³⁶ Trecho original: “An economy without healthy agriculture is fragile, and a country without sufficient grain will be chaotic.”

míng” ou “Mandato dos céus”), mas esse direito poderia ser perdido pela falta de credibilidade frente aos súditos, pelo não merecimento ou pela incapacidade de estar nessa posição política (LOEWE, 2003). A partir desse entendimento político-ideológico, os imperadores seguiam políticas para manter a administração governamental, o estoque de grãos, criar projetos públicos de transportes e de infraestrutura, criar um sistema de taxas eficientes e justas, manter a ordem civil e defender as fronteiras contra os bárbaros (CROOK, 1999).

A dinastia Qing (1644-1912), a última dinastia chinesa, sentiu persistentemente a pressão de estar na liderança imperial. A falta e o aumento dos preços dos grãos em diversas regiões do Império, trouxeram problemas de estabilidade política para os imperadores e para as demais elites (WONG, 1982). A reconstrução desses fatos foi realizada por R. Bin Wong (1982):

Multidões frequentemente protestavam na frente de mercados e dos escritórios do governo contra os altos preços dos grãos. Grupos de pessoas iam nos portões das famílias ricas exigir grãos, empréstimos mais baratos e outros grupos tentavam bloquear estradas e rios para impedir a exportação de grãos escassos. A maioria dos conflitos foi gerada pela recusa dos detentores de grãos em vender seus estoques a preços mais baixos, fazer empréstimos ou restringir as exportações. Esse tipo de ação social era de pequena escala e curto prazo, e envolvia apenas algumas dezenas de pessoas e geralmente não durava mais do que alguns dias. Em grandes protestos, no entanto, os participantes ocasionalmente ultrapassaram algumas centenas. Quando as autoridades não agiam pronta e decisivamente para conter as revoltas, elas continuavam ocorrendo durante semanas [...] Revoltas por causa de grãos estavam entre as formas comuns de conflito na sociedade Qing (WONG, 1982, p. 767, tradução livre)³⁷.

Após a reunificação militar e política chinesa da transição dinástica Míng-Qing, para diminuir as crises alimentares, o imperador Kangxi (1661-1722), influenciado pelos pensadores confucianos, estabeleceu práticas como relatórios regulares sobre as condições da produção e o consumo de grãos, redução de taxas, incentivos para migração para áreas inutilizadas, doação de sementes e animais para a produção agrícola e a construção de um sistema de armazenamento de grãos. Essas medidas tinham efeito de curto e de longo prazos, principalmente o sistema de armazenamento, porque a armazenagem de grãos poderia diminuir os efeitos da fome no curto

³⁷ Trecho original: “Crowds often gathered at markets and government offices to protest high grain prices. Groups of people stormed the gates of rich families demanding cheaper grain and loans, and others attempted to block roads and rivers to keep scarce grain from leaving their areas. Most conflicts were generated by the refusal of those with grain to sell their stocks at lower prices, make loans, or restrict exports. This type of small-scale, short-term social action often involved only a few dozen people and usually lasted no more than a few days. In larger food riots, however, participants occasionally exceeded one hundred. When officials failed to act promptly and decisively to curb the disturbances, food riots in a particular locale might reoccur over a period of weeks. [...] Riots over grain were among the common forms of conflict in Qing society.”

prazo e no longo prazo ser utilizada para o desenvolvimento agrícola do Império (WILL, WONG, 1991). Mas, para Will e Wong (1991) a principal função do sistema de armazenamento era a regulação da oferta e da demanda de grãos pelos agentes políticos.

Contudo, o sistema de armazenamento de grãos só teve efeito no reinado de Yongzheng (1722-1735), pois foi neste período que a responsabilidade de armazenagem foi reconhecida como política imperial e não mais provincial. Mesmo assim, os armazéns do Império tiveram problemas com reabastecimento, transporte e distribuição para outras regiões, alavancados pelas disputas políticas entre os comerciantes de grãos, o Império e a população. O acionamento dos armazéns em crises alimentares foi diminuindo com o tempo e foram descontinuados após 1850³⁸. A diminuição dessa política é reflexo da contração do Estado no mercado de grãos e o enfraquecimento político da dinastia Qing frente a seus súditos (WONG, 1982; WILL, WONG, 1991).

Apesar das dificuldades enfrentadas pela dinastia Qing, as políticas iniciadas em 1661 promoveram a integração econômica por meio da transferência de recursos para regiões pouco conectadas pelo mercado e com pouca produção agrícola (WONG, 1997). Para Wong (1997), “esse tipo de integração compensatória ou complementar em que os papéis dos políticos e das elites mercantis eram definidos pela estrutura espacial da economia política agrária chinesa diminuiu no século XIX à medida que o Estado Qing estava cada vez mais ocupado com assuntos externos” (WONG, 1997, p. 239, tradução livre)³⁹.

A Rebelião do Lótus Branco (1774-1804) e a Rebelião Taiping (1850-1864), ambas de cunho religioso, já haviam enfraquecido o Império Chinês. Mas foram as guerras do Ópio contra a Grã-Bretanha em 1839 e a guerra sino-japonesa iniciada em 1894 que desestabilizaram a Dinastia Qing. Ao final da Guerra do Ópio em 1842, a China foi obrigada por meio do Tratado de Nankin a ceder Hong Kong para os britânicos e abrir o mercado de diversas cidades costeiras, incluindo Shanghai. Já em 1895 com o fim da guerra sino-japonesa, a China perdeu o controle de Taiwan para o Japão (HUNG, 2016).

³⁸ Atualmente existe um sistema de armazenagem público na China, no qual “the government has a rational process for determining the functions of central and local reserves: the central grain reserves are mainly used to maintain basic needs, respond to disasters and stabilize expectations, which is the “ballast stone” of national food security. Local grain reserves are mainly used in the regional market to meet emergencies, stabilize grain prices and guarantee supply, which is the first line of defense of national food security” (SCIO, 2019, s.p).

³⁹ Trecho original: “This kind of compensatory or complementary integration in which the roles of officials and merchant elites were defined by the spatial structure of Chinese agrarian political economy diminished in the nineteenth century as the central Qing state was increasingly occupied with foreign affairs”.

A queda do Império em 1911 foi parte do avanço nacionalista frente aos ataques de organizações políticas internas, dos conflitos com os países da região e com as potências ocidentais invasoras. Deste modo, a decadência imperial é um processo de conflito externo-interno, em que as pressões externas corromperam a capacidade do Estado Qing em comandar a ordem social interna. No entanto, a ideologia política confuciana e a centralidade da segurança alimentar continuaram guiando os processos político-econômicos na China após 1911 (WONG, 1997; ZHANG, 2019).

Para Mao Tsé-Tung (1949), a Revolução de 1911 foi uma luta contra o imperialismo. Porém, esse processo revolucionário não teve força política para criar um Estado unitário como pretendido. A disputa pelo Mandato dos Céus se intensificou entre os nacionalistas do Kuomintang liderado pelas premissas de Sun Yat-Sen e pela liderança de Chiang Kai-Shek, os comunistas liderados por Mao Tsé-Tung e, em menor escala, os militares provinciais que prosperaram nos anos finais da dinastia Qing. Entre 1921 e 1927, os comunistas e os nacionalistas uniram forças para eliminar os militares provinciais (EASTMAN, 1984; HUNG, 2016).

Após 1927, os nacionalistas do Kuomintang romperam a união com os comunistas e começaram a persegui-los nas grandes cidades costeiras. A subida dos nacionalistas ao poder foi bem vista pela sociedade, que se entusiasmou com o novo governo e suas propostas de paz, prosperidade e democracia (EASTMAN, 1984). Enquanto os centros urbanos vibravam com o novo governo, o movimento comunista encontrou nas zonas rurais o seu reforço contra os nacionalistas, tornando-se assim um partido revolucionário camponês. Com essa divisão, teve início a guerra civil chinesa que durou até 1949 (HUNG, 2016).

No meio da guerra civil, houve um acordo entre o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês (PCC) para combater a invasão japonesa de 1937. Após a derrota japonesa em 1945, guerra civil foi retomada. Em uma rápida ação, os militares soviéticos que estavam no nordeste chinês tomaram uma base militar-industrial dos japoneses e repassaram a capacidade militar encontrada para os comunistas chineses. Dessa forma, o PCC teve força para tomar o poder e obrigar a saída do Kuomintang da China continental em 1949. Taiwan foi o lugar encontrado pelos nacionalistas, que a partir deste momento teve grande proteção dos Estados Unidos (HUNG, 2016).

Enquanto os nacionalistas ficaram no poder (1927-1949), mais de três milhões e meio de pessoas morreram de fome (ZHANG, 2019). Em 1949, com a revolução comunista, a disputa

interna havia acabado. Porém, com a participação chinesa na Guerra da Coréia em 1950, os Estados Unidos impuseram embargos econômicos à China, provocando o início de uma nova crise econômica no país (HUNG, 2016). O pensamento político estadunidense acreditava que mesmo que os comunistas tomassem o poder, nenhum movimento político revolucionário seria capaz de acabar com a fome na China. A crítica foi respondida pelo próprio Mao no artigo “*The bankruptcy of the idealist conception of history*” (A falência da concepção idealista da história). Neste artigo, Mao propôs uma solução baseada na adoção de práticas revolucionárias à produção econômica (TSÉ-TUNG, 1949).

Para isso, o PCC criou em 1956 um plano de metas, conhecido como Grande Salto Adiante, que tinha como políticas: a coletivização das zonas rurais, a industrialização das zonas urbanas e o aumento da produtividade geral. O plano gerou uma divisão econômica entre rural e urbano, em que o primeiro servia como apoio de bens alimentícios para os trabalhadores do segundo (WONG, 1999, 2008; ZHANG, 2019). Em um panorama geral, o Grande Salto Adiante obteve resultados contraditórios, pois ao mesmo tempo que passava por uma grande crise alimentar, também conseguiu realizar um processo de industrialização consistente, aumento dos índices de saúde, educação e renda nas zonas urbanas (HUNG, 2016; HENDLER, 2018). Esse processo foi devido aos mais de 800 bilhões de yuans transferidos das zonas rurais para as zonas urbanas entre 1953 e 1978, o que fez com que o setor industrial participasse de 47,9% do PIB chinês em 1978 (HUNG, 2016).

Já no campo, a implantação das comunas, o nivelamento salarial e os índices irrealistas de produção por meio de uma política militarizada de cima para baixo, fizeram a China entrar em uma grave crise alimentar entre 1959 e 1961. A crise foi agravada pelos embargos dos Estados Unidos que impediam a China de importar grãos (WONG, 1999, 2008; HUNG, 2016; ZHANG, 2019). Segundo Crook (1999), as mortes causadas pela fome nesse período foram estimadas em mais de 16 milhões. Hung (2016), observa que esse processo de coletivização foi tão violento como o processo de coletivização da União Soviética, mas ao invés de matar diretamente aqueles que eram contra o modelo produtivo, o PCC matou indiretamente com a fome. Para o autor, esse foi o preço que os camponeses precisaram pagar para que a industrialização ocorresse (HUNG, 2016).

Wong (1999) entende que as reformas econômicas da China maoísta, principalmente no campo e da distribuição de alimentos, se assemelhavam mais ao período imperial do que a outras regiões do sistema-mundo capitalista. Para esse autor, “assim como a economia política

da dinastia Qing pressionou pela prosperidade agrária em um vasto Império, a economia política comunista promoveu a industrialização em um país agrário igualmente grande” (WONG, 1999, p. 240, tradução livre)⁴⁰. De fato, no período maoísta havia um processo de retraimento da integração da China na economia-mundo capitalista, porém, as conexões continuavam existindo com diversos países, principalmente com a União Soviética, modelo de diversas políticas econômicas (VIEIRA, 2021).

De todo modo, o período de retraimento da China acabou na década de 1970, com o fim dos embargos econômicos e a reaproximação diplomática dos Estados Unidos e, principalmente, com a abertura e as reformas iniciadas em 1978 (VIEIRA, 2021). Foi sob a liderança de Deng Xiaoping (1978-1992) que o Estado Chinês realizou suas políticas econômicas mais importantes no século XX. Para Xiaoping (1988), a China perdeu tempo ao fechar-se durante a era maoísta e buscou nas reformas econômicas abrir o país para o mundo. Na visão do líder chinês, abertura significava “[...] não apenas fazer mais contatos com outros países, mas também aproveitar as experiências deles” (XIAOPING, 1988, p. 175, tradução livre)⁴¹. Para isso, Xiaoping buscou realizar as reformas e a abertura com três objetivos: 1) garantir alimentação e vestimentas adequadas para a população, 2) possibilitar uma vida confortável para o povo até os anos 2000 e 3) atingir o nível de países moderadamente desenvolvidos até a década de 2010 (XIAOPING, 1988).

Como todos os outros períodos históricos chineses, as reformas empreendidas por Xiaoping iniciaram-se no campo e para os camponeses. Para isso, foram realizadas duas grandes transformações econômicas: a descoletivização da terra pelo Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF), que distribuiu pequenas porções de terra para a produção agrícola em contratos de 30 anos; e a acumulação de capital por meio das empresas locais chamadas de *Town-Village Enterprises* (TVEs), que comercializavam a produção agrícola, processavam os alimentos e lideravam a industrialização do campo (WONG, 1999, 2008; ZHANG, 2019; NOGUEIRA, 2021).

O SRF tomou o espaço das produções agrícolas coletivas com grande facilidade. De 1979 a 1982, o SRF foi implementado como teste regional e após isso foi considerado pelo Estado como principal modelo para a organização produtiva nacional. Em 1984, cinco anos

⁴⁰ Trecho original: “Much as Qing dynasty political economy pushed for agrarian prosperity across a vast empire, Communist political economy promoted industrialization across an equally large agrarian country.”

⁴¹ Trecho original: “[...] not only making more contacts with other countries but also drawing on their experience”.

depois do início das reformas econômicas, o SRF já estava presente em 99% das propriedades rurais da China. Ademais, o governo central chinês, buscou formas de aumentar a atratividade da produção agrícola e para tanto aumentou os preços dos produtos agrícolas e diminuiu impostos e taxas de produção (NAUGHTON, 1995).

Com isso, já nos primeiros anos, observou-se um aumento da poupança das famílias, que passou de 7% em 1978 para 17% em 1982⁴². Para Naughton (1995), esse processo de aumento da poupança está totalmente ligado ao avanço do SRF, pois houve uma “remonetização” do campo, já que neste novo sistema “[...] as famílias tinham que liquidar em dinheiro a maioria das compras de insumos agrícolas, bem como as diversas obrigações para com os funcionários do governo local. A família tornou-se totalmente incorporada a uma economia monetária, enquanto anteriormente sua participação era amortecida pelos coletivos [agrícolas]” (NAUGHTON, 1995, p. 143, tradução livre)⁴³.

A capacidade de poupança das famílias e a grande reserva de mão-de-obra oriundo do SRF, possibilitou os investimentos e a força de trabalho para o setor industrial. Para auxiliar esses investimentos, o Estado Chinês repassou para os trabalhadores rurais as estruturas produtivas dos coletivos agrícolas sob o nome de Town-Villages Enterprises (TVEs). A partir disso, floresceram por toda China diversas indústrias de pequena e média escala tendo a acumulação de capital como finalidade, seja em formato de cooperativas públicas ou privadas. A mão-de-obra foi absorvida rapidamente pelas TVEs. Em 1984, as TVEs empregavam 106 milhões de pessoas e eram responsáveis por 35% da renda das famílias das zonas rurais (WANG, 2018). De 1978 a 2003, as TVEs investiram mais de 200 bilhões de yuans no setor agrícola chinês, o que produziu a agroindustrialização da China (LIANG, 2006). As TVEs ajudaram na sustentação da produtividade agrícola e na potencialização da acumulação de capital (NAUGHTON, 1995; LIANG, 2006; HUNG, 2016; WANG, 2018).

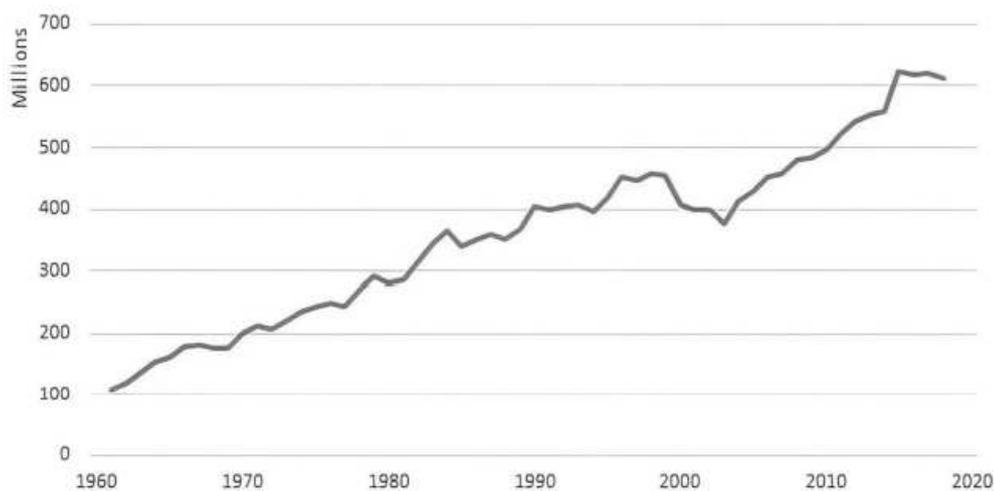
O gráfico 8 abaixo, mostra que o novo sistema produtivo nacional aumentou constantemente a produção de grãos na China. Em 1961 eram produzidos 100 milhões de toneladas de grãos, já em 1990 a produção chegou à quase 500 milhões de toneladas (GABRIELE, JABBOUR, 2022). A produção de grãos da década de 1950 era de 1.155 há/ha,

⁴² Em âmbito nacional (poupança nacional = poupança do Estado + poupança das famílias + poupança das empresas), a participação da poupança das famílias passou de 4% para 11% nos mesmos anos, respectivamente (NAUGHTON, 1996).

⁴³ Trecho original: “[...] households had to settle in cash most purchases of agricultural inputs, as well as the sundry obligations to local government officials. The household became fully incorporated into a monetary economy, whereas previously its participation had been buffered by the collectives.”

em 1985 triplicou para 3.480 kg/ha e em 1996 já era de 4.895 kg/ha. O aumento da produtividade também foi proporcionado pelo uso de fertilizantes (0.75 kg/ha em 1950 e 251,21 kg/ha em 1996) e de tratores (YAO, 2000). É importante notar no gráfico abaixo o declínio da produção de grãos no final da década de 1990 e início da década de 2000, fenômeno que será importante para compreender os desenvolvimentos políticos discutidos a seguir.

Gráfico 8: Índice de produção de grãos na China (1961-2017).



Fonte: Gabriele e Jabbour, 2022.

Com a modernização agrícola liderada pelas TVEs foi criado um forte efeito de ligação entre indústria e agricultura, levando ao rápido desenvolvimento da agroindústria. As realizações de Deng Xiaoping fizeram dele um verdadeiro filho do paraíso, pois o líder comunista alcançou os preceitos confucianos de nutrir o povo, conseguiu realizar uma rápida industrialização e manteve a ordem social⁴⁴. Para o ex-Primeiro Ministro Zhu Rongji (1998-2003), após a reforma liderada por Xiaoping, o PCC conseguiu, de forma efetiva, resolver o problema da alimentação na China (ZHANG, 2019). Contudo, Zhang (2019) analisa que a modernização agrícola foi simultânea à integração chinesa na economia-mundo capitalista, o que aprofunda mudanças nas zonas rurais, cabendo destacar: a privatização de diversas empresas, a entrada de investimentos externos e o aumento da demanda chinesa por produtos agropecuários de outros países (ZHANG, 2019).

⁴⁴ A ordem interna foi abalada pelo movimento estudantil em 1989 depois da morte de Hu Yaobang, líder do partido comunista da época. Milhares de estudantes ocuparam a Praça da Paz Celestial (Tiananmen) em Pequim para reivindicar reformas políticas que aumentassem a liberdade individual. Após algumas semanas de protestos, Deng Xiaoping autorizou o uso da força militar para acabar com a ocupação, o que resultou na morte de centenas de estudantes e trabalhadores. Para saber mais sobre as narrativas em torno ao protesto ver: Zhang, Y. The Forgotten Socialists of Tiananmen Square. 2019. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2019/06/tiananmen-square-worker-organization-socialist-democracy>. Visto em 26 jan. 2022.

Além disso, as TVEs foram retiradas da fonte fiscal dos governos locais e passadas para o governo central, o que diminuiu o interesse dos governadores locais por essas empresas. A urbanização e a mercantilização do campo alteraram as características da produção familiar. Com a modernização nas zonas urbanas e a agroindustrialização, ao longo do tempo o setor agrícola foi perdendo espaço na economia nacional. Em 1952, 50,5% do PIB chinês era constituído pelo setor agropecuário, valor que diminuiu para 30,1% em 1980 e em 1996 ficou em 20,4% (YAO, 2000). As reformas fiscais do governo central e os incentivos às empresas nas zonas urbanas geraram um expressivo êxodo rural na década de 1990, causando problemas sociais como “a população deixada para trás”, formada basicamente por mulheres e crianças em situação de pobreza extrema, e os “trabalhadores migrantes” (*nongmin gong*) sem nenhum direito civil (ZHANG, OYA, YE, 2015).

Os problemas sociais da década de 1990 não impediram o sucesso na produção de alimentos, o que assegurou a segurança alimentar do povo chinês. Além disso, Li (2008) afirma que as políticas econômicas do Estado Chinês promoveram uma qualidade de vida e um desenvolvimento nunca antes visto na história da China. Porém, por implicar uma grande demanda por alimentos, o “avanço chinês” gera pressões ecológicas para outras regiões da economia-mundo capitalista (LI, 2005). Desta forma, a segurança alimentar chinesa cria um problema político para a China em nível mundial, com críticas que atacam o modelo econômico em geral, e também a produção e o consumo de produtos agroalimentares.

Em meados da década de 1990 o Ocidente desafiou o Mandato dos Céus do PCC, atacando justamente a industrialização e a sustentabilidade da segurança alimentar chinesa (Crook, 1999). Com o livro “*Who will feed China? Wake-Up Call for a Small Planet*” (Quem alimentará a China? Uma chamada para despertar um pequeno planeta, em português), de 1995, Lester Brown foi o pioneiro nos questionamentos sobre a autossuficiência da produção alimentar chinesa. O argumento de Brown (1995) é que o aumento da importação de grãos pela China, devido ao seu desenvolvimento econômico, é prejudicial para o mundo, pois “em uma economia mundial integrada, o aumento dos preços dos alimentos na China se tornará o aumento dos preços do mundo. A escassez de terras na China, será a escassez de todos. E a falta de água na China afetará o mundo inteiro.” (BROWN, 1995, p. 32, tradução livre).⁴⁵

⁴⁵ Trecho original: “In an integrated world economy, China’s rising food prices will become the world’s rising food. China’s land scarcity will become everyone’s land scarcity. And water scarcity in China will affect the entire world.”

Em outubro de 1996, o governo chinês divulgou um documento “*The Grain Issue in China*” (A questão dos grãos na China), sobre as provocações e preocupações causadas pelos argumentos de Brown (1995). Nas cinco seções do documento, o governo descreveu as políticas realizadas após 1949, os números de produção e consumo, os problemas que deviam ser resolvidos e as metas a serem alcançadas (IOSC, 1996). Para o governo chinês, os ataques eram infundados, tendo em vista o aumento da produção de grãos (gráfico 8) e a segurança alimentar alcançada. Mas afirmou também que seria necessário a busca de produtos agropecuários em mercados externos para suprir a alimentação de regiões pobres e/ou com desastres naturais. Por fim, o documento deixou claro que “o povo chinês pode não somente se alimentar, mas também melhorar sua qualidade de vida ano após ano. Em vez de constituir uma ameaça para a oferta mundial de grãos, a China realizará contribuições para ela” (IOSC, 1996, s.p, tradução livre)⁴⁶.

Após a divulgação do documento, o governo chinês formulou uma política de autossuficiência alimentar de 95% com a destinação de 120 milhões de hectares para produção agrícola. O governo também instaurou o plano “Novo campo socialista”, que reformulava o sistema de taxas, subsidiava a produção agrícola e criava um novo plano de bem-estar social para tentar corrigir os problemas causados pela liberalização da década de 1990 (ZHANG, OYA, YE, 2015). Mesmo com o sucesso dessas políticas, durante a crise mundial de 2008 o aumento dos preços dos produtos agropecuários no mercado mundial foi atribuído às importações chinesas e indianas. No mesmo ano de 2008, em um novo documento, o governo chinês reafirmou que as políticas de segurança alimentar com 95% de autossuficiência continuariam até 2020, podendo chegar à 100% de autossuficiência na produção de arroz e trigo durante esse período (HAIRONG, YIYUAN, BUN, 2016; ZHANG, 2019).

Dentro da política de autossuficiência, a soja foi um dos grãos que tiveram liberada a importação. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a proteção tarifária da soja caiu de 114% para 3%. Em 2004, após a “batalha dos feijões”⁴⁷, 70% das empresas nacionais de produção, comercialização e processamento da soja foram à falência, abrindo espaço para multinacionais entrarem no setor. Esses dois fatos fizeram o governo chinês perder o controle do preço e da importação da soja. Em 2009, nove das dez

⁴⁶ Trecho original: The Chinese people can not only feed themselves, but also make their quality of life better and better year by year. Instead of forming a threat to the world's grain supply, China will make ever greater contributions to it.

⁴⁷ Em 2004 a China comprou soja em grande quantidade de produtores estadunidenses, porém, houve diversas quebras de contratos pela parte chinesa, isso fez com que os preços internacionais da soja ficassem instáveis (OLIVEIRA, 2018).

maiores empresas de processamento da soja eram de capital externo, levando a questionamentos internos sobre a dependência frente ao grupo ABCD, aos danos à saúde por conta do consumo de soja transgênica e, conseqüentemente, à “morte” da soja chinesa (HAIRONG, YIYUAN, BUN, 2016).

Conforme demonstrado no capítulo 2, após 2000 a importação da soja aumentou enquanto a produção estagnou (ver gráfico 6). Nos cálculos de Zhan (2017), a autossuficiência chinesa em 2015 esteve em 84% por conta das importações da soja, se retirado esse fator, a China conseguiria atingir seu objetivo de 95% de autossuficiência. O consumo e a importação de carnes também cresceram no século XXI, o que, aliados à percepção de escassez de água e terra, e à de falta de regulação do mercado de commodities agrícolas, fez com que a política chinesa de segurança alimentar fosse alterada por uma política dual interna-externa (ZHANG, 2019).

Desde 2013, a política de segurança alimentar chinesa tem quatro novas dimensões: 1) os alimentos compreendidos na busca pela autossuficiência diminuíram para arroz e trigo, retirando do objetivo o milho, a soja, a batata e os demais cereais; 2) o objetivo é aumentar a capacidade de produção de grãos qualitativamente e não mais quantitativamente; 3) Em lugar do conceito milenar de “segurança de grãos”, passou a ser utilizado o conceito de segurança alimentar como definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁴⁸; 4) As importações moderadas tornaram-se parte da política de segurança alimentar (ZHANG, 2019).

As importações como parte da política da segurança alimentar fizeram com que as relações entre a China e os demais Estados fossem remodeladas. O Estado Chinês criou a estratégia político-econômica denominada *agronegócio global com raízes internas* (ZHANG, 2019). Internamente, são utilizadas as fazendas estatais para garantir suprimento de alimentos em regiões fronteiriças e o fortalecimento de empresas privadas e/ou estatais para comandar o desenvolvimento de determinado setor, como veremos na seção 4.2 (SCHNEIDER, 2016). Externamente, essas empresas chinesas aumentam a participação em nódulos das cadeias mercantis de produtos agroalimentares, como visto nos capítulos 2 e 3 na cadeia mercantil da soja brasileira.

⁴⁸ Para a FAO (2006), a segurança alimentar: “[...] existe quando todas as pessoas, ao mesmo tempo, têm acesso físico e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva para suas necessidades calóricas diárias [...]” (FAO, 2006, p. 1, tradução livre).

Esses dois vértices têm como objetivo manter o ‘pote de arroz’ nas mãos dos chineses⁴⁹. Para atingir este objetivo, todos os anos o governo chinês lança o documento central “número um”, no qual as políticas empreendidas pelo Estado são dispostas. Esse documento tem como base o plano quinquenal, que tem um escopo multisetorial nacional. Pelos principais temas dos documentos “número um” desde 1982 até 2020, nota-se que o setor agropecuário tem como função diminuir as desigualdades no campo, ou seja, a mesma preocupação do período imperial. No entanto, os documentos não se limitam apenas a isso, pois propõem formulações de novas tecnologias e de constante ligação com os setores industriais e comerciais (LU, 2021).

Em relação ao mercado externo, o documento central número um de 2019 deixa claro que o Estado Chinês busca “expandir ativamente a importação de commodities agrícolas para suprimento de curto-prazo, diversificar os canais de importação, nutrir multinacionais agrícolas, dar suporte para empresas agrícolas chinesas investirem externamente, fortalecer a cooperação agrícola internacional, principalmente nos países da Nova Rota da Seda” (LU, 2020, p. 9, tradução livre)⁵⁰. A percepção de que a China precisa transpor suas fronteiras para conquistar autonomia está nas políticas públicas e nas ações das empresas chinesas (ZHANG, 2019). Exemplo disso é a afirmação de que o Estado Chinês busca:

Apoiar as empresas chinesas de grãos em “*Going global*” e “*Bringing in*”. A China fará uso racional tanto dos mercados e recursos nacionais quanto internacionais. A China melhorará os canais de importação de grãos, expandirá mercados diversificados de recursos alimentares e promoverá a alocação racional e eficiente dos recursos globais de grãos (SCIO, 2019, s.p, tradução livre)⁵¹.

No quadro 4, pode-se ver sistematicamente as principais características da política agrícola global da China. O quadro resume as formas de ação, pensamento e perspectivas do Estado Chinês na busca pela segurança alimentar interna. Segundo Zhang (2019), a política agrícola global chinesa também almeja, de forma discreta, capturar novas tecnologias para a modernização do setor internamente (ZHANG, 2019). Essa discrição é devida pela sinofobia

⁴⁹ Essa analogia é relembada frequentemente por Xi Jinping em seus discursos. Para o líder chinês: “O pote de arroz deve estar firme nas mãos dos chineses, e o arroz que está dentro do pote deve ser de origem chinesa” (GLOBAL TIMES, 2021, s.p, tradução livre).

⁵⁰ Trecho original: Actively expanding the import of agricultural commodities in short supply, diversifying the import channels, nurturing multinational agricultural corporations, supporting agricultural companies "going out" to invest abroad, strengthening agricultural international cooperation, particularly with “Belt and Road” countries.

⁵¹ Trecho original: Supporting Chinese grain enterprises in “going global” and “bringing in”. China will make rational use of both domestic and international markets and resources. China will improve grain import channels, expand diversified food resource markets, and promote rational and efficient allocation of global grain resources.

aos investimentos chineses, como nos casos das compras de terras para produção de soja no Brasil na década de 2000 (OLIVEIRA, 2017), visto no capítulo 2.

Do quadro abaixo é possível destacar dois elementos-chave: liderar um novo modelo de cooperação agrícola e aumentar a participação na precificação dos produtos agroalimentares globalmente. Esses dois pontos são explicados pela percepção chinesa da falta de coordenação internacional frente aos desafios da segurança alimentar contemporânea. Em 2020, primeiro ano pandêmico, em todo o mundo, a desnutrição aumentou de 8,4% para 9,9%, deixando mais de 2,37 bilhões de pessoas sem acesso à alimentação (FAO, 2022). Enquanto isso, a China organizou políticas de emergência com nove províncias e 500 empresas para suprimento de alimentos, além de aumentar as reservas estatais de grãos, óleo vegetal e proteína animal e aumentar os subsídios para agricultura (LU et al, 2022).

Quadro 4: Características da política alimentar global da China.

Objetivos políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Buscar tecnologias avançadas e capital externo para modernização do setor; 2. Expandir a exportação de produtos alimentares para aumentar o lucro do agronegócio; 3. Complementar o abastecimento local com importações e ganhar controle das cadeias mercantis de produtos agroalimentares; 4. Expandir a produção alimentar; 5. Contribuir para estabelecer um regime agroalimentar estável.
Foco geográfico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Priorizar a periferia (Nova Rota da Seda); 2. Aprofundar os laços agropecuários com a América do Sul; 3. Consolidar a cooperação agrícola com os países africanos; 4. Pensar globalmente.
Elementos-chave	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversificação das importações; 2. Expandir os investimentos externos; 3. Liderar um novo modelo de cooperação agrícola internacional; 4. Estabelecer parcerias estratégicas com países importantes para o setor agrícola; 5. Aumentar globalmente o poder sobre a precificação dos produtos agroalimentar globalmente.
Atores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresas estatais como força motriz; 2. Empresas privadas como principal força para investimentos externos para buscar recursos agrícolas.

Fonte: Adaptado de Zhang (2019).

A política de segurança alimentar da China iniciou antes da integração do país na economia-mundo capitalista no século XIX e continuou na incorporação forçada e na integração irreversível de 1978 (VIEIRA, 2021). O quadro acima é exemplo desse processo e nele é possível notar que os objetivos obrigam a China a participar ativamente nas cadeias mercantis

e no sistema interestatal. Porém, nota-se que as políticas são direcionadas para uma integração regida pelo interesse nacional, ou seja, uma integração autônoma. Até agora a política de segurança alimentar da China demonstrou que: a) as transformações no setor agrícola devem-se à movimentação do Estado, das empresas e dos camponeses; b) o aumento das importações promoveu um alívio ecológico para terras chinesas, porém abriu espaço para riscos econômicos e possibilidade de falta de suprimento dentro da China, e, fora dela, um processo duvidoso de investimento externo para aproveitamento dos recursos naturais de países periféricos; c) a crise do COVID-19 mostrou resiliência das políticas de segurança alimentar na China, em comparação com a fragilidade da governança global (LU et al, 2022).

As contradições internas na produção de políticas nacionais e internacionais também aparecem na política de segurança alimentar, mostra que o Estado chinês, como qualquer outro Estado, não é um bloco monolítico. (HAIRONG, YIYUAN, BUN, 2016). Para Zhang (2019), complexa e multifacetada são as duas palavras que resumem a política de segurança alimentar da China. Para essa pesquisa, a política de segurança alimentar chinesa demonstra a importância das estruturas de longa duração como a agricultura e os preceitos confucianos para a formulação de políticas estatais. Ademais, a relação entre o aumento da importação da soja brasileira e a segurança alimentar da China é visível nas políticas empreendidas pelo Estado Chinês. Nota-se que a importância da segurança alimentar se alia com a importação da soja brasileira como método para suprir as necessidades alimentares da população chinesa desde os anos 2000.

Por fim, nessa seção foi reafirmada a premissa de Hopkins e Wallerstein (1986) de que as fronteiras nacionais são transpassadas pelas cadeias mercantis, pois mesmo que a segurança alimentar seja um assunto de caráter nacional, as políticas empreendidas pelo Estado Chinês impactam outras regiões da economia-mundo capitalista, como o Brasil. A próxima seção procurará mostrar que a política de investimentos externos da China é um meio necessário para que a segurança alimentar seja factível.

4.2 A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS COMO MEIO PARA A PARTICIPAÇÃO GLOBAL.

A seção anterior argumentou que a segurança alimentar, uma das preocupações históricas do Estado Chinês, produziu dinâmicas socioeconômicas e fomentou políticas ao longo do tempo. A presente seção procurará mostrar como a política de investimentos externos

da China é uma das principais ferramentas para atingir os objetivos da política de segurança alimentar no século XXI. A conexão entre investimentos e segurança alimentar será compreendida por meio da junção dos dados dos capítulos anteriores sobre os estudos sobre o tema.

De início, já se pode sintetizar essa conexão por meio do quadro abaixo, que mostra um resumo das principais ações do Estado e das empresas chinesas referentes a política de investimentos e a política de segurança alimentar, principalmente em relação a cadeia mercantil da soja brasileira. O quadro 5 é uma forma de ilustrar a ligação destas duas políticas, porém, não é suficiente para explicar a importância da política de investimentos externos para a segurança alimentar chinesa. Para isso, é necessário compreender o processo de internacionalização das empresas chinesas, suas raízes históricas e seu desenvolvimento atual.

Quadro 5: Linha do tempo com as ações chinesas na política de investimentos externos e na política de segurança alimentar (1995-2018).

INVESTIMENTOS	SEGURANÇA ALIMENTAR	
	1995	Critica de Lester Brown sobre a autossuficiência chinesa.
	1996	Lançamento da política de 95% de autossuficiência alimentar; Destinação de 120 milhões de hectares para a produção agrícola.
Política <i>Going Global</i> .	1990/2000	
	2001	Entrada na OMC; Liberalização da soja para importação.
Criação da SASAC.	2003	
Primeiro embarque de soja Brasil-China.	2004	“Batalha dos feijões”; Falência das empresas chinesas de processamento de soja.
	2006	Abolição da taxa agrícola para renovação do campo.
Nódulo de produção - Compra de terras no Rio Grande do Sul e Tocantins.	2007	
Nódulo de produção - Tentativa de compra de terras na Bahia e Goiás.	2010	Visita do Presidente chinês Hu Jintao e empresários chineses ao Brasil; 70% da capacidade de processamento de soja sob o comando de multinacionais estrangeiras.
Lançamento da Nova Rota da Seda.	2013	Reformulação da política de segurança alimentar;

		Oficialização da liberalização de importações moderadas; Fortalecimento da cooperação agrícola com países da Nova Rota da Seda; Fortalecimento da internacionalização das empresas do agronegócio chinês; Criação de projetos nacionais para formulação de novas sementes transgênicas.
Nódulo de comercialização - Compra da Noble e Nidera (US\$ 2,7 bi); Nódulo de agroquímicos - Compra da Prentiss Química.	2014	
Nódulo de comercialização - Compra da Fiagril (US\$ 200 mi).	2016	Modernização da indústria de sementes; Incentivo para bases logísticas no exterior pelos grandes grupos nacionais.
Nódulo de comercialização - Compra da Belagricola (US\$ 253 mi); Nódulo de transportes - Construção do Porto de S. Francisco do Sul (US\$ 120 mi); Nódulo de transportes - Construção do Terminal da Babitonga (US\$ 514 mi); Nódulo de transportes - Construção do Porto de São Luís (US\$ 240 mi); Nódulo de transportes - Compra do Porto de Paranaguá (US\$ 925 mi); Nódulo de sementes - Compra da Syngenta (US\$ 43 bi).	2017	
Nódulo de sementes - Compra da Dow (US\$ 1,1 bi)	2018	Incentivo para o aumento da produção interna de soja e demais grãos.

Fonte: Elaboração própria.

A internacionalização das empresas chinesas é iniciada, de forma embrionária, entre as décadas de 1960 e 1980, quando o Estado Chinês tinha projetos de cooperação com países periféricos sob o signo do terceiro-mundismo, como o programa de ajuda agrícola para os países africanos (BRAUTIGAM, XIAOYANG, 2009). Segundo Brautigam e Xiaoyang (2009), o programa chinês era uma resposta ao programa de ajuda de Taiwan e dos Estados Unidos que tinha como função isolar a China de seus aliados. Contudo, enquanto o programa de Taiwan era de pequena escala, o programa chinês era de larga escala com participação em mais de 25 países africanos. A cooperação sino-africana no setor agrícola ajudou na criação de empresas industriais nacionais na África e na consolidação da China como membro efetivo do Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas.

Porém, o grande movimento de expansão externa das empresas chinesas é chamado de “*Going Global*” (走出去), uma estratégia política do Estado Chinês iniciada na década de 1990 para impulsionar os investimentos externos das empresas chinesas a fim de buscar novas oportunidades comerciais para o país como parte do processo de ascensão econômica na economia-mundo capitalista (CHEN et al, 2016; ZHANG, 2018). A partir de então, os investimentos externos chineses aumentaram constantemente. Em 2000, eles representavam apenas 1% (US\$ 40 bi) do total dos investimentos globais, já em 2020 representavam 17% (US\$ 149 bi) do total, à frente dos Estados Unidos (US\$ 92 bi) e de todos os países da União Europeia (US\$ 58 bi) (UNCTAD, 2022).

A China é também um importante ator para os investimentos externos no setor agrícola, mesmo que este setor seja apenas 1,3% de todos os seus investimentos externos. De 2005 à 2016, os investimentos externos chineses em agricultura cresceram 36%, chegando a US\$ 27,9 bilhões em 2016 (EIU, 2017), o que envolveu 1.300 empresas chinesas em operação nos nódulos das cadeias mercantis agropecuárias de 100 países ao redor do globo (ZHANG, 2019).

Os investimentos externos chineses no setor agrícola podem ser divididos em duas fases: a primeira de 2000 à 2012 com investimentos novos (*Greenfield*) na compra de porções de terras para a produção de grãos; e a segunda, iniciada em 2012, com o aumento dos investimentos na aquisição e fusões de empresas em outros nódulos das cadeias mercantis agropecuárias. Os investimentos mais importantes e volumosos estão na integração das *tradings* chinesas ao mercado latino-americano, na compra de empresas de biotecnologia e de estruturas portuárias, como visto no capítulo 3 (ESCHER, WILKINSON, 2019; FARES, 2019; GIRAUDDO, 2019; TURZI, 2017).

Para Philip McMichael (2019), a política de investimentos da China envolve dois processos combinados: 1) mudança na política doméstica de reestruturação agrária e 2) aumento da participação das empresas nacionais no agronegócio global. Essas políticas auxiliam na busca pela segurança alimentar e na capacidade de competir internacionalmente com empresas estrangeiras. Todos esses processos têm como marca evidente a confluência dos interesses estatais e privados. Para McMichael (2019), as políticas conjunturais, principalmente na internacionalização das empresas nacionais, são características do “neoliberalismo centrado no Estado”, que é descrito pelo autor como um processo excepcional chinês na integração do país na economia-mundo capitalista e da manutenção interna do comunismo, o que gera consequências de curto prazo (fortalecimento do Partido-Estado na execução econômica

nacional com submissão parcial às regras comerciais e políticas dos organismos internacionais) e de longo prazo (reorientação de poder internacional do Ocidente para o Oriente).

O maior exemplo dessa observação de McMichael (2019) é a participação da COFCO nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira e em outras cadeias mercantis na América Latina. Os dados apresentados no capítulo 3, demonstram que a participação da empresa é crescente e desafia a hegemonia comercial do grupo ABCD. Para Zhang (2019) a atuação da COFCO é a principal forma da China criar alternativas à dependência aos produtos do grupo ABCD. Na perspectiva do presidente Xi Jinping, “aqueles que controlam o fornecimento de grãos, controlam o comércio e o poder de precificação. Precisamos ter confiança em estabelecer nossos próprios gigantes globais do agronegócio” (ZHANG, 2019, p. 237, tradução livre)⁵².

A expectativa chinesa é de que o senso comum segundo o qual a América do Sul produz soja, os Estados Unidos vendem soja e a China compra soja, seja alterado para: a América do Sul produz soja, a COFCO vende soja e a China compra soja. Para isso são utilizados três agentes: as empresas estatais, as fazendas estatais e as empresas privadas. Esses três agentes são conectados pelas políticas nacionais e buscam além da segurança alimentar nacional, a acumulação de capital (ZHANG, 2019). Isso pode ser visto na contínua modernização do campo:

A China mantém o princípio de “plantio de grãos em primeiro plano e produção a seguir” e “agricultura na vanguarda e indústria na condução”, dando pleno desempenho ao papel das empresas de processamento como motor, estendendo a indústria de grãos, atualizando a cadeia mercantil e construindo a cadeia de suprimentos (SCIO, 2019, s.p, tradução livre).⁵³

Deste modo, cria-se um modelo integrado de crescimento econômico. A urbanização pressiona os investimentos em infraestrutura, energia e telecomunicação; conseqüentemente, as industriais de base são ativadas e a renda é aumentada. Com isso, cresce também a demanda por commodities e alimentos processados. Esse ciclo virtuoso é sustentado pelos investimentos do Estado em todos os setores industriais por meio das empresas estatais, pelas empresas privadas e pelo sistema financeiro nacional (HIRATUKA, 2018). Para Gabriele e Jabbour (2022) “a centralidade do grande setor industrial controlado pelo Estado, que gera grandes

⁵² Trecho original: Those who control grain supply, control the trade and the pricing power, we need to have confidence in establishing our own global Agribusiness Giants.

⁵³ Trecho original: China upholds the principle of “grain planting to the forefront and produce to follow” and “agriculture to the forefront and industry to follow”, giving full play to the role of processing enterprises as the engine, extending the grain industry chain, upgrading the value chain, and building a supply chain.

efeitos multiplicadores em toda a economia nacional como um todo, **é a principal característica distintiva do modelo de desenvolvimento da China** (GABRIELE, JABBOUR, 2022, p. 121, tradução livre, grifos nossos)⁵⁴

A construção do agronegócio global chinês utiliza dessa dinâmica macroeconômica para avançar. As empresas estatais são as principais supridoras da demanda da população chinesa, logo as que mais investem externamente, como visto no capítulo 3. Entre essas empresas estão a COFCO, a CNADC e a ChemChina. A COFCO comanda a cadeia de suprimento de grãos, a CNADC a cadeia de suprimento de proteína animal e a ChemChina o suprimento de biotecnologia (ZHANG, 2019). Todas elas estão sob o controle da *State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council* (SASAC), comitê chinês que regula as empresas estatais chinesas desde 2003. A SASAC é essencial para a modernização empresarial das corporações chinesas e para a eficiência do Estado Chinês em organizar o desenvolvimento nacional através de metas de longo prazo (GABRIELE, JABBOUR, 2022). Além disso, a SASAC é uma das ferramentas mais importantes para interligar os interesses políticos do Estado com os anseios pelo lucro das empresas chinesas.

Em 2017, a COFCO já aparecia como a quarta maior empresa do agronegócio global em termos de receita, superando Louis Deyfrus e Bunge, ambas do grupo ABCD. Porém, mesmo que a receita da COFCO estivesse em US\$ 61,3 bilhões, seu lucro foi de US\$ 200 milhões. Esse valor está longe dos US\$ 700 milhões de lucros da Bunge que teve uma receita de US\$ 42,7 bilhões no mesmo ano. O lucro da COFCO foi menor devido a problemas com suas subsidiárias, como a Nidera que passou o ano de 2016 no vermelho. O lucro seria menor se não houvesse subsídio do governo chinês, que em 2016 foi de US\$ 790 milhões. Além disso, as empresas estatais utilizam do monopólio do mercado chinês para aumentar sua receita, e das alíquotas de importação baixas, que no caso do arroz, trigo e milho passaram de 65% para apenas 1% de tarifas, para empresas estatais (ZHANG, 2019).

A CNADC foi formada em 2004 com a junção da China National Fisheries e da China Animal Husbandry. Atualmente, a CNADC tem 17 subsidiárias em 40 países. Sua principal função é a exportação de pescados, mas também está envolvida na compra de terras na África e América do Sul para a produção de grãos, na produção de vacinas veterinárias e na importação de suínos e bovinos (CNADC, 2022). Em 2015, a China National Fisheries fechou o ano com

⁵⁴ Trecho original: The centrality of the large publicly-controlled industrial sector, which generates major spillover effects throughout the national economy as a whole, is the key distinctive feature of China's development model.

um saldo negativo de US\$ 38 milhões, em 2016, recebeu subsídios do Estado no valor de US\$ 10 milhões (WHITE, 2017). Porém, os problemas da CNADC e de suas subsidiárias já acontecem desde 2010 quando uma auditoria realizada pelo governo chinês demonstrou diversas dificuldades administrativas, financeiras e fraudes na condução dos negócios (NATIONAL AUDIT OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2012).

A ChemChina é o mais bem sucedido dos três pilares do agronegócio global chinês. Fabricante de mais de 120 pesticidas e listada como uma das maiores empresas do mundo pela revista Fortune⁵⁵, está presente em mais de 100 países com as suas 11 subsidiárias internacionais e seus mais de 140.000 funcionários (CHEMCHINA, 2022; FORTUNE, 2021). Em 2017, comprou a gigante Syngenta por US\$ 44 bilhões, como visto no capítulo 3. Em 2021, a ChemChina e a SinoChem, as duas maiores empresas do setor químico chinês, formaram um conglomerado com receita avaliada em US\$ 150 bilhões. Essa junção é mais uma forma de competir com as empresas do Atlântico Norte (YANG, 2021).

Em resumo, as grandes empresas estatais são instrumentalizadas para atingir os objetivos da política doméstica do Estado Chinês e para sua estratégia de expansão global (GABRIELE, JABBOUR, 2022). Na perspectiva de Zhang (2019), as empresas comandadas pelo Estado Chinês são gigantes para parecerem fortes, porém, a grande carcaça não diminuiu as possibilidades de fraquezas, como visto acima. Além disso, há críticas de atores internos na condução do agronegócio global, pois com o monopólio da COFCO, CNADC, ChemChina e de outras empresas estatais, os preços dos produtos agroalimentares sobem, o que prejudica os produtores e consumidores locais (ZHANG, 2019).

As empresas privadas também são impactadas pelo controle do Estado Chinês sobre as empresas estatais (GABRIELE, JABBOUR, 2022). O capítulo 3 mostrou a participação de diversas empresas privadas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Junto com as empresas e as fazendas estatais, os grupos privados são considerados “*Dragonhead Enterprises*” (empresas cabeça de dragão), expressão que faz alusão à dança tradicional chinesa, em que a cabeça do dragão, representada por uma fantasia, abre espaço para o resto do corpo por meio de movimentos dinâmicos. As empresas consideradas condutoras de um setor são responsáveis por alavancar ou abrir espaço para as demais. Para isso, o Estado Chinês auxilia

⁵⁵ Em 2010 era a 475ª maior empresa de uma lista de 500 empresas. Já em 2021 foi considerada como a 161ª maior empresa do mundo (FORTUNE, 2021).

com diminuição das taxas, dos impostos e na abertura de mercados (SCHNEIDER, 2016; ZHANG, 2019). Para Schneider (2016) essa sinergia é parte de um projeto nacional, em que:

[...] O Estado e as elites na China estão trabalhando juntos para consolidar um setor agropecuário robusto, como uma arena para o desenvolvimento rural e econômico em nível nacional e uma nova fronteira para acessar recursos e mercados no exterior. Em específico, os financiamentos governamentais apoiam empresas agrícolas processadoras nacionais para obter recursos primários através de contratos com produtores rurais. Por colocar as empresas em posição lucrativa e central no controle do sistema alimentar nacional, as políticas obrigam as empresas a disseminar tecnologias, treinamentos, informação e oportunidades de mercado para as famílias rurais por meio do desenvolvimento impulsionado por radiação (*fushe daidong*). Essa forma de integração vertical, guiada pelas empresas cabeça de dragão auxilia nas políticas de modernização agrícola (SCHNEIDER, 2016, p. 2, tradução livre)⁵⁶.

Contudo, mesmo que pareça haver harmonia entre os agentes, há de se lembrar que a China não é um bloco monolítico, com isso, as contradições ocorrem em diversos níveis (ver seção 4.1). A condução dos negócios em países africanos, por exemplo, é influenciada por diversos agentes chineses e africanos (GU et al, 2016). Essa descoberta empírica faz com que seja questionável a visão de uma política altamente coordenada por um Estado forte. Para Zhang (2019), mesmo que haja essas contradições e a crescente autonomia de empresas na busca pelo lucro, é possível notar que, devido aos interesses nacionais, os investimentos externos das empresas chinesas no setor agrícola são coordenados e/ou auxiliados pelo Estado.

Na visão de Belesky e Lawrence (2018), a intervenção do Estado no setor agrícola é contínua, mesmo que as análises se concentrem na busca pelas discontinuidades dos processos político-econômicos. O caso chinês é exemplar, pois para os autores, é possível ver a ‘mão visível’ do governo chinês na implementação de políticas neomercantilistas no setor agropecuário, principalmente na política de investimentos externos. A integração da China na economia-mundo capitalista, a entrada na OMC em 2001 e em outros organismos internacionais, ao invés de diminuir a participação do Estado na economia nacional, fez com

⁵⁶ Trecho original: “[...] state and private elites in China are working together to consolidate a robust domestic agribusiness sector, as both an arena for national-level rural and economic development and a new frontier for accessing resources and markets abroad. In particular, government funding supports agricultural processors at the national level to source primary products from rural producers through contract farming. In exchange for being put in a position to profit from their heightened control in the food system, policies mandate that these firms disseminate technologies, training, information and market opportunities to farm households through ‘radiation-driven’ (*fushe daidong*) development. This form of vertical integration, led by so-called dragon head enterprises, animates recent policies of agricultural modernization [...]”.

que a intervenção continuasse, embora com adaptações conjunturais (BELESKY, LAWRENCE, 2018).

A dinâmica entre Estado-Mercado na política de investimento externos, que à primeira vista parece contraditória, deve-se a que a China não busca apenas acumulação de capital. A autonomia de suprimento nas cadeias mercantis agropecuárias também é buscada pelos líderes chineses através dos investimentos externos. Isso porque, no imaginário político interno, os alimentos são armas. A construção dessa perspectiva iniciou após os embargos estadunidenses nas décadas de 1950 e 1960 e da retórica ocidental de que o aumento do consumo chinês é a causa de problemas ambientais e econômicos mundiais (MORTON, 2012; ZHA, ZHANG, 2013; ZHANG, 2020).

Sendo assim, o aumento dos investimentos externos chineses busca, em parte, aumentar o poder de barganha no cenário internacional. Para atingir esse objetivo, a China tornou-se um dos maiores apoiadores de organismos internacionais como a FAO, o FMI e a OMC (MORTON, 2012; ZHANG, 2019). A China e a FAO mantêm um projeto de cooperação agrícola em países em desenvolvimento desde 2009. Foram três doações chinesas até 2020, a primeira no valor de US\$ 30 milhões, e as duas últimas no valor de US\$ 50 milhões cada (FAO, 2020). O aumento da participação chinesa também é visível no Programa Alimentar Mundial (em inglês: World Food Program – WFP). Em 1998, a China doou US\$ 1,1 milhão, já em 2021 foram US\$ 26 milhões (WFP, 2022).

A participação em projetos de segurança alimentar e ajuda humanitária ao redor do mundo é uma ferramenta diplomática para desvincular a imagem da China como usurpadora de recursos naturais (JIANG et al, 2018). Aliado a isso, os projetos de cooperação técnica agrícola com países da periferia, principalmente os países africanos, buscam criar uma cooperação internacional ganha-ganha centrada na China e que traria benefícios para todos os envolvidos. Nos países receptores dos projetos, as economias locais são ativadas e os setores agropecuários modernizados. Na China, esses projetos se tornam, além de alimentos, experiências produtivas (*know-how*) e fonte de modernização agrícola interna. Pode-se dizer que a política *Going Global* é também *Bringing In* (ZHANG, 2019).

Para Morton (2012) a política alimentar dual entre interno e externo da China é um processo de aprendizagem através da prática, em que o processo de integração à economia-mundo capitalista é centrado na tentativa de participar de diversas cadeias mercantis, em organismos internacionais e na construção de relacionamento bipolar e multipolar no sistema

interestatal. Na visão de Benabdallah (2018), a política de investimentos externos é conectada com a busca pela legitimação política, seja perante as regiões centrais, seja frente às regiões periféricas da economia-mundo capitalista. Esse objetivo chinês faz com que os agentes políticos sigam as regras da ‘ordem internacional’, mas também criem alternativas a ela (BENABDALLAH, 2018).

A Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative* (BRI), em chinês *Yi Dai Yi Lu* (一帶一路) lançada em 2013, é exemplo da tentativa chinesa de integrar-se à economia-mundo capitalista e ao mesmo tempo moldá-la aos interesses chineses. A expectativa é de que serão investidos US\$ 1 trilhão, dos quais US\$ 210 bilhões foram investidos até 2017 (KUO, KOMMENDA, 2017). Até o momento, 145 países são parceiros da BRI, a maioria do continente africano (NEDOPIL, 2022). Esse grandioso projeto é a principal aposta de Xi Jinping para vincular economicamente à China boa parte do globo via estruturas ferroviárias, portuárias, rodoviárias e de comunicações (ZHANG, 2019). Contudo, os laços econômicos são, segundo o governo chinês, o início para relações políticas aprofundadas, com uma nova dinâmica de cooperação internacional baseada na transparência, na inclusão e no benefício mútuo entre os participantes (CHINA, 2017).

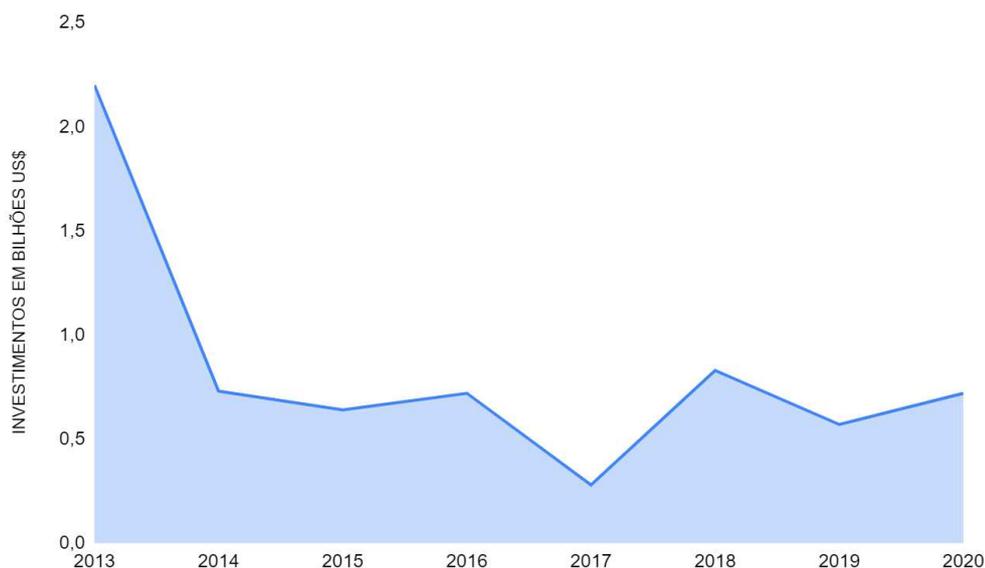
De acordo com Hendler (2018), a construção da BRI é ainda mais complexa, pois é análoga aos projetos sinocêntricos da China Imperial. Assim, a BRI não é apenas um projeto de curta duração, mas parte do processo gradual e de longa duração da ascensão da China no século XXI, que “[...] traz consigo uma série de contradições que ainda são pouco aparentes, mas que tendem a vir à tona conforme a Nova Rota da Seda se materializa. A própria existência da BRI, não apenas como instrumentalização do passado, mas como produto das longas durações é um fenômeno denso e complexo [...]” (HENDLER, 2018, p. 261).

Dito isso, é importante descrever a BRI para compreender os investimentos externos chineses no setor agrícola e suas funcionalidades para a segurança alimentar. Além disso, a descrição dessa iniciativa é necessária para entender a posição brasileira e seus impactos na cadeia mercantil da soja brasileira.

Dentro dos objetivos da BRI, a cooperação agrícola aparece como central para os aprofundamentos políticos com os países parceiros do projeto e encontra raízes históricas na antiga Rota da Seda e sua centralidade econômica desde então. Para isso, o governo chinês utiliza os acordos bilaterais, participação de organismos internacionais e investimentos externos

(CHINA, 2017a). Em 2013, a China investiu US\$ 2,2 bilhões no setor agrícola em acordos dentro da BRI, valor que diminuiu para US\$ 720 milhões em 2020 (NEDOPIL, 2022). O gráfico abaixo, mostra instabilidade nos investimentos no setor agrícola dentro da BRI, com diminuição de 66,82% em 2017 e aumento de 80,6% em 2018 (NEDOPIL, 2022).

Gráfico 9: Investimentos externos chineses no setor agrícola em países do BRI (2013-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Nedopil (2022).

Em relação à América do Sul, a BRI está buscando novos parceiros e novas oportunidades de investimentos. São parceiros do BRI: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (NEDOPIL, 2022). Para Oliveira e Myers (2020), a América Latina como um todo participa marginalmente na BRI, o que faz com que a região receba poucos recursos financeiros comparado com as demais regiões parceiras. Além disso, os projetos esperados para a América Latina serão realizados mesmo fora do escopo do BRI (OLIVEIRA, MYERS, 2020).

A análise de Oliveira e Myers (2020) pode estar parcialmente incorreta, pois os dados de Nedopil (2022) mostram que a região recebeu 8,86% dos investimentos totais realizados pela China via BRI em 2020. Obviamente que os investimentos podem variar muito de ano para ano. Por exemplo, em 2017 foi investido na América Latina apenas 1,18% do total, número que em 2018 chegou a 12,97%. Porém, a região recebe valores parecidos aos da Europa (8,60% em 2020) e do Oriente Médio (12,36% em 2020) (NEDOPIL, 2022). Com isso, seria preciso um levantamento de quais projetos são realizados na América Latina e quais a função deles para os

objetivos da BRI em comparação com as outras regiões para realizar uma análise qualitativa dos projetos realizados.

Ademais, o alargamento da BRI nos últimos anos demonstra a fluidez da iniciativa que leva ao outro ponto da dinâmica descrita por Oliveira e Myers (2020). Como demonstrado no terceiro capítulo desta dissertação, as empresas chinesas participantes dos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, principalmente a COFCO, investem em portos e demais meios de escoamento da produção. Essas empresas também estão dentro da BRI, o que indica que seus investimentos, não necessariamente, seguem estritamente os projetos da iniciativa. Neste sentido, a posição do Estado Brasileiro é de que não é necessário a adesão à BRI, já que as relações Brasil-China estão consolidadas e os investimentos acontecerão da mesma forma (ROSITO, CARVALHO, 2022). A visão do Brasil é comprovada pelos interesses das empresas chinesas nos projetos de infraestrutura do Estado Brasileiro. A “Ferrogrão”⁵⁷, por exemplo, passa por uma das filiais da COFCO no Mato Grosso e termina perto de portos da mesma empresa no Pará. Empresas chinesas, irão participar dos leilões da Ferrogrão e a CCCC já está construindo outra ferrovia no Pará com o mesmo fim (FERNANDES, 2018; OLIVEIRA, MYERS, 2020; ABDENUR et al; 2021).

De todo modo, com os objetivos apresentados no quadro 4 (seção 4.1), o Estado Chinês busca diversificar sua fonte de suprimento de produtos agroalimentares e priorizar os países da BRI. O aumento da produção da soja e a adesão de países vizinhos como Argentina e Uruguai à BRI pode retirar do Brasil parte dos investimentos e das exportações da soja destinada à China (WESZ et al, 2021). A COFCO (2021), maior empresa chinesa no mercado internacional da soja, já vê Argentina e Uruguai como importantes produtores de soja, mantendo mais de 1.600 funcionários, um porto na Argentina e dezenas de unidades de armazenamento e processamento de soja nos dois países. A adesão argentina à BRI também beneficiará o país com mais de US\$ 9 bilhões em projetos em diversos setores (ARGENTINA, 2022). Já o Uruguai exportou 75% da produção de soja para a China em 2019 (OEC, 2022) e em 2020 se juntou ao *The Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e propôs ao governo chinês um acordo de livre comércio para se firmar como parceiro estratégico no suprimento de produtos agroalimentares (URUGUAI, 2020; HELD, 2021)

⁵⁷ Projeto logístico iniciado em 2017 pelo governo federal brasileiro, tem como objetivo criar um corredor logístico via ferrovia para escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste aos portos do Norte do país. O projeto tem extensão de 933km e será leilado por R\$ 66,48 milhões (ANTT, 2022).

Com isso, os tomadores de decisão brasileiros parecem não observar que o aprofundamento das relações políticas entre os dois países vizinhos e a China após a adesão a Nova Rota da Seda pode impactar diretamente o Brasil. A BRI só é possível com a coordenação entre China e os demais Estados e seus benefícios e malefícios serão compartilhados pelos seus participantes (OLIVEIRA, MYERS, 2020). As análises e os exemplos empíricos mostram que os investimentos chineses via BRI tendem a criar uma ação mais coordenada entre as empresas chinesas e o Estado Chinês. Além disso, é possível notar que a China utiliza a infraestrutura construída na BRI para fortalecer o agronegócio global chinês (ZHANG, 2019; TORTAJADA, ZHANG, 2021).

Os investimentos chineses no setor agrícola global são essenciais para a construção do agronegócio global centrado na China, logo, para a segurança alimentar chinesa. A grandiosa e ambiciosa BRI auxilia nessa construção por meio dos benefícios mútuos entre os participantes, o que fomenta a percepção de que a segurança alimentar chinesa não é apenas usurpadora de recursos. No entanto, a sustentabilidade e a ‘justiça social’ dos projetos agrícolas com investimentos chineses devem ser analisadas caso a caso, para que não ocorra equívocos nas análises realizadas.

Por fim, o desenvolvimento dos capítulos desta dissertação, em especial esta seção, demonstra o mais puro mecanismo capitalista descrito por Braudel, em que “o capitalismo sempre foi monopolista, e **mercadorias e capitais nunca deixaram de viajar simultaneamente, tendo os capitais e o crédito sido sempre o meio mais seguro de alcançar e forçar um mercado exterior** (BRAUDEL, 1987, p. 74, grifos nossos). Ademais, seguindo o pensamento braudeliano, a construção da política de investimentos externos chineses é, assim como a política de segurança alimentar, resultado das continuidades dos pensamentos políticos da época milenar e da adaptação destes para a economia-mundo capitalista contemporânea.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

Esse capítulo procurou mostrar que a participação chinesa na cadeia mercantil da soja brasileira é um processo multifacetado, na medida em que o aumento de investimentos chineses nos nódulos da cadeia é impulsionado por motivações históricas e atuais de cunho econômico e político. Com os dados dos capítulos anteriores e com análises interdisciplinares foi possível compreender as ações do Estado Chinês e das empresas chinesas frente ao desafio da segurança alimentar nacional.

A primeira seção confirma que na China a segurança alimentar é uma preocupação milenar. O Estado Imperial implementou políticas que são utilizadas até os dias atuais, como o armazenamento estatal. A República Chinesa implantada em 1912 não foi capaz de comandar um processo de suprimento alimentar suficiente, e assim como em algumas dinastias, o processo de erosão social foi causado, entre outros fatores, pela insegurança alimentar. A Revolução Comunista de 1949 também não foi capaz de eliminar a instabilidade alimentar. Os projetos econômicos de Mao na década de 1950 e 1960 foram causadores da maior crise alimentar de todos os tempos. O Grande Salto Adiante forneceu as bases para a industrialização das zonas urbanas, porém às custas da insegurança alimentar, do empobrecimento e da morte dos camponeses nas zonas rurais. O modelo de comunas não obteve sucesso produtivo e nem político, o que enfraqueceu a condução da economia chinesa. Além disso, na década de 1950 os embargos econômicos dos Estados Unidos aumentaram os problemas chineses. De todo modo, diferente da Primeira República, a era maoísta teve sua importância histórica na consolidação do PCC como força motriz da sociedade chinesa, sem deixar de lado os preceitos confucianos de hierarquia social e reponsabilidade mútua entre Estado e povo.

Foi apenas na década de 1970, com um dos adversários políticos de Mao, que a China obteve sucesso na política de segurança alimentar. Por meio da modernização das técnicas agrícolas, industrialização e mecanização do campo centrada no Sistema de Responsabilidade Familiar e nas cooperativas provinciais, a produção agrícola aumentou consideravelmente. Os planos econômicos de Deng Xiaoping integraram irreversivelmente a China na economia-mundo capitalista. Porém, mesmo com a ascensão econômica, a China foi colocada em um lugar de desconfiança pelo Ocidente, no que diz respeito à segurança alimentar. Os níveis de segurança alimentar relativamente altos não foram capazes de convencer os demais países que o desenvolvimento chinês seria benéfico para o mundo. Em resposta, o Estado Chinês criou projetos de renovação do campo, nova onda de modernização do setor agrícola e fixou uma taxa de autossuficiência de produção de 95% ao ano.

Porém, a realidade demonstrou para os líderes chineses que para assegurar alimento para uma população crescente e com mais recursos financeiros num contexto de escassez de terras e de êxodo rural, era preciso uma política que englobasse o setor externo. Por isso, a partir de 2013, a China busca autonomia nos nódulos das cadeias mercantis agropecuárias por meio das empresas cabeças de dragão, muitas delas estatais. A política de internacionalização das empresas chinesas fortaleceu o setor agrícola interno e desafiou as companhias do Norte Global.

Como visto na segunda seção, essa participação ativa nos nódulos das cadeias mercantis agropecuárias teve como ator central o Estado Chinês e sua política de investimentos externos. O quadro 5 mostrou uma linha do tempo que interconecta os investimentos externos com a política de segurança alimentar, especificamente na cadeia mercantil da soja brasileira. A ilustração feita pelo quadro 5 e a descrição realizada nas duas seções torna possível a construção de hipóteses que as diretrizes nacionais modificam os fluxos de investimentos das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Esse foi o caso do aumento dos investimentos nos nódulos de transportes e sementes após a divulgação de documentos das metas anuais no setor agrícola em 2016 e 2017.

Em resumo, sem a coordenação do Estado Chinês, não teria sido possível alcançar os objetivos da política de segurança alimentar e o aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos das cadeias mercantis. A integração e a ascensão chinesas na economia-mundo capitalista trouxeram desafios que o Estado Chinês manejou por sua capacidade de construir políticas baseadas nas experiências históricas e na percepção de uma economia-mundo capitalista complexa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo compreender as motivações políticas e as ações econômicas que levaram ao aumento da participação das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira nas últimas décadas. A principal hipótese desta dissertação é de que o aumento da participação das empresas chinesas privadas e/ou estatais nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira é resultado das políticas lideradas pelo Estado Chinês em duas frentes: nos investimentos externos das últimas décadas e na preocupação histórica em relação à segurança alimentar interna. Para cumprir com este objetivo e confirmar a hipótese, a dissertação cumpriu outros três objetivos específicos, que foram perseguidos nos três capítulos desta dissertação. Os resultados de cada capítulo e suas contribuições para a confirmação da hipótese são apresentados abaixo.

O primeiro objetivo era caracterizar os nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Para realizar esse objetivo, foi preciso compreender o conceito de cadeia mercantil e suas vertentes, as quais foram se afastando da proposta original, o que diminuiu o interesse nos nódulos e aumentou o interesse na governança das cadeias mercantis. Para a pesquisa, optamos por seguir com a proposta original de Wallerstein e Hopkins (1978), pois a descrição dos nódulos fez que a descrição da cadeia mercantil fosse mais completa. Com isso, caracterizamos os principais nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, o que resultou em uma representação visual satisfatória para o objetivo proposto. No entanto, apenas essa representação visual estática não seria capaz de compreender a cadeia mercantil da soja brasileira como um todo, por isso descrevemos as dinâmicas da agricultura brasileira desde 1960 até 2020.

Essa descrição demonstrou que a agricultura brasileira teve sua modernização realizada dentro do movimento da Revolução Verde. O projeto estadunidense tinha como objetivo o aumento da produtividade dos produtos agroalimentares por meio da criação de sementes geneticamente modificadas e da tecnificação. A Revolução Verde serviu para a afirmação política dos Estados Unidos frente ao poder da União Soviética, além de expandir a participação das empresas estadunidenses ligadas ao setor agropecuário por toda a periferia mundial. No caso brasileiro, os impactos da Revolução Verde concentraram-se na mudança das técnicas de produção, com a mecanização do campo e a reorganização econômica nacional para a exportação de produtos agroalimentares.

A soja é o caso de sucesso mais expressivo dessa modernização. O avanço territorial da produção da soja integrou regiões brasileiras antes pouco conectadas com a economia-mundo

capitalista, como a região do Cerrado. No fim da década de 1990, a estrutura econômica nacional para o desenvolvimento agrícola foi desmontada em benefício das empresas multinacionais. Como visto na seção 2.3, a participação de empresas brasileiras diminuiu em diversos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Enquanto isso, as empresas do Atlântico Norte dominaram a cadeia mercantil da soja brasileira em pouco tempo. O grupo ABCD concentrava o nódulo de comercialização e fertilizantes. Por essa hegemonia do ABCD, pôde-se constatar que a governança da cadeia mercantil da soja brasileira é do tipo *buyer-driven*, já que os compradores internacionais tinham um poder maior dos que os produtores.

Na virada do século, as políticas agrícolas foram aprofundadas e a soja se tornou elemento central para a balança comercial brasileira. Na primeira década do século XXI, o Brasil teve um aumento da demanda por produtos agroalimentares, o que auxiliou os governos brasileiros na condução de políticas de distribuição de renda direta e no desenvolvimento de obras de infraestrutura por todo o país. Além disso, a demanda chinesa pela soja brasileira aprofundou as relações sino-brasileiras, aumentando também os investimentos chineses.

O terceiro capítulo teve como objetivo descrever o aumento da demanda pela soja e dos investimentos chineses nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Para isso, foi preciso uma extensa pesquisa nos bancos de dados e na bibliografia sobre o tema. O esforço de pesquisa descreveu os motivos do aumento da demanda chinesa pela soja brasileira e descreveu os investimentos das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Especificamente, as buscas relacionaram as mudanças na dieta da população chinesa com o aumento do bem-estar nacional. Como resultado, foi possível notar que com o aumento de renda e a ascensão de milhões de pessoas para a classe média, houve uma modificação na dieta, com destaque para o crescimento do consumo de proteína animal e de óleo vegetal e a redução do consumo de grãos. Os indicadores também demonstraram uma diferença entre as dietas das famílias das zonas rurais e das zonas urbanas. Porém, em ambos os grupos entre 1985 e 2020 houve um extraordinário acréscimo da parcela da renda familiar destinado para alimentação. **Com o aumento do consumo de proteína animal e óleo vegetal, a soja brasileira tornou-se uma das principais fontes para a produção de ração animal e de óleo vegetal na China.**

A descrição do aumento da demanda pela soja forneceu base empírica para a descrição dos investimentos das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira. Para esta descrição foram utilizadas diversas bases de dados nacionais e internacionais. Por conta da metodologia diferente entre estas bases, foi preciso checar as informações nos sites

oficiais das empresas e na imprensa especializada. Foi possível encontrar um fluxo de investimento instável e concentrado nos nódulos de **comercialização, sementes, fertilizantes e transportes**. Em relação ao tipo de investimento realizado, notou-se que os primeiros investimentos das empresas chinesas foram no nódulo de produção e do tipo *Greenfield*, ou seja, um novo empreendimento. Contudo, foram investimentos falhos, pois encontraram barreiras jurídicas e pressão da opinião pública brasileira em relação às grandes porções de terra compradas pelos chineses. A partir de então, por meio de aquisições e fusões, os investimentos das empresas chinesas foram direcionados para os demais nódulos.

Dessa maneira, as empresas chinesas já encontravam estruturas produtivas em funcionamento, o que auxiliava na condução do negócio. A COFCO foi a empresa chinesa que mais investiu nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira, mas as demais empresas fizeram investimentos que iam ao encontro dos interesses da COFCO, como por exemplo a construção e/ou a compra de portos para o escoamento da soja. No final do capítulo três, pudemos constatar que o aumento da participação das empresas chinesas alterou a participação de mercado de empresas já consolidadas, principalmente no nódulo de comercialização e de fertilizantes.

Os dois primeiros objetivos desta dissertação forneceram um panorama sobre as dinâmicas políticas e econômicas da cadeia mercantil da soja brasileira. Neste sentido, podemos resumir os dois primeiros capítulos da seguinte forma: as mudanças na dieta da população chinesa e os investimentos das empresas chinesas nos nódulos da cadeia mercantil da soja brasileira fizeram os fluxos comerciais que antes eram do Sul-Norte tomar a direção Sul-Oriente. Com a necessidade de volumes de soja cada vez maiores para a produção de óleo e/ou ração animal, a China encontrou no Brasil o ambiente ideal para suas compras e para seus interesses econômicos. As empresas do Norte Atlântico tiveram que modificar suas estratégias comerciais, muitas das vezes com a criação de *joint-ventures* entre elas e com as empresas chinesas. Como toda a cadeia mercantil, a cadeia mercantil da soja brasileira tem dinâmicas de cooperação e competição entre os agentes envolvidos.

Esse resultado foi necessário para a construção da base empírica e conceitual para atingirmos o terceiro objetivo específico, o entendimento das motivações políticas e das ações econômicas do Estado Chinês nesse processo. Para isso, o quarto capítulo foi dividido em duas seções: a primeira voltada para a segurança alimentar e a segunda para a política chinesa de investimentos externos. A primeira seção argumentou que a segurança alimentar é uma

preocupação estrutural dos líderes chineses. Para entendermos essa motivação política estrutural, foi preciso reconstruir parte da história chinesa desde os tempos imperiais. Nesta reconstrução encontramos elementos que fortaleciam o nosso argumento, que podemos resumir em quatro momentos:

1) Até 1850, os imperadores iniciaram políticas para assegurar a segurança alimentar da população. A principal política foi a de armazenamento de grãos, que possibilitava um controle da oferta dos produtos em tempos de crises, além do controle estatal sobre o mercado. Foram implementadas políticas que aumentavam a produção por meio de deslocamento geográfico das lavouras e dos camponeses conforme a necessidade. Essas políticas conseguiram aumentar o espaço territorial das dinastias, dinamizar a economia e assegurar uma alimentação para a maioria da população mesmo em tempos de desastres ambientais. Após 1850, essas políticas foram descontinuadas por conta da instabilidade política do Império.

2) Sobre os escombros imperiais, formou-se a Primeira República da China em 1912, que prometia uma nação livre, democrática e desenvolvida. Porém, o novo governo trouxe grande euforia apenas para os centros urbanos, deixando de lado os camponeses. Com isso, a perseguição e proibição do Partido Comunista Chinês fomentou a ira das zonas rurais contra as zonas urbanas. Após uma longa guerra civil, o PCC conseguiu tomar o poder e expulsar os nacionalistas da China continental. Nesse ínterim, camponeses foram mortos pela guerra e pela fome, a produção agrícola era ínfima e a agricultura rudimentar.

3) 1949 é, talvez, o ano mais importante para a China. A tomada do poder pelos comunistas reestruturou a economia chinesa e as relações sociais. Mao Tsé-Tung, o líder chinês instaurou um plano de metas conhecido como “Grande Passo Adiante”, mas os problemas de execução produziram uma grande contradição. Os níveis de bem-estar e de industrialização aumentaram, mas as mortes por desnutrição também. Isso porque Tsé-Tung e seus companheiros acreditavam que a agricultura servia de reserva financeira e alimentar para impulsionar a industrialização nos centros urbanos. Com isso, as propriedades rurais foram colocadas sob comunas e coletivos agrícolas. Houve uma planificação dos salários e o aumento irreal das metas de produção. O projeto econômico criado por Mao fracassou nas zonas rurais e teve que ser remodelado, primeiro sob a própria liderança do Mao com o retraimento das metas de produção e depois sob a liderança de Deng Xiaoping.

4) Em 1979, os novos líderes chineses acabaram com os coletivos agrícolas e repassaram as propriedades agrícolas para as famílias camponesas em contratos de 30 anos. Essa mudança,

conhecida como Sistema de Responsabilidade Familiar, flexibilizava a produção e inseria as famílias na economia de mercado. Os antigos coletivos também foram remodelados e passaram a ser empresas provinciais (TVEs) com a gerência dos próprios camponeses. Esse novo sistema produtivo nacional aumentou consideravelmente os níveis de produção de grãos e a poupança das famílias camponeses tornaram-se propulsoras da economia nacional. As transferências financeiras do campo para as cidades auxiliaram novas reformas econômicas, além de criar elos produtivos do setor agrícola com outros setores industriais. A modernização da agricultura chinesa esteve à margem da Revolução Verde, o que possibilitou uma dinâmica econômica e política única. E mesmo que na década de 1990, a integração chinesa na economia-mundo capitalista obrigava a submissão ao funcionamento desta, o Estado Chinês conseguiu guiar o processo de forma autônoma. As privatizações das TVEs são o exemplo desta submissão, mas a continuidade do Sistema de Responsabilidade Familiar é a constatação da autonomia.

Porém, a década de 1990 foi de estagnação da produção agrícola na China, devido as reformas fiscais e o êxodo rural massivo. Com a urbanização e o crescimento econômico chinês, a opinião pública ocidental levantava questionamentos sobre a sustentabilidade da autossuficiência alimentar da China. O Estado Chinês, a partir dessas provocações, criou uma política de autossuficiência produtiva de 95% para a cesta básica de alimentos. A criação desta política tem raízes na concepção confuciana mostrada acima, mas, também foi influenciada pela noção de que alimento é poder e este poder poderia ser utilizado contra a China. Dessa forma, a política de segurança alimentar foi inserida entre as políticas de segurança nacional. Contudo, a integração da China na economia-mundo capitalista trouxe desafios para a condução desta política alimentar, principalmente no caso da soja.

Em 2001, a China entrou na OMC, para isso foi preciso liberalizar alguns setores e produtos, entre eles a autorização de importação de soja. Em menos de cinco anos, as empresas chinesas do setor de processamento faliram devido a contratos internacionais realizados, o que aumentou a presença de empresas estrangeiras no setor. Com isso, a China passou por um momento de estagnação da produção agrícola interna e as empresas chinesas perderam o controle da comercialização e do processamento da soja. Essa dinâmica fez com que o Estado Chinês modificasse sua política de segurança alimentar, principalmente na utilização das estruturas das empresas estatais para o aumento da participação dos nódulos de cadeias mercantis agroalimentares. A política de segurança alimentar passou por adaptações anuais para

prevenir os problemas do início do século, tornando-se uma política de “aprender fazendo”, na conceituação de Morton (2012)

Ao final da descrição da política de segurança alimentar, foi possível notar que, no século XXI ao mesmo tempo que havia um processo de importação crescente, o Estado Chinês criou ações para aumentar seu controle no fornecimento de alimentos. **Para isso, a estratégia chinesa foi a criação de um agronegócio global, no qual, as empresas chinesas, estatais ou privadas, expandiam seus investimentos externos em nódulos das cadeias mercantis agropecuárias, principalmente na cadeia mercantil da soja.** A dinâmica foi acompanhada por uma perspectiva política de reforma da governança do mercado global que faz com que a China passasse a liderar uma nova cooperação agrícola internacional. Na retórica chinesa, essa cooperação gera benefícios para todos os envolvidos, desenvolvendo setores agrícolas em países periféricos e trazendo técnicas e tecnologias de produção para a China.

Após ter mostrado evidências de que a segurança alimentar jogou um papel decisivo no aumento da participação chinesa na cadeia mercantil da soja, passou-se a para as evidências mais propriamente econômicas deste processo. E neste sentido, a política de investimentos externos passa a ser analisada, porque ela é a principal forma em que o Estado Chinês materializa a participação referida. Desde o início da década de 2010, as empresas chinesas são apoiadas financeiramente pelo governo chinês para expandir para outras regiões da economia-mundo capitalista. Os recursos financeiros são transferidos diretamente e/ou direcionadas através de quotas de importações específicas para as empresas escolhidas. Como visto na seção 4.2, alguns casos demonstram que sem a ajuda financeira do Estado Chinês, as empresas não conseguiriam competir com as demais empresas multinacionais. A participação do Estado Chinês nos investimentos externos das empresas chinesas reafirma a concepção de Fernand Braudel, em que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 43). Mesmo que neste caso, o capitalismo não comanda o Estado, todo o contrário.

A criação da BRI é a iniciativa mais ambiciosa do governo chinês para conectar Estado e capitalismo. Por meio das estruturas ferroviárias, rodoviárias e portuárias, o Estado Chinês busca remodelar a economia-mundo capitalista segundo seus interesses. Já é possível constatar que a cooperação agrícola é fundamental para a continuação da BRI, iniciada em 2013. E mesmo que o escopo geográfico esteja na Ásia, a BRI gera conexões fora dela, em países como o Brasil. Os investimentos das empresas chinesas mostram que há um grande interesse na

ampliação de rotas para o escoamento da produção da soja brasileira. As alternativas de escoamento são mais uma forma da China demonstrar que pode ter autonomia frente às empresas e às iniciativas do Atlântico Norte.

Os argumentos e dados apresentados no quarto capítulo permitiram atingir o terceiro objetivo específico de compreender as motivações políticas e as ações econômicas do Estado Chinês para o aumento da participação nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. Os resultados do quarto capítulo mostram que a política de segurança alimentar é essencial para a política interna da China e que o século XXI trouxe para os líderes chineses desafios que romperam a concepção nacionalista de produção autossuficiente, principalmente no caso da soja. Dessa forma, as ações econômicas, resumida na política de investimentos externos fizeram que a participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira fosse aumentada, o que modificou as disputas pela governança da cadeia. Ademais, a política de investimentos e as dinâmicas da segurança alimentar mostram a multiplicidade e complexidade das políticas chinesas em um processo de ascensão política e econômica, exemplificadas pela BRI. A junção da caracterização da cadeia mercantil da soja brasileira do segundo capítulo e a descrição do aumento da participação das empresas chinesas no terceiro capítulo foi essencial para compreender essas facetas políticas e econômicas.

Dito isso, ao atingirmos os objetivos específicos, a hipótese inicial desta pesquisa foi confirmada. Os três capítulos apontaram quais são as motivações políticas e as ações econômicas para o aumento da participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira. Em síntese, a pesquisa mostrou que a segurança alimentar da população chinesa é a motivação política histórica e a política de investimentos externos é a principal ação econômica contemporânea do Estado Chinês para integrar-se na cadeia mercantil da soja brasileira. Com isso, a análise realizada argumenta que há uma conexão entre a segurança alimentar e os investimentos externos, o que por sua vez demonstra que as estruturas de longa duração influenciam as dinâmicas conjunturais.

No entanto, é preciso enfatizar que essa dissertação não tem respostas absolutas e se constrói sobre uma perspectiva analítica. Assim, mesmo que haja uma indicação por meio da compilação de múltiplos dados e de análises político-históricas da conexão entre as políticas do Estado Chinês e a participação das empresas chinesas nos nós da cadeia mercantil da soja brasileira, serão necessárias análises mais aprofundadas sobre o tema, para confirmar ou rechaçar os resultados aqui encontrados. Conscientes sobre as limitações desta pesquisa,

podemos considerar que algumas questões não foram compreendidas, entre elas: qual é o tipo desta conexão e quais são os meios políticos e econômicos para sua sustentação. Além disso, faltaram comparações entre as políticas de outras regiões da economia-mundo capitalista e de análises documentais inacessíveis por conta da proteção de dados e/ou limitações linguísticas.

A constatação das fraquezas e das forças da dissertação só foi possível pela utilização do arcabouço conceitual-metodológico presente. A partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo, essa dissertação preencheu as lacunas deixadas por pesquisas precedentes, são elas: a caracterização da cadeia mercantil da soja brasileira e a compreensão das origens dos impactos da participação das empresas chinesas na cadeia mercantil da soja brasileira. Conclui-se que a pesquisa foi um esforço válido de utilização do conceito de cadeia mercantil. Foi possível notar que os conceitos elaborados por Wallerstein e demais acadêmicos/as são eficazes na compreensão e na captura das dinâmicas complexas oriundas dos fluxos econômicos que perpassam as cadeias mercantis. Neste sentido, espera-se que esta dissertação sirva de base para novas tentativas de utilização dos conceitos e dos métodos da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. et al. **As ferrovias da Amazônia e as lições sobre investimentos chineses no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/46097-as-ferrovias-da-amazonia-e-as-lico-es-sobre-investimentos-chineses-no-brasil/>.

Acesso em: 06 mar. 2022.

ABIOVE. **Estatística**. 2022. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

AEI – American Enterprise Institute. **China Global Investment Tracker**. 2021. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ANTT. **Ferrogrão**. 2022. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/ferrograo-ef-170>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ARGENTINA. **Acuerdo con China: la argentina obtiene financiamiento para obras de infraestructura estratégicas y se incorpora a la franja y la ruta de la seda**. 2022. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/acuerdo-con-china-la-argentina-obtiene-financiamiento-para-obras-de-infraestructura>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca. **Exportaciones**. 2021. Disponível em: https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/ss_mercados_agropecuarios/exportaciones/. Acesso em: 08 mar. 2022.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 6^a ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. Postscript to the second edition of the long twentieth century. In: ARRIGHI, G. **The Long twentieth century: Money, power, and the origins of our times**. 2 ed. Nova York: Verso, 2010, p. 371-386.

BARBOSA, A. F. A ascensão chinesa, as transformações da economia-mundo capitalista e os impactos sobre os padrões de comércio da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 135-173, 2020.

BAIR, J. Global Commodity Chains: Genealogy and Review. In: BAIR, J (ed.). **Frontiers of Commodity Chains Research**. Redwood City: Stanford University Press, 2008. p. 01-36.

BANCO MUNDIAL. China, data. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BELESKY, P.; LAWRENCE, G. Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change. **The Journal Of Peasant Studies**, v. 46, n. 6, p. 1119-1141, 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2018.1450242>.

BENABDALLAH, L. Contesting the international order by integrating it: the case of China's Belt and Road Initiative. **Third World Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 92-108, 2018. [10.1080/01436597.2018.1529539](https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1529539).

- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUTIGAM, D. A.; XIAOYANG, T. China's engagement in African agriculture: down to the countryside. **The China Quarterly**, v. 199, p. 686-706, 2009.
- BROWN, L. R. **Full planet, empty plates: the new geopolitics of food scarcity**. Nova York: WW Norton e company, 2012.
- BROWN, L. R. **Who will feed China? Wake-up for a small planet**. Nova York, WW Norton e company, 1995.
- BRUSSI, A. J. E. **From pequi to soybean: agriculture expansion and the incorporation of central Brazil**. 1997. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Binghamton University – State University of New York, Binghamton, 1998.
- CÂMARA, G. M. S. **Introdução ao agronegócio: soja**. USP/ESALQ, 2015.
- CAPPRO. **Estadísticas**. 2022. Disponível em: <https://cappro.org.py/estadisticas>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: CEBC, 2021.
- CASTILHO, G. B. **Um estudo comparado do impacto da crise de 2008 na posição da China e do Brasil na economia-mundo capitalista**. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- CEPAL. **La inversion extranjera directa em América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2021.
- CHEMCHINA. **Introduction**. 2021. Disponível em: https://www.chemchina.com/en/gywm/jtjj/A601601web_1.htm. Acesso em: 08 mar. 2022.
- CHEN et al. Is China different from other investors in global land acquisition? Some observations from existing deals in China's going global strategy. **Land Use Policy**, v. 60, p. 362-372, 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.10.045>.
- CHINA. **China Statistical Yearbook**. 1998. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/index1.htm>. Acesso em 03 mar. 2022.
- CHINA. **China Statistical Yearbook**. 2010. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2010/indexeh.htm>. Acesso em 03 mar. 2022.
- CHINA. **China Statistical Yearbook**. 2019. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2019/indexeh.htm>. Acesso em 03 mar. 2022.
- CHINA. **Building the Belt and Road: concept, practice and China's contribution**. Beijing: Foreign Languages Press, 2017.

- CHINA. **The Grain Issue in China**. 1996. Disponível em: <http://www.china.org.cn/white/grainissue/index.htm>. Acesso em: 08 mar. 2022.
- CHINA POWER TEAM. **How is China Feeding its Population of 1.4 Billion?**. 2017. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-food-security/>. Acesso em: 09 mar. 2022.
- COFCO. **COFCO around the world: Growing the South Cone cooperation**. 2021. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/stories/cofco-around-the-world-growing-the-south-cone-cooperation/>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- CONTINI, E.; ARAGÃO, A. **O agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas**. EMBRAPA, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- CROOK, F. W. An analysis of China's food grain security policy. In: OECD (Paris). **Agriculture in China and OECD countries: past policies and future challenges**. Paris: OECD, 1999. p. 55-73. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agriculture-in-china-and-oecd-countries_9789264173293-en#page1. Acesso em: 08 mar. 2022.
- CUNHA, R. **A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. 2020. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- DE MARIA, M. et al. **Global Soybean Trade: the geopolitics of a bean**. UK Research and Innovation Global Challenges Research Fund. 2020. <https://doi.org/10.34892/7yn1-k494>.
- DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DU BOIS, C. M. **The story of soy**. Londres: Reakiton Books, 2018.
- EASTMAN, L. E. **Seeds of destruction: nationalist China in war and revolution, 1937-1949**. Stanford: Stanford University Press, 1984.
- EIU. **China's ODI in agriculture: the third wave**. 2017. Disponível em: http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=335678817&Country=China&topic=Economy&subtopic=Reg_4. Acesso em: 06 mar. 2022.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; YE, J. The agrifood question and rural development dynamics in Brazil and China: towards a protective countermovement. **Globalizations**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 92-113, 2017. <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2017.1373980>.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J. A Economia Política do complexo Soja-Carne Brasil-China, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p. 656-678, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>.

FAO. **FAO welcomes China's new \$50 million donation to support South-South Cooperation.** 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/china/news/detail-events/en/c/1309397/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FAO. **Food Security.** Fao's Agriculture and Development Economics Division, 2006. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitaly/documents/pdf/pdf_Food_Security_Cocept_Note.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022.

FAO. **Indicator 2.1.1 - Prevalence of undernourishment.** 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/211/en>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FAN et al. **Transforming chinese food systems for both human and planetary health.** Food Summit Brief, 2021.

FARES, T. M. The rise of State-transnational capitalism in the Xi Jinping Era: A case study of China's International expansion in the soybean commodity chain. **Journal Fur Entwicklungspolitik**, v. 35, n. 4, p. 86-106, 2019.

FASSIO, D. M. R. **Situação da armazenagem brasileira e sua relação com as perdas na pós-colheita.** Relatório 2018. CONAB: Brasília, 2018.

FORTUNE. **ChemChina Company Profile.** 2021. Disponível em: <https://fortune.com/company/chemchina/global500/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. **American journal of sociology**, v. 88, dossiê: marxist inquiries, studies of labor, class and States, p. 248-286, 1982.

FRIEDMANN, H., MCMICHAEL, P. Agriculture and the State system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, n. 29, v. 2, p. 93-117, 1989.

G1. **Estatal da China quer produzir soja no Brasil.** 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1576302-9356,00.html. Acesso em: 06 mar. 2022.

G1. **Governo limita compra de terras por estrangeiros.** 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/governo-limita-compra-de-terras-por-estrangeiros.html>. Acesso em: 06 mar. 2022.

GARCIA, A. S. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. **Revista Tempo do Mundo**, v. 22, p. 149-174, 2020.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (orgs.). **Commodity chains and global capitalism.** Westport: Greenwood, 1994, p. 95-122.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**: v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (orgs.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Greenwood, 1994, p. 1-14.

GIBBON, P.; BAIR, J.; PONTE, S. Governing global value chains: an introduction. **Economy and Society**, v. 37, n.3, p. 315–338, 2008. 10.1080/03085140802172656.

GIRAUDO, M. E. Dependent development in South America: china and the soybean nexus. **Journal Of Agrarian Change**, v. 20, n. 1, p. 60-78, 2019. <http://dx.doi.org/10.1111/joac.12333>.

GLOBAL TIMES. Xi stresses food security at key central rural work conference. **Global Times**. Beijing, 27 dez. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202112/1243427.shtml>. Acesso em: 06 mar. 2022.

GOTTEMS, L. Cooperativa constrói porto próprio de R\$ 1 bilhão no Sul. **Agrolink**. São Paulo, 08 set. 2021. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/cooperativa-constro-i-porto-proprio-de-r--1-bilhao-no-sul_455540.html. Acesso em: 06 mar. 2022.

GU, J. et al. Chinese State Capitalism? Rethinking the Role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa. **World Development**, [S.L.], v. 81, p. 24-34, maio 2016.

HAIRONG, Y.; CHEN, Y.; BUN, H. K. China's soybean crisis: the logic of modernization and its discontents. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 373-395, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2015.1132205>.

HANSEN, A.; JAKOBSEN, J.; WETHAL, U. News geographies of global meatification: The BRICS in the industrial meat complex. In: HANSEN, A.; SYSE, L. **Changing meat cultures: Food practices, global capitalism and the consumption of animals**. Londres: Rowman e Littlefield, 2021, p. 35-58.

HELD, S.. Latin America sees benefits as Belt and Road cooperation expands. **China Daily**. Cajuca, 29 dez. 2021. Disponível em: <http://global.chinadaily.com.cn/a/202112/29/WS61cbbf23a310cdd39bc7e0c1.html>. Acesso em: 06 mar. 2022.

HENDLER, B. **O sistema sinocêntrico revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o sudeste asiático**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HIRATUKA, C. Changes in the chinese development strategy after global crisis and its impact in Latin America. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-25, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/198055272214>.

HONG, E.; SUN, L. Dynamics of internationalization and outward investment: Chinese corporations' strategies. *The China Quarterly*, v. 187, p. 610-634, 2006.

- HONGZHOU, Zhang. The U.S.-China Trade War: is food china's most powerful weapon? **Asia Policy**, v. 27, n. 3, p. 59-86, 2020. <http://dx.doi.org/10.1353/asp.2020.0044>.
- HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. **Review**, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1986.
- HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. The pattern of the modern world-economy. **Review: Binghamton**, v. 1, n. 2., p. 111-145, 1977.
- HUNG, H. F. **The China boom: why China will not rule the world**. Nova York: Columbia University Press, 2016.
- IBGE. **Pesquisa de estoque**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 1, 2020.
- JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **Socialist economic development in the 21st century: a century after the Bolshevik Revolution**. Nova York: Routledge, 2022.
- JIANG, X. et al. Can China's agricultural FDI in developing countries achieve a win-win goal? Enlightenment from the literature. **Sustainability**, v. 11, n. 41, p. 1-22, 2018. 10.3390/su11010041.
- KORSNES, M.; LIU, C. Meeting demand in China: changes in chinese meat cultures through times. In: HANSEN, A.; SYSE, L. **Changing meat cultures: Food practices, global capitalism and the consumption of animals**. Londres: Rowman e Littlefield, 2021, p. 79-98.
- KUO, L.; KOMMENDA, N. **What is China's Belt and Road Initiative?** 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- LANGTHALER, E. Broadening and Deepening: Soy Expansions in a World-Historical Perspective. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (Halac) Revista de La Solcha**, v. 10, n. 1, p. 244-277, 2019. <http://dx.doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1>.
- LANGTHALER, E. Soy expansions: China, EUA and Brazil in comparison. In: KOMLOSY, A.; MÚSIC, G. **Global commodity chains and labor relations**. Leiden: Brill, 2020, p. 55-80.
- LEPPMAN, E. J. **Changing rice bowl: economic development and diet in China**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- LI, L. M. Introduction: food, famine and the Chinese State. **The Journal of Asian Studies**, v. 41, n. 4, p. 687-707, 1982.
- LI, M. The rise of China and the demise of the capitalist world-economy: exploring historical possibilities in the 21st century. **Science and Society**, v. 69, n. 3, p. 420-448, 2005.
- LI, M. **The rise of China and the demise of the capitalist world-economy**. Londres: Pluto, 2008.

- LIANG, X. The evolution of township and village enterprises (TVEs) in China. **Journal of Small Business and Enterprises Development**, v. 1, n. 2, p. 235-241, 2006. <http://dx.doi.org/10.1108/14626000610665935>.
- LIMA, V. A.; SANTOS, I. C.; NETO, J. A. **A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: uma análise evolucionária no período de 1985-2015**. Congresso Latino-americano de gestão tecnológica, 17, Cidade do México, 2017.
- LINS, H. N. **Dinâmicas planetárias e repercussões territoriais: a perspectiva das cadeias mercantis globais**. 2006.
- LOEWE, M. Tiang Ming. In: YAO, X. **Routledgecurzon encyclopedia of confucianism**, v. 2. Londres: Routledge, 2003, p. 609-611.
- LOPES, H. S. **Análise do escoamento da soja brasileira através da simulação de eventos discretos**. 2017. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia da Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017.
- LU, Y. **China's n. 1 central document 2021 – speed up the modernisation of agriculture and rural areas**. Londres: SAIN, 2021.
- LU, Y. **China's rural vitalization and agriculture green development – Policy framework and action plans**. Londres: SAIN, 2020.
- MCKAY, B. M.; ALONSO-FRADEJAS, A.; BRENT, Z. W.; SAUER, S.; XU, Y. China and Latin America: towards a new consensus of resource control?. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, [S.L.], v. 1, n. 5, p. 592-611, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/23802014.2016.1344564>.
- MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. 10.1080/03066150902820354.
- MCMICHAEL, P. Does China's going out strategy prefigure a new food regime?. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 116-154, 2019.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n01a02>.
- MEDINA, G. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos cadernos NAEA**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 231-254, 2021.
- MEDINA, G.; RIBEIRO, G. G.; BRASIL, E. M. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. **Revista de Economia e Agronegócio**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 3-38, 2016.
- MENDES, K. **Brasil dividido sobre liberação de compra de terras para estrangeiros**. 2019. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/21043-brasil-dividido-sobre-liberacao-de-compra-de-terras-para-estrangeiros/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. **Anuário estatístico de transportes: 2010-2020.** Ministério da Infraestrutura: Brasília, 2020.

MINISTRY OF AGRICULTURE AND RURAL AFFAIRS. **China agricultural and rural Report.** 2018. Disponível em: <http://english.moa.gov.cn/datastatistics/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MOORE, J. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. **Review**: v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.

MOREIRA JR. H. A plurilateralização da política externa brasileira e os desafios imposto pelo multilateralismo pragmático. **Boletim meridiano**, v. 14, n. 138, p. 3-9, 2013.

MORTON, K. Learning by doing: China's role in the global governance of food security. **RCCPB working paper**, v. 30, p. 1-41, 2012.

NATIONAL AUDIT OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Audit Results of the Financial Revenues and Expenditures of China National Agricultural Development Group Co.** 2012. Disponível em: <https://www.audit.gov.cn/en/n746/n752/n768/c66698/content.html>. Acesso em: 06 mar. 2022.

NAUGHTON, B. **Growing out of the plan: chinese economic reform, 1978-1993.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NEDOPIL, C. **Investments in the Belt and Road Initiative.** 2021. Disponível em: www.greenfdc.org. Acesso em: 06 mar. 2022.

NOGUEIRA, I. O Estado na China. **Oikos**, v. 20, n. 1, p. 6-16, 2021.

OLIVEIRA, G. L. T. Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in brazilian soybean agrobusiness. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 114-133, 2017. 10.1080/14747731.2017.1377374.

OLIVEIRA, G. L. T. The battle of the beans: how direct Brazil-China soybean trade was stillborn in 2004. **Journal of Latin America Geography**, v. 17, n. 2, p. 113-139, 2018.

OLIVEIRA, G. L. T.; MYERS, M. The tenuous co-production of China's Belt and Road Initiative in Brazil and Latin America. **Journal of the contemporary China**, v. 30, n. 129, p. 481-499, 2021. <https://doi.org/10.1080/10670564.2020.1827358>.

OURIQUES, H. R. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas**. São Paulo, v. 45, Dossiê: Relações internacionais e os dilemas da economia mundo, p. 9-40, 2015.

OURIQUES, H. R. Desenvolvimento no Brasil: nada além de uma ilusão. In: OURIQUES, H. R. (org.). **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias.** Florianópolis: Insular, 2021. p. 149-174.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A. A condição semiperiférica do Brasil na economia mundo capitalista: novas evidências. **Carta Internacional**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 199, 2017. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711>.

PARAGUAY. Banco Central del Paraguay. **Serie detallada de Comercio Exterior**. 2022. Disponível em: <https://www.bcp.gov.py/serie-detallada-de-comercio-exterior-i381>. Acesso em: 06 mar. 2022.

PATEL, R. The long green revolution. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 1-63, 2013. 10.1080/03066150.2012.719224.

PIRAS, S.; WESZ, J. V.; GHINOI, S. Soy expansion, environment, and human development: na analysis across brazilian municipalities. **Sustainability**, [S.L.] v. 13, p. 1-20, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13137246>.

PLUS. **El ranking de las principales compañías exportadoras de Paraguay**. 2021. Disponível em: <https://www.revistaplus.com.py/2021/02/16/2020-el-ranking-de-las-principales-companias-exportadoras-de-paraguay/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

PRODOHL, I. Versatile and cheap: a global history of soy in the first half of the twentieth century. **Journal of Global History**, v. 8, n. 3, p. 461-482, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

REUTERS. **Cargill lidera entre exportadores de grãos do Brasil em 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/soja1/cargill-lidera-entre-exportadores-de-graos-do-brasil-em-2019-veja-os-destinos-100120>. Acesso em: 03 fev. 2022.

REUTERS. Israel's Discount Investment to sell stake in crop firm Adama to ChemChina. **Reuters**. Jerusalem, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-adama-m-a-sanonda-discount-inv-idUSKCN0ZX0D3>. Acesso em: 02 mar. 2022.

RITCHIE, H; ROSER, M. **Crop Yields**. 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/crop-yields>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ROSITO, T.; CARVALHO, V. M. Brazil-China trade relations: in search of a strategy. **Policy series 2022**, King's College London, v. 1, p. 1-18, 2022.

SAE – Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. **Produção nacional de fertilizantes: Estudo estratégico**. 2020.

SANTOS, F. P. Geocultura liberal e a utopia do desenvolvimento no Brasil. In: OURIQUES, H. R. (org.). **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 109-148.

SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SCHNEIDER, M. Dragon Head Enterprises and the State of Agribusiness in China. **Journal Of Agrarian Change**, v. 17, n. 1, p. 3-21, 2016. <http://dx.doi.org/10.1111/joac.12151>.

SCIO, State Council Information Office the People's Republic of China. **Food Security in China**. 2019. Disponível em: <http://www.scio.gov.cn/zfbps/ndhf/39911/Document/1666230/1666230.htm>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SCIO. **Vision and Action on Jointly Promoting Agricultural Cooperation on the Belt and Road**. 2017a. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/beltandroad/2017-05/13/content_76329324.htm. Acesso em: 06 mar. 2022.

SHUTIAN, G. The relationship between grain prices and inflation. In: FINDLAY, C.; WATSON, A. **Food security and economic reform: the challenges facing China's grain marketing system**. Londres: Macmillan Press, 1999, p. 54-61.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1998.

SLY, M. J. H. The argentine portion of the soybean commodity chain. **Palgrave Communications**, v. 3, p. 1-11, 2017. 10.1057/palcomms.2017.95.

SMITH, D.; CICCANTELL, P. S.; SOWERS, E. Reconstructing Commodity Chain Analysis as World-Systems Analysis. In: KORZENIEWICZ, R.; SILVER, B.; PAYNE, C. **43rd annual PEWS Conference Volume**. Nova York: Routledge, 2022, no prelo.

SONG, Wei. China's global engagement to fight the novel coronavirus pandemic. **Global Health Research And Policy**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 1-4, 16 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.1186/s41256-020-00172-1>.

SOUZA, P.; HERSCHMANN, S.; ASSUNÇÃO, J. **Política de Crédito Rural no Brasil: Agropecuária, Proteção Ambiental e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020.

TALBOT, J. M. The comparative advantages of tropical commodity chain analysis In: BAIR, J (ed.). **Frontiers of Commodity Chains Research**. Redwood City: Stanford University Press, 2008. p. 93-109.

TCP. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://www.tcp.com.br/a-tcp/quem-somos/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

TIDE. **Conheça a Prentiss**. 2021. Disponível em: <https://grupotide.com.br/prentiss/prentiss-quimica/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

TORTAJADA, C.; ZHANG, H. When food meets BRI: China's emerging food silk road. **Global Food Security**, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100518>.

TRASE. The state of forest-risk supply chains. In: TRASE, **Yearbook summary 2020**. Trase: [S.L.], 2020.

TSÉ-TUNG, M. **The bankruptcy of the idealist conception of history**. 1949. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-4/mswv4_70.htm. Acesso em: 06 mar. 2022.

TURZI, M. **The Political Economy of Agricultural Booms: Managing Soybean Production in Argentina, Brazil, and Paraguay**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

UNCTAD. **Beyond 20/20 WDS**. 2021. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/reportfolders/reportfolders.aspx>. Acesso em: 06 mar. 2022.

URUGUAI. **Uruguay became a member of the Asian Infrastructure Investment Bank**. 2020. Disponível em: <https://www.uruguayxxi.gub.uy/en/news/article/uruguay-se-convirtio-en-miembro-del-banco-asiatico-de-inversion-en-infraestructura/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

VEJA. Bolsonaro faz alerta contra ‘invasão chinesa’ no Brasil Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-faz-alerta-contra-invasao-chinesa-no-brasil/>. **Veja**. São Paulo, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-faz-alerta-contra-invasao-chinesa-no-brasil/>. Acesso em: 05 mar. 2022.

VIEIRA, P. A. “Brazil” in the capitalist world-economy from 1550 to c. 1800: an empirical demonstration through the sugar commodity chain. **Review**, v. 37, n. 1, p. 1-34, 2014.

VIEIRA, P. A. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 499-527, 2010.

VIEIRA, P. A. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente). In: OURIQUES, H. R. (org.). **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 175-207.

VIEIRA, P. A.; OURIQUES, H. R. Brazil and the BRICS: the trap of short time. **Journal of world-systems research**, v. 22, n. 2, p. 404-429, 2016. 10.5195/JWSR.2016.628.

VIEIRA, P. A.; FERREIRA, L. M. S. O Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia-mundo capitalista. In: VIEIRA, R. L. V. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

VIEIRA, R. L. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century**. V. 1. Nova York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. **World-systems analysis: an introduction**. London: Duke University Press, 2004.

WEN, S. From Manchuria to Egypt: Soybean's Global Migration and Transformation in the 20th Century. **Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies**, v. 13, n. 2, p. 176-194, 2019. 10.1080/25765949.2019.1605566.

WESZ, V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**: v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016. 10.1080/03066150.2015.1129496.

WFP. **Contributions by year**. 2022. Disponível em: <https://www.wfp.org/funding>. Acesso em: 06 mar. 2022.

WHITE, C. **China fishery firm gets government cash rescue**. 2017. Disponível em: <https://www.seafoodsource.com/news/supply-trade/china-fishery-firm-gets-government-cash-rescue>. Acesso em: 06 mar. 2022.

WILL, P.; WONG, R. B. **Nourish the people: the state granary system in China, 1650-1850**. Ann Arbor: Center for Chinese Studies, 1991.

WONG, R. B. **China transformed: historical change and the limits of european experience**. Nova York: Cornell University, 1997.

WONG, R. B. Food riots in Qing dynasty. *The Journal of Asian Studies*, v. 41, n. 4, p. 767-788, 1982.

WONG, R. B. The political economy of agrarian empire and its modern legacy. In: BROOK, T.; BLUE, G. **China and historical capitalism: genealogies of sinological knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 210-245.

WU, H. X.; FINDLAY, C. Grain demand. In: FINDLAY, C.; WATSON, A. **Food security and economic reform: the challenges facing China's grain marketing system**. Londres: Macmillan Press, 1999, p. 62-79.

XIAOPING, D. **Selected works of Deng Xiaoping (1982-1992)**. V. 3. Beijing: Foreign Languages Press, 1988.

YANG, Jing. China Approves Merger of Chemical Giants, Creating \$150 Billion Company. **The Wall Street Journal**. Nova York, 01 abr. 2021. Disponível em: China Approves Merger of Chemical Giants, Creating \$150 Billion Company. Acesso em: 06 mar. 2022.

YAO, S. How important is agriculture in China's economic growth?. **Oxford Development Studies**, v. 28, n. 1, p. 32-49, 2000.

ZANINI, F. Com armazéns e fábricas, China amplia presença no agronegócio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 0-0. 27 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no->

agronegocio.shtml#:~:text=A%20Cofco%20tem%2019%20armaz%C3%A9ns,%C3%A9%20positiva%. Acesso em: 07 mar. 2022.

ZHA, D.; ZHANG, Q. Food in China's International relations. **The Pacific Review**, v. 26, n. 5, p. 455-479, 2014.

ZHANG, H.. **Securing the 'Rice Bowl': China and global food security**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

ZHANG, Q. F.; OYA, C.; YE, J. Bringing agriculture in: the central place of agrarian change in rural China studies. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, p. 299-313, 2015. 10.1111/joac.12115.

ZHANG, X. The socioeconomic geography of chinese outward foreign direct investment in Latin America. **GeoJournal**, v. 89, p. 961-982, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10708-018-9902-3>.